



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

ANGEL MARQUES AMADOR

**OS FLUXOS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS COMERCIALIZADOS PELOS
AGRICULTORES FAMILIARES NAS FEIRAS NO MUNICÍPIO DE MARABÁ-
PA**

BELÉM-PA

2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

ANGEL MARQUES AMADOR

**OS FLUXOS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS COMERCIALIZADOS PELOS
AGRICULTORES FAMILIARES NAS FEIRAS NO MUNICÍPIO DE MARABÁ-
PA**

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia, Área de concentração: Organização e gestão do Território. Linha de Pesquisa: Dinâmicas Territoriais da Amazônia.

ORIENTADOR: PROF. DR. RICARDO ÂNGELO
PEREIRA DE LIMA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

A481f AMADOR, ANGEL MARQUES.
OS FLUXOS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS
COMERCIALIZADOS PELOS AGRICULTORES
FAMILIARES NAS FEIRAS NO MUNICÍPIO DE MARABÁ-
PA / ANGEL MARQUES AMADOR. — 2024.
146 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima
Coorientação: Prof^a. Dra. Patrícia Rocha Chaves
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Geografia, Belém, 2024.

1. Agricultura familiar, Circuito inferior, Feiras
urbanas, Amazônia.. I. Título.

CDD 900

ANGEL MARQUES AMADOR

**OS FLUXOS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS COMERCIALIZADOS PELOS
AGRICULTORES FAMILIARES NAS FEIRAS NO MUNICÍPIO DE MARABÁ-
PA**

Banca Examinadora do Exame de Tese de Doutorado em Geografia:

 Documento assinado digitalmente
RICARDO ANGELO PEREIRA DE LIMA
Data: 14/04/2025 09:09:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima (Presidente – PP GEO/UNIFAP)

Prof. Dr. João Santos Nahum (Examinador interno – PP GEO/UFPA)

 Documento assinado digitalmente
JOAO MARCIO PALHETA DA SILVA
Data: 14/04/2025 15:48:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. João Márcio de Almeida (Examinador interno – PP GEO/UFPA)

 Documento assinado digitalmente
PATRICIA ROCHA CHAVES
Data: 30/03/2025 09:19:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Patrícia Rocha Chaves (Examinadora externa – PP GEO/UNIFAP)

Prof. Dr. Márcio Douglas do Amaral (Suplente examinador interno –
PP GEO/UFPA)

Prof. Dra. Daginete Maria Chaves Brito (Suplente examinadora externa -
PP GEO/UNIFAP)

BELÉM-PA

2024

*“Enquanto houver espaço, corpo, tempo e
algum modo de dizer não*

Eu canto” (Antônio Carlos Belchior)

AGRADECIMENTOS

Claramente impossível demonstrar em palavras os apoios recebidos ao longo dessa tese, os incentivos, o amor e a gratidão. Guardo no coração cada palavra, cada apoio. Mas tentarei citar algumas pessoas que participaram massivamente no decorrer desse processo.

De início, agradecendo ao apoio familiar recebidos, em especial dos meus pais, Dilma e João Dias, que sempre foram meus braços e mãos nos momentos que mais precisei, inclusive, no decorrer do doutoramento, na qual, os problemas pessoais tomaram de conta. Embora, pessoas com pouca escolaridade, mas com muito conhecimento empírico a ensinar.

Minha adorável Clarice Marques, filha amada. A razão de meus esforços diários, de minhas lutas e conquistas. Meu encanto e fortaleza, minha grande parceira de músicas, a única que ouve *Cartola* comigo.

Minha irmã, Ester, que sempre me apoiou em tudo, sendo minha cartográfica de cabeceira com as confecções dos mapas. Júlio Fuzzate, meu cunhando, comandando os churrascos no fim de semana. Os dois sendo responsáveis por me proporcionar uma criança incrível, Davi, meu sobrinho amado.

Aos meus tios, José Euclides Sá e Dorivan. Companheiros diários de diálogos intensos, corteses e de profunda sensibilidade humana.

Aos meus primos, Nilson e Inês Amador, que mesmo de longe, sempre mandando mensagens de apoio e sempre perguntando como andava o doutoramento.

Ao querido amigo, professor/pesquisador Airton Pereira dos Reis (Universidade do Estado do Pará), que me acompanha desde a graduação na universidade. Meu grande incentivador na pesquisa, me ensinando os primeiros passos e muita paciência em seus ensinamentos, só gratidão a este gigante pesquisador.

Aos queridos amigos da UEPA, servidores, Marinalda Apinagés, Elzonete Cunha, Odinete Dias, Maria José Faria, Miriam Pereira e Danielle Monteiro, pelo incentivo e companheirismo.

Aos amigos de longa data, que, às vezes, mesmo distante, estão presentes: Jorge Alves, Renato Moura, Matheus e Juliana Bernardes, Toni Lima e irmã Dani, Júlio de Jesus, Luiz Carlos Martins, Diogo Silva, Felix Mourão, Raimunda Vilar, Dona Meire, Edeval, Elicarlos Lemos, Marcos Lopes, Ricardo Moura, Ariel Barros, Karol Cunha, Antônio Mota e Izabel Bastos, pelo apoio, incentivo e atenção.

Aos amigos de turma de doutorado 2020 (UFPA), Milena Quaresma, Juciane Belo, Viviane Santos e Marcos, vocês são incríveis.

Aos amigos de trabalho, professores queridos: Andréia Bassalo, Kelp Silva, Francisco Vilarins, Marizete Romio, Tatiane Marques, George Brazil, Odilon Vieira, Gidauto Júnior, Simone Felinto, Simone Otoni, Eudiléia Mesquita, Felipe Benedik, Felipe Nogueira, Nádia Albuquerque e Léia Ribeiro.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ricardo Ângelo, pela paciência em me proporcionar as correções pontuais.

Aos demais professores do PPGEQ/UFPA, João Márcio, Marcio Douglas, Adolfo Neto, Gabriel Veloso, Gilberto Miranda, João Nanhum, Arlete Almeida, Eder Paula, Luís Mauro, Jovenildo Cardoso, Patrícia Chaves e Carlos Bordalo, os meus mais sinceros respeito e gratidão.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão de bolsa de estudo. Minha eterna gratidão.

À todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais do sudeste paraense, que com a foice e enxadas, constrói esse território diariamente, com sangue nas mãos.

RESUMO

A presente tese sobre a comercialização no circuito de feiras da agricultura familiar de Marabá, no sudeste paraense. Objetivou-se analisar a contribuição do papel das feiras para estabelecer condições materiais de vida para famílias de agricultores e agricultoras rurais e fortalecimento da atividade camponesa nessa parte do território amazônico. A pesquisa buscou identificar e conhecer as duas feiras estudadas e como funciona o desenvolvimento do circuito inferior de comercialização para alimentos, buscando entender as características sociais e econômicas desenvolvidas pelos agricultores familiares. Nesse aspecto, foi estudado o assentamento responsável pela maior parte de produção de alimentos que são comercializados nas principais feiras da cidade, sua importância na escoação de alimentos. Como aspecto metodológico, o ponto de partida insere-se em uma ampla pesquisa bibliográfica e documental sobre a luta dos trabalhadores rurais por lote de terra na década de 1970, ano de criação das principais feiras da cidade. A pesquisa de campo ofereceu ferramentas necessárias que possibilitou o levantamento de informações através da realização de entrevistas semiestruturadas, onde foram entrevistadas famílias de agricultores, feirantes e consumidores das feiras. Como resultado, consegue-se apontar que as formas de comercialização nas feiras contribuem para manutenção das condições materiais de vida dos agricultores familiares, fortalecendo a luta dos trabalhadores rurais e proteção do meio ambiente com a produção agrícola familiar, e com a comercialização, os ganhos monetários retornam ao comércio de cidade na compra em lojas de materiais de construção, eletrodomésticos, aviamentos, entre outros. Observa-se que a produção no Assentamento Alegria contribui beneficentemente com a manutenção dos ecossistemas e biodiversidade, e que ali, muitos dos alimentos produzidos são utilizados na comercialização das principais feiras da cidade de Marabá.

Palavras-Chave: Agricultura familiar, Circuito inferior, Feiras urbanas, Amazônia.

ABSTRACT

This thesis on marketing in the family farming fair circuit of Marabá, in the southeast of Pará. The objective was to analyze the contribution of the role of fairs to establishing material living conditions for rural families of farmers and strengthening peasant activity in this part of the Amazon territory. The research sought to identify and learn about the two fairs studied and how the development of the lower food marketing circuit works, seeking to understand the social and economic characteristics developed by family farmers. In this aspect, the settlement responsible for the majority of food production that is sold at the city's main fairs was studied, as well as its importance in the flow of food. As a methodological aspect, the starting point is part of a broad bibliographical and documentary research on the struggles of rural workers for land in the 1970s, the year in which the city's main fairs were created. The field research offered necessary tools that made it possible to collect information through semi-structured interviews, where families of farmers, market traders and consumers at the fairs were interviewed. As a result, it is possible to point out that the forms of commercialization at fairs contribute to maintaining the material living conditions of family farmers, strengthening the struggles of rural workers and protecting the environment with family agricultural production, and with commercialization, the gains Monetary funds return to city commerce when purchasing building materials, household appliances, accessories, among others, in stores. It is observed that production in the Alegria Settlement contributes beneficially to the maintenance of ecosystems and biodiversity, and that there, much of the food produced is used to sell the main fairs in the city of Marabá.

Keywords: Family farming, Lower circuit, Urban fairs, Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa da situação geográfica de seis municípios no estado do Pará.....	37
Figura 2- Situação geográfica de Marabá no estado.....	45
Figura 3- Avenida Antônio Maia, principal área comercial da Velha Marabá.....	46
Figura 4- Vista frontal da feira coberta da Velha Marabá.....	47
Figura 5- Vista frontal do Partage Shopping Marabá.....	48
Figura 6- Mapa da localização das feiras na cidade de Marabá.....	56
Figura 7- Produtos comercializados na feira das Laranjeiras.....	80
Figura 8- Clientes no momento de comercialização.....	83
Figura 9- Fluxo de comercialização na feira da Velha Marabá.....	84
Figura 10- Mapa de localização do Projeto de Assentamento Alegria.....	87
Figura 11- Escola Municipal de Ensino Fundamental Vitória.....	91
Figura 12- Sede da Igreja Evangélica Assembleia de Deus.....	92
Figura 13- Associação dos Mini e Micro Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Alegria (AMMPRPA).....	93
Figura 14- Bancada de produção de alface hidropônico.....	95
Figura 15- Produtos produzidos pelas famílias de agricultores do PA Alegria.....	98
Figura 16- Produção de alface hidropônico no assentamento.....	99
Figura 17- Produção de porco caipira no assentamento.....	100

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Relação de gênero dos feirantes.....	61
Gráfico 2- Composição de idade dos feirantes.....	62
Gráfico 3- Composição de escolaridade dos feirantes.....	63
Gráfico 4- Composição dos feirantes por unidade da federação.....	64
Gráfico 5- Origem geográfica dos produtos comercializados.....	67
Gráfico 6- Participação familiar nas feiras.....	68
Gráfico 7- Rendimento mensal nas feiras por famílias.....	70
Gráfico 8- Composição de produtos comercializados nas feiras.....	71
Gráfico 9- Composição de recebimento de apoio para trabalho.....	73
Gráfico 10- Composição de mudanças pós covid-19.....	76
Gráfico 11- Composição de consumidores que entende o que é agroecologia.....	78
Gráfico 12- Composição de alimentos mais consumidos pelos os clientes.....	81
Gráfico 13- Composição de tempo de compra nas feiras representadas.....	82
Gráfico 14- Distribuição de criação de produtos de origem animal no assentamento.....	101
Gráfico 15- Distribuição de produtos de origem vegetal no assentamento.....	103

LISTA DE SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Agroecologia.

AMMPRPA - Associação dos Mini e Micro Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Alegria

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia.

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária

BASA - Banco da Amazônia

CEAGESP – Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros

CPT - Comissão Pastoral da Terra

EFA - Escola Família Agrícola de Marabá

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará

FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

HEMOPA -Hemocentro do Pará

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

IFPA - Instituto Federal do Pará

INCRA - Instituto Nacional de Reforma Agrária

ITERPA - Instituto de Terras do Pará

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento sem-terra

ONU - Organização pelas Nações Unidas

PA's - Projetos de Assentamentos

PIB - Produto Interno Bruto

PIN - Programa de Integração Nacional

PGC - Programa Grande Carajás

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

SEAGRI - Secretaria de Agricultura de Marabá

SEMA – Secretaria de Meio Ambiente

SEMED - Secretaria Municipal de Educação

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

UEPA - Universidade do Estado do Pará

UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. DO CIRCUITO ESPACIAL DAS FEIRAS URBANAS AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	23
1.1. As feiras urbanas e a troca de saberes.....	23
1.2. A agricultura familiar e sua relevância.....	26
1.3. A trajetória da agricultura familiar na Amazônia e no entorno de Marabá, no sudeste paraense.....	32
1.4. Uma leitura do campesinato no sudeste do Pará.....	36
1.5. Circuito inferior da economia urbana no corredor da Amazônia.....	41
1.6. A lógica de circuitos de comercialização em Marabá, no sudeste do estado do Pará.....	45
2. FEIRAS URBANAS DE MARABÁ: O PAPEL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E SEU PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO.....	51
2.1. Definindo os papéis e conceitos do circuito de feiras de Marabá.....	51
2.2. Análise do comércio do circuito das feiras da agricultura familiar da Velha Marabá e Laranjeiras.....	58
2.3. “Arruma a cangalha na cacunda que a rapadura é doce mais não é mole não”: As feiras e a agricultura familiar no circuito de comercialização.....	65
2.4. Uma breve análise do cliente: “O que consumo é de qualidade?”.....	76
3. PROJETO DE ASSENTAMENTO ALEGRIA: OS DESAFIOS NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR, EM MARABÁ.....	85
3.1. Breve caracterização do assentamento.....	86
3.2. Características físico-climáticos e produtividade no assentamento.....	95
3.3. Território e territorialidades: migração, trabalho e família.....	105
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS.....	116
ANEXO A – FONTES ORAIS.....	125
ANEXO B – ROTEIRO SEMIABERTO PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES NA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRODUTORES E COMERCIANTES...	126
ANEXO C – ROTEIRO SEMIABERTO PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES NA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR – CONSUMIDORES.....	128
ANEXO D – ROTEIRO SEMIABERTO PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES JUNTO A AGRICULTORES QUE PARTICIPAM DA FEIRA.....	129
ANEXO E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE.....	130

INTRODUÇÃO

Nos anos 90 tive uma infância marcada pelas cheias dos rios Tocantins e Itacaiúnas no município de Marabá-PA, algo bem característico das crianças ribeirinhas amazônicas. Passávamos longos momentos nos rios a brincar de forma inocente em canoas e outras embarcações.

Em minha memória afetiva, entre os 5 e os 10 anos de idade talvez esse seja o acontecimento mais marcante: o período de inundação desses rios. No período do inverno, com as chuvas, o aumento do nível desses dois rios afetava principalmente os bairros ribeirinhos do núcleo da Velha Marabá, onde começou e foi fundada a cidade no entroncamento desses rios: bairro do Cabelo Seco e bairro Santa Rosa.

As cheias eram um tempo de felicidade para nós, crianças pois para nós (em nossa inocência) representava mais espaço para brincar. Para os adultos, no entanto, a percepção de realidade era bem diferente: o caos social era instaurado nesses períodos de enchentes. Famílias ficavam desalojados das suas casas e eram encaminhados para abrigos improvisados pela prefeitura da cidade em escolas, galpões ou feiras. Esse foi o meu primeiro contato com as feiras.

Só depois, na fase adulta, soube que os feirantes não tinham onde ofertar os seus produtos, buscando barracas improvisadas em outros espaços, e nós, não tínhamos nenhuma ajuda financeira do governo e ainda com os pais desempregados, pois muitos empregos informais, como empreitadas para trabalho de pedreiro, sem carteira assinada. Nesse momento de vulnerabilidade social também se manifestava as contradições sociais: as pessoas com maior poder aquisitivo instalavam-se nas zonas mais altas da cidade, enquanto as populações mais pobres e humildes ocupavam as áreas com baixa declividade na cidade. Minha percepção sobre a territorialidade e, da influência das mazelas sociais nesses deslocamentos, foi-se ampliando gradualmente.

Passei a maior parte da minha infância no bairro Santa Rosa, morando na rua Marechal Deodoro da Fonseca. Nos livros de História da escola que estudava soube depois que foi um importante líder militar do Exército a serviço

do governo imperial brasileiro, em conflitos como a Revolta Praieira e a Guerra do Paraguai.

Nesse bairro, juntamente com outras crianças margeávamos os rios com pesca, mergulhos e diversos tipos de brincadeiras. Andávamos a pé, pelas mais diferentes ruas, chamadas Mestre Olívio, Silvino Santis, esta última popularizada como rua do “Meio”. O momento político e histórico que vivíamos nos corresponde ao período da redemocratização do país, mais particularmente no sudeste paraense, onde se destaca a política de Reforma Agrária e a criação de assentamentos rurais, decorrentes da luta dos movimentos sociais, sobretudo dos trabalhadores rurais, que se tinha vindo a notabilizar como política pública implementada pelo então Presidente da República, Sr. Fernando Henrique Cardoso (1995-2001).

Nessa época os trabalhadores rurais já se deslocavam para o Norte do Brasil, onde trabalhavam em fazendas como meeiros, agregados, vaqueiros e peões temporários, ainda sobre os efeitos dos discursos da ditadura civil-militar que vigorou no país de 1964-1985. Discursos esses direcionados para a valorização do homem do campo, a integração nacional e a redução das desigualdades sociais.

No ano de 1993 minha família mudou para o Núcleo Cidade Nova e, posteriormente para o bairro Belo Horizonte, mais especificamente na rua Curitiba. Era uma área bem mais alta da cidade e impossível de ser atingida pela enchente dos rios. Aquele era o final de anos de “diásporas” e “deslocamentos” de minha família ocasionado pelas inundações.

Por esse tempo conheci o educador Emmanuel Wambergue “Manu”, que trouxe a experiência da Pedagogia da Alternância para o Sudeste do Pará, com a Escola Família Agrícola (EFA) instalada em Marabá. Em seguida aconteceu a Fundação da FATA (Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia) juntamente com o professor Jean Hébette, da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Nesse período a FATA era assistida pelos sindicatos dos trabalhadores rurais da época. Nesse mesmo âmbito, tínhamos também um programa denominado de CAT (Centro Agro-Ambiental do Tocantins) que promovia diálogo de saberes em um espaço geográfico que acontecia um processo de luta pela posse de terra.

Esses condicionantes marcaram minha infância e que me ajudaram a atuar na fase adulta da vida, como pesquisador, em busca por compreender melhor esse espaço amazônico em que vivo, tão rico na diversidade de fauna e flora, com grande abundância de terra, mas, ao mesmo tempo, com tantos problemas sociais, econômicos, com disputas territoriais e problemas ambientais. Um território rico, com as maiores jazidas de minérios do planeta, mas com grande número de desemprego e pessoas de baixa renda vivendo de empregos sazonais, esporádicos e informais (e também desvalorizados). Entre esses os feirantes que moram em assentamentos e vicinais de difícil acesso, e vão somente aos finais de semana, venderem seus produtos agrícolas: hortaliças, legumes, azeite de coco, frutas, etc. nas feiras urbanas do município de Marabá-PA.

Com esse viés, a presente tese trata de um tema socioeconômico e territorial, ao abordar o papel das feiras urbanas agricultura familiar no município de Marabá-PA.

A agricultura familiar é crucial para a sustentabilidade rural e para o abastecimento de produtos alimentícios nas feiras, além de contribuir para a preservação ambiental.

A construção dessa tese torna-se complexa ao refletirmos sobre suas (quase) infinitas possibilidades de caminhos ou vieses de abordagens. Ao tratarmos do território no qual foi construída - a Amazônia Legal - os dilemas são ainda mais desafiadores. Para tanto, requer-se preliminarmente pensarmos sobre o contexto histórico-político no qual o tema dessa tese está ancorado.

Durante a ditadura civil-militar (1964-1985) os discursos do Estado eram direcionados à apropriação desse território, buscando, além da integração nacional, a valorização do homem no campo com a redução das desigualdades sociais e regionais prometendo oportunidades econômicas e lucros fáceis e exorbitantes. Em discurso proferido em 08 de outubro de 1970, em Manaus (AM), o Presidente Emílio Garrastazu Médici defendeu a transferência de nordestinos para áreas de colonização na rodovia Transamazônica como forma de ocupar os “espaços vazios” ou com baixa densidade demográfica e para solucionar problemas relacionados aos conflitos sociais do Nordeste brasileiro e de criação de polos de mão de obra favoráveis à expansão dos projetos agropecuários e industriais nessa parte desse território (Pereira, 2013, p. 20).

Com as promessas do governo federal, essas medidas solucionariam - política e economicamente - as tensões e conflitos sociais concernente a questão agrária no Nordeste e no Centro-Sul do país, propiciando o desenvolvimento dessa parte do território amazônico (Hébette, 2004), consolidando as políticas de desenvolvimento planejadas para a Amazônia.

Entre foices, enxadas e arados, centenas de famílias de trabalhadores rurais empobrecidas de outras regiões do país, principalmente no Nordeste brasileiro, estabeleceram-se às margens da Transamazônica, em busca de terra para morarem e cultivarem.

Nesse processo de deslocamento populacional, coube ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), promover a Reforma Agrária, com 100 quilômetros de cada lado da Rodovia Transamazônica reservados aos Projetos Integrados de Colonização (PIC). Desse modo, a migração para o sul e sudeste do Pará acabou superando as estimativas dos planejadores oficiais pelo grande deslocamento populacional. Migrantes com suas famílias de diferentes estados brasileiros passaram a chegar em ritmo acelerado não sendo supridas pelas ações do INCRA nessa parte do território amazônico. Diferentes áreas de terras devolutas, que ainda existiam, foram ocupadas por esses trabalhadores rurais. Mas o mesmo também ocorreu de forma indevida com imóveis com títulos de aforamentos, reservados à exploração da castanha do Pará (*Bertholletia excelsa*), ou com projetos agropecuários destinados ao gado bovino. Tudo isso gerou grande tensão social que, aos poucos foi transformando-se em conflitos graves (Fernandes, 1999).

Nesse contexto de ocupações, deslocamentos e lutas por terras no entorno dos grandes projetos para a Amazônia, os trabalhadores começam a produzir alimentos para sua própria subsistência em seus lotes de terra, sendo o excedente vendido nos núcleos urbanos mais próximos. Assim, as primeiras experiências de feiras urbanas em Marabá surgem na década de 1970 e, concomitantemente, os primeiros debates da categoria agricultura familiar no sudeste paraense e suas implicações na produção de alimentos.

Ricardo Abramovay (2012), sugere que esse debate se caracteriza como modo de organizar a produção pautado no trabalho e na gestão de forma interligada diretamente aos agricultores, com diversificação produtiva, uso

sustentáveis dos recursos naturais e tomada de decisões sobre sua própria produção (autonomia), ou seja, depende da força produtiva do outro.

Para Silva e Borges (2020) quando se fala em agricultura brasileira, destaca-se uma grande importância para o sistema agroalimentar, seja pela empregabilidade do homem no campo ou, ainda, pela produção de alimentos para o abastecimento interno. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), de 2009. O setor de agricultura familiar vem sendo responsável por 74% das pessoas ocupadas no campo, e por 70% dos alimentos agrícolas destinados ao abastecimento interno.

Nos anos de 1990, essa categoria vem ganhando legitimidade e força no cenário brasileiro. No entanto, apesar dos avanços consideráveis, a cadeia agroalimentar estabelece padrões que acabam restringindo a participação dos agricultores familiares no mercado brasileiro em que os incentivos econômicos - em grande parte - são direcionados para fortalecimento do agronegócio¹ brasileiro (Santos, 2013).

Segundo Carvalho e Grossi (2019), a produção agrícola familiar é responsável no Brasil, principalmente pelo abastecimento do leite, café, trigo, arroz, feijão, milho, mandioca, aves e ovos nos pequenos e grandes centros urbanos. No Brasil, existem aproximadamente 4,4 milhões de estabelecimentos familiares, presente em 90% dos municípios brasileiros, sendo sua maior parte concentrada no Nordeste. Também responde por 35% do produto interno bruto nacional e absorve 40% da população economicamente ativa do país.

No contexto histórico brasileiro, Picolotto (2014, p.22) aponta que a agricultura familiar foi pensada do ponto de vista da sua importância socioeconômica, tendo sido relegada pelo Estado e pelos setores dominantes a uma condição subsidiária aos interesses da grande exploração agropecuária. Esta última foi considerada, ao longo do tempo, como a única capaz de garantir a divisas para o país através da exportação de produtos agrícolas de interesse internacional nas regiões estratégicas consideradas secundárias, tais como a produção de alimentos para o mercado interno (principalmente para as

¹ Segundo Pompeia (2020), refere-se a soma de todas as operações da fazenda, mais a manufatura e a distribuição de todos os insumos de produção agrícola providos pelos negócios, mais o total das operações realizadas em conexão com a manipulação, estocagem, processamento e distribuição de commodities agrícolas.

populações das cidades) e servir como reserva de força de trabalho acessória nos momentos em que as grandes explorações necessitassem.

Picolotto (2014) segue dizendo que a invisibilidade socioeconômica e política da agricultura familiar foi fruto de um longo processo de subjugação e, em muitos casos, de dependência das grandes exportações. O latifúndio, ou grande propriedade, dominante em toda a história brasileira, se impôs como modelo socialmente reconhecido, como aponta alguns trabalhos historiográficos. À margem ou associada à grande exploração agropecuária sempre existiu uma diversidade de formas sociais e de trabalho: camponeses, agricultores, colonos, arrendatários, parceiros, agregados, moradores e até sitiantes, termos que não podem ser compreendidos sem uma articulação com a grande produção agroindustrial e pastoril.

No conjunto dessas informações os agricultores familiares respondem por uma dimensão social, econômica e sustentável. Desse modo, existem outros temas que acabam desencadeando outras problemáticas, como o espaço necessário para as feiras, que permitem - através da venda direta ao consumidor - ampliar a fonte de renda dessas famílias. As feiras urbanas de Marabá são entendidas como sistema local de comercialização, detentora de uma dinâmica peculiar de funcionamento, as quais cumprem papéis importantes no abastecimento urbano e na manutenção de um espaço de viabilização da agricultura familiar regional.

Rocha e Anjos (2016) conceitualizam que as feiras se constituem em modalidade de comércio ao ar livre de ocorrência semanal ou diária, oferecendo a oportunidade para que o agricultor familiar comercialize o excedente de produção, oferecendo alimentos de qualidade e conseqüentemente conquistando independência socioeconômica.

Mas os tempos são outros. Período de grandes transformações na sociedade contemporânea, as quais, em boa medida, incidem fortemente sobre o universo sociocultural correspondente as feiras. No caso de Marabá, tem-se o crescimento de empresas atacadistas modernas (Rede de hipermercados) que notavelmente ampliam sua participação no abastecimento de produtos vegetais frescos, processo que ocasiona a perda de protagonismo das feiras.

Essa tendência se vê fortalecida em razão da própria incapacidade dos feirantes em adequarem-se aos novos tempos. A precariedade com que muitos

deles exercem sua atividade aparece estampada na falta de utensílios utilizados e de organizarem-se enquanto categoria profissional (Amador, 2017).

Desse modo, existe algumas questões a serem levantadas e resolvidas sobre a agricultura familiar nessa tese, e como esse estudo poderia fortalecer a dinamização das atividades econômicas desenvolvidas no circuito de feiras de Marabá. Sendo assim, o que se propõe é uma análise mais detida sobre as feiras e seu papel na ocupação do espaço, compreendendo o funcionamento da economia inferior em seus locais de comercialização, e como tal atividade poderia contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar, no sudeste paraense.

O problema central da tese é a comercialização dos produtos agrícolas da agricultura familiar nas feiras de Marabá, no sudeste do Pará, e como essas feiras contribuem para a sustentação das condições materiais de vida das famílias agricultoras. Do ponto de vista da dinâmica geográfica, o problema se enquadra no estudo das dinâmicas territoriais e econômicas associadas às feiras, que atuam como um espaço de interação social e econômica entre o campo e a cidade, revelando as contradições e complexidades de um território caracterizado pela marginalização da agricultura familiar frente ao avanço de outras atividades econômicas, como o agronegócio.

A hipótese da tese, baseada na função socioeconômica das feiras, sugere que elas cumprem um papel central na economia local, beneficiando tanto consumidores quanto produtores, além de reforçarem as práticas sustentáveis da agricultura familiar. A hipótese está fundamentada na literatura geográfica, especialmente na teoria do circuito inferior da economia, conforme elaborado por Milton Santos (1978). O circuito inferior, ao qual as feiras estão associadas, é visto como um espaço que resiste às formas hegemônicas do capital, permitindo a subsistência de uma parcela da população excluída do mercado formal e contribuindo para a manutenção de laços sociais, culturais e econômicos em escalas locais.

Assim, **o objetivo geral** da presente tese se apresenta como uma análise das feiras agrícolas no município de Marabá-PA como espaços de comercialização e a relação delas com a agricultura familiar.

Por sua vez, os objetivos específicos ficam assim delineados:

-Analisar o papel das feiras urbanas no fortalecimento da agricultura familiar em Marabá.

-Investigar como os fluxos de comercialização contribuem para a sustentabilidade econômica das famílias de agricultores.

-Compreender as dinâmicas socioeconômicas e territoriais envolvidas na comercialização de produtos agrícolas familiares nas feiras.

A pesquisa utiliza uma metodologia que combina revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo, o que permitirá uma compreensão aprofundada do tema. A inclusão de entrevistas semiestruturadas com agricultores e consumidores espera adicionar uma dimensão prática e empírica à análise. Esse enfoque na relação entre o território e a agricultura familiar na Amazônia, com foco nas feiras urbanas, espera trazer uma perspectiva inovadora sobre como essas dinâmicas impactam a sustentabilidade socioeconômica da região, destacando a importância do “circuito inferior da economia urbana.”

Dentro da esfera metodológica, tivemos o cuidado de realizar o planejamento da pesquisa em duas etapas. Em primeiro momento uma vasta análise documental (Bardin, 1977), buscando-se contextualizar e fazer uma caracterização do campo e objetos de pesquisa, para aprimoração do estudo. As obras de autores nacionais e regionais foram os guias nos momentos de grande angústia e aflição no desenvolvimento da pesquisa. No segundo momento, o trabalho de campo propriamente dito, com visitas constantes a feiras urbanas de Marabá, convivendo de fato com a *realidade-campo* (Andaloussi, 2004), próximo das relações sociais existentes e atividades desenvolvidas junto a esses sujeitos.

O assentamento em questão, foi escolhido na pesquisa pelo fato de ser um dos maiores responsáveis pela produção de alimentos e escoação desses produtos pelas famílias de agricultores. Discutisse-se também pautas importantes, como política de créditos, compra de terras, desapropriação de imóveis rurais e política fundiária de acesso à terra.

Objetivando a compreensão dessas realidades como experiência coletivas e colaborativa sobre a questão dos circuitos de feiras de Marabá, convivendo com as famílias de agricultores familiares para problematizar o tema em questão – frisa-se que o campo no assentamento contribuiu para

ampliar o leque de respostas. Tendo como objetivo a produção de dados e análises voltadas a construção de respostas referenciadas na questão por ora aqui apresentada.

Ainda na primeira etapa, de pesquisa documental, contribuiu para o enriquecimento da pesquisa - com contextualização histórica e sociocultural – tendo como foco uma relação estreita do campo. Com a produção de dados e descrições analíticas, pode-se ilustrar como as feiras urbanas foram sendo constituídas historicamente de forma regional no sudeste paraense e como a agricultura familiar desenvolve-se nessa parte desse território. Definiu-se uma busca de documentos que dessem conta de informações concernentes ao tema proposto.

De posse desses documentos, e da revisão de literatura, com levantamentos de teses, dissertações de mestrado e fontes, foram tomados com principais referências para esta construção, em âmbito nacional, as obras de Milton Santos e Maria Laura Silveira (Santos e Silveira, 2004), Flavio Sacco dos Anjos (Anjos, 2005), Bernardo Mançano Fernandes (Fernandes, 1999), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (Oliveira, 1993), Marco Aurélio Saquet (Saquet, 2019), além de documentos gerados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

De âmbito regional, os trabalhos de Airton dos Reis Pereira (Pereira, 2013), Fernando Michelotti (Michelotti, 2019), Armando Diniz Gutemberg Guerra (Guerra, 2015), Sávio Coelho Alves (Alves, 2022), Jovenildo Cardoso Rodrigues (Rodrigues, 2015), Márcio Douglas Amaral (Amaral, 2010), a partir dessas análises bibliográficas, buscou-se desenvolver os capítulos que serão apresentados subsequentes.

Esta tese está organizada em três capítulos, além dessa seção introdutória e da conclusiva. Desse modo, o primeiro capítulo, intitulado – *Do circuito espaciais das feiras urbanas ao desenvolvimento da agricultura familiar* – se faz uma discussão teórica-metodológica da tese. Trata-se de explorar os vínculos existente entre as feiras e o contexto regional. As relações afetivas que são criadas no circuito de feiras de Marabá, traçar uma relação com o contexto sociopolítico da época, em um período de grande repressão política e a possível chegada de leva de migrantes nordestinos para a região sudeste do Pará, para atuar nos programas do governo civil-militar, cita-se como exemplo

o PIN (Programa de Integração Nacional) e o PGC (Programa Grande Carajás).

Sabe-se que nas feiras de Marabá, os produtos comercializados são provenientes, em sua maioria, de projetos de assentamentos nos arredores da cidade desenvolvido pelas famílias de agricultores. O ator social agricultor/feirante, portanto, desencadeia o processo de comercialização nas principais feiras da cidade. Nesse processo, argumenta-se sobre circuito inferior de economia urbana, que são os pequenos mercados informais, atividade e serviços não modernos, ou em outras palavras, capitalismo de fundo de quintal desenvolvido nessa parte da Amazônia Legal (Santos, 1978).

No segundo capítulo, intitulado *Feiras urbanas de Marabá: o papel de fortalecimento da agricultura familiar e seu processo de comercialização* busca-se compreender a lógica de funcionamento das duas feiras pesquisadas e as relações estabelecidas com a produção agrícola familiar. Estabelecer o estado de arte do circuito de feiras de Marabá, examinamos o perfil dos feirantes, consumidores e os locais que foram produzidos os produtos ali comercializados a luz dos dados disponíveis. Discutimos a estrutura organizacional das feiras e o próprio exercício da atividade, grau de satisfação, perspectiva em relação ao futuro, ganhos financeiros, produção sem agrotóxico, entre outros.

A perspectiva dos consumidores também é retratada nesse capítulo na tentativa de captar a percepção destes em relação aos feirantes, do papel que cumprem atualmente nas feiras de Marabá, assim sobre o futuro deste equipamento de comercialização. É amplo os aspectos discutidos e abarca o imaginário das pessoas e sua opinião sobre a qualidade dos produtos comercializados, a existência ou não de um diferencial em relação a outros canais de comercialização, assim como outros atributos pertinentes.

No terceiro e último capítulo denominado de *Projeto de assentamento alegria: os desafios na produção agrícola familiar, em Marabá*, se estabelecem a relação do assentamento com as feiras urbanas, compreendendo que são responsáveis pela produção dos alimentos comercializados nas feiras. Constrói-se também um debate sobre a Reforma Agrária, frisando a importância que esse processo se relaciona com os assentamentos estabelecem para famílias de agricultores para obtenção de renda.

1. DO CIRCUITO ESPACIAL DAS FEIRAS URBANAS AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

As feiras cumprem um papel socioeconômico, através de atendimento a setores da população rural e urbana, tais como aposentados, pensionistas, autônomos, profissionais liberais e da população que possui menor poder aquisitivo. Mas como se configura esse papel secundário na economia local, regional e nacional? O que a origina? É o que analisaremos nesse capítulo.

1.1. As feiras urbanas e a troca de saberes

As primeiras referências sobre feiras coincidem com o aparecimento dos primeiros burgos e a intensificação das trocas comerciais. No velho continente este processo consolidou-se a partir século XI com o desenvolvimento do comércio no Mar Mediterrâneo e a abertura de grandes rotas comerciais entre Ocidente e Oriente (Nunes, 2015).

Os encontros periódicos de produtores e mercadores aconteciam em datas pré-fixadas, em comemorações religiosas e profanas, as quais alternavam-se ao longo das estações do ano. A localização estratégica era um fator que conferia destaque e progresso às feiras, como as de *Tryes*, *Lagny-sur-marne*, *Bar-sur-aube* e *Provins*, localizadas no condado de Champagne, no nordeste francês (Anjos, Godoy e Caldas, 2005).

No Brasil, as primeiras referências que se sabe sobre uma regularização comercialização remonta ao ano de 1687, quando em São Paulo oficializa-se a venda de “*gênero da terra, hortaliças e peixe, no terreiro da Misericórdia*”. A partir de então, as feiras expandiram-se por todo o território brasileiro desempenhando um importante papel no abastecimento urbano dos mais diversos tipos de produtos agropecuários. (Anjos, Godoy e Caldas, 2005).

Portanto, nos pequenos municípios do interior brasileiro, sua presença reveste-se de uma importância transcendental, especialmente para os agricultores familiares, ao assumir a função de trocas de bens, mercadorias e serviços, servindo também de palco em que opera a troca de saberes e onde se estabelece um elo entre o urbano e o rural (Anjos e Becker, 2014).

De acordo com a definição de Pierri (2011, p. 11) as feiras livres são eventos periódicos de ocorrência diária ou semanal, que ocorrem em espaços públicos, aonde homens e mulheres realizam trocas comerciais de mercadorias, com a finalidade de garantir suas condições materiais de vida. Ao propiciarem o escoamento da produção agrícola local podem colaborar com programas e estratégias de desenvolvimento local.

Pierri (2011) ainda reforça que as feiras contribuem de maneira significativa para o fortalecimento identitário de comunidades locais, atribuindo a elas o resgate histórico dos povos tradicionais e seus costumes. Compreende-se como espaço democrático, que se transformam a todo momento reforçando a cooperação entre os indivíduos de uma mesma comunidade.

Reafirmando o autor acima, Medeiros (2010, p. 45) destaca:

A feira é um espaço democrático de convivência, em que os sujeitos sociais se encontram, trocam experiências e vivências e aprendem mutuamente, informalmente, ao lado de toda modernidade dos grandes conglomerados de redes de supermercados. A feira resiste e essa resistência tem sua origem na própria forma de como as pessoas que dela participam vão criando estratégias de sobrevivência, formas e meios de continuar subsistindo, mostrando sua visibilidade quando muitas vezes são vistos como se fossem seres invisíveis.

Medeiros (2010) também reitera o papel das feiras como espaço democrático e afirma também que resistem diante de conglomerados de redes de supermercados, apresentando importante papel social dentro das comunidades que delas sobrevivem, traçando a marca de um povo e fortalecendo as lógicas camponesas. Além disso, a feira é um espaço que comporta várias relações sociais, até mesmo estranhamento com outros laços de amizade e solidariedade. A feira contribui para a dinamização de seus produtos, além de ambiente de pleno convívio social e cultural.

Normalmente os produtos comercializados nesses espaços são baseados no excedente de produção da prática agrícola familiar, diretamente ligada à divisão social do trabalho, que em certo grau possibilitou o aumento da produção (Picolotto, 2014). Nesse contexto, passou a ganhar força o intercâmbio das mercadorias nesses espaços. O excedente da produção era trocado por outros produtos e, posteriormente, por dinheiro nas cidades. Assim

surgem as feiras. Local onde pode-se encontrar os produtos que se necessita ou que não pode produzir (Nunes, 2015).

No Brasil, as feiras remontam desde o período colonial com o extrativismo do pau-brasil (*Paubrasilia echinata*) e exploração do monocultivo da cana de açúcar. Com importância única, esses produtos eram responsáveis pelo abastecimento direto aos consumidores, na geração de renda para a população rural e na movimentação do comércio urbano, ou seja, rural e urbano. Salienta-se que a importância da feira ultrapassa questões econômicas, pois tem papel fundamental em hábitos alimentares, costumes sedimentados e a própria cultura (Anjos e Becker, 2014).

Como afirma o mestre Sivuca², em 1978, com a canção “*Feira de Mangaio*” em que explora inúmeras situações recorrentes, como: “fumo de rolo arreio de cangalha. Eu tenho para vender, quem quer comprar bolo de milho broa e cocada. Eu tenho para vender, quem quer comprar”, demonstrando que as feiras se manifestam na cultura brasileira. O mestre Sivuca relata em sua canção a variedade de produtos comercializados nas feiras urbanas, apresentando-se como difusora de produtos dos mais simples, até os mais complexos de serem encontrados nos espaços urbanos.

Com misto de elementos culturais, as feiras fortalecem a identidade local, sociabilidades, trocas de conhecimento, contatos e o principal, a negociação entre feirantes e consumidores. As feiras têm como objetivo associar todos os pequenos e médios produtores agropecuários que desejam comercializar de forma atrativa os produtos hortifrutigranjeiros, conservas, doces, produtos derivados do leite e da industrialização artesanal, artigos oriundos do artesanato, cultura e lazer e outros gêneros alimentícios (Araújo e Ribeiro, 2018).

Em trabalho originalmente publicado por Medeiros (2010), sobre as feiras amazônicas, as alternativas de organização do trabalho, da produção e da circulação de mercadorias, são ressignificados como espaços que não podem ser reduzidos à dimensão econômica, elas são lugares também de

² Severino Dias de Oliveira (1930 – 2006), mais conhecido como Sivuca, nasceu em Itabaiana/Paraíba, foi um multi-instrumentista, maestro, arranjador, compositor, orquestrador e cantor brasileiro. Suas composições giram em torno da música popular tipicamente nordestina como o forró e o frevo. Entretanto, devido as suas viagens aos Estados Unidos, Sivuca compunha jazz e blues, dentre outros (Taveira, 2020).

encontro, onde as trocas de mercadorias ocorrem simultaneamente a uma troca simbólica, envolvendo vivências e experiências de sentir a Amazônia.

Corroborando com Medeiros (2010), Alves (2022) entende que as feiras na Amazônia contribuem para dinamizar a economia informal e que, na maioria das cidades da Amazônia, ela é presente, contribuindo na construção identitária da sociedade ribeirinha, se tornando também espaços de encontros dos moradores locais, onde as inter-relações pessoais acontecem, para se debater diferentes temas. A feira estimula, assim, a noção de pertencimento. Contribuem expressivamente, para preservar a autonomia dos produtores, aumento de suas rendas, diminuição do êxodo rural, desenvolvimento da agricultura local (de forma sustentável) e diminuir o poder de barganha dos supermercados, mercearias, restaurantes entre outros (Silva e Borges, 2020).

A troca de saberes, sociabilidades e fortalecimento das atividades econômicas reproduzem a significância das feiras para os dias atuais, sobrevivendo há séculos na sociedade e resistindo aos moldes da sociedade.

1.2. A agricultura familiar e sua relevância

A agricultura moderna nasceu durante os séculos XVIII e XIX em diversas partes da Europa. Um intenso processo de mudanças tecnológicas, sociais e econômicas, que atualmente chamamos de Revolução Agrícola ou Neolítica³, teve papel crucial na decomposição do feudalismo e no advento do capitalismo. Mas esse parto resultou de uma gestação de dez séculos. A fusão das civilizações germânica e romana, que engendrou o feudalismo europeu, começou a aproximar a prática agrícola, propriamente dita, da pecuarização (Caporal, 2009; Ehlers, 1999; Oliveira, 2007).

Desse modo, deixando de serem atividades opostas, para se tornar cada vez mais complementares, o cultivo e a criação de animais formaram progressivamente os alicerces das sociedades europeias. E esse longo acúmulo acabou por provocar um dos mais importantes saltos de qualidade da

³ A Revolução Agrícola ou Revolução Neolítica foram as transformações que ocorreram na cultura agrícola que influenciaram na história da humanidade que migraram do sistema de caça e coleta para sobreviver passando a utilizar a agricultura como principal fonte de cultivo do solo para plantação de alimentos (Ghidini e Mormul, 2020, p. 10).

civilização humana: a luta pelo fim da escassez de alimentos (Ehlers, 1999, p. 20).

A revolução agrícola se deu inicialmente para minimizar a escassez de alimentos, tendo em vista o crescimento do contingente populacional. Dessa forma, a produção agrícola em grande escala supriria uma necessidade que até então poderia surgir, mesmo que para isso, houvesse que se utilizar de meios que agredissem o meio ambiente (Oliveira, 2007).

Com o evento da modernização da agricultura, emerge, então, a preocupação com problemas socioeconômicos quanto ambientais. Dentre os problemas de cunho ambiental podemos citar a destruição das florestas, a erosão e a contaminação dos recursos naturais e os alimentos tornaram-se consequências quase inerentes à produção agrícola (Ehlers, 1999).

Diante dessa relação com a revolução agrícola e suas possíveis contradições aos danos ambientais, se impõe como ferramenta de resistência: a agricultura familiar, com suas diretrizes alicerçadas em cuidado ao meio ambiente, valorização da biodiversidade e manutenção dos ecossistemas. Durante a segunda metade do século XX, emerge a necessidade de se pensar a respeito do meio ambiente e suas possíveis implicações a prática predatória agricultáveis (Herrera, 2012; Picoletto, 2014).

Com trabalhos dedicados a questões agrárias, Chayanov (1974). Concentra-se sua investigação em "*terra, trabalho e capital*", em que passa duas décadas pesquisado essa temática aborda, sobretudo, estudos relacionados a reprodução e resistência camponesa tendo como principal obra: "*A Organização da Unidade Econômica Camponesa*", publicada em 1925. Colocando-se como elemento fundamental, a caracterização do campesinato a partir do núcleo familiar e do balanço trabalho-consumo existente na unidade doméstica.

Em sua perspectiva, diferencia modo de produção capitalista de modo de produção camponesa. Assim, não parte do princípio da subordinação dos camponeses pela renda da terra e de sua inserção na dinâmica capitalista. Desse modo, aferi que a circulação camponesa, onde reside sua subordinação ao capital e a conseqüente expropriação do camponês, é considerada marginal na sua leitura. O autor parte da necessidade de consumo, a subsistência da

família para entender o trabalho camponês e a conseqüente reprodução familiar (Chayanov, 1974).

Tal percepção Chaynoviana, se dá a partir de seus estudos de produção camponesa na Rússia, no início do século XX e conclui que as famílias camponesas trabalham para atender às necessidades básicas de seus membros. Reiterando o afirmado acima, sua teoria considera que não há acumulação de capital e nem de trabalho assalariado, o que torna a unidade de produção camponesa não capitalista. E sobre aumento de produção, considera que está relacionado ao número de trabalhadores, consumidores e de suas necessidades dentro da unidade familiar (Chayanov, 1974).

Chayanov (1974) entende a produção camponesa, como um modo de produção singular, que tem como características principais: a produção para a subsistência, comercialização e atividades agrícolas não eventuais, não contempla à acumulação de capital, unidade familiar como base, uso da força de trabalho familiar, pequena propriedade e cooperação entre camponeses. Com uma dinâmica específica, na relação trabalho-consumo, a diferenciação demográfica é um fator importante dentro da produção.

No debate acadêmico sobre produção camponesa, outra contribuição importante atribui-se a Ploeg (2009), considerando que a agricultura camponesa (ou o modo de produção camponês) tem origem e está imersa nessa condição. A condição camponesa consiste na luta por autonomia e por progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação (Ploeg, 2009, p.18).

Cabe colocar dentro dessa condição que a agricultura dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento que ambas têm elevados níveis de dependência e, como afirma Oliveira (2007), as vias e os mecanismos dessa dependência, assim como o grau de privação, marginalização e insegurança associada, podem variar. Para os países desenvolvidos, o fenômeno se dá por meio de diferentes formas de pressão sobre a agricultura, esquemas regulatórios e pelo poder do agronegócio.

Considera também, ainda a importância da autonomia dentro da luta camponesa, a valorização da terra dentro desse contexto por acreditar que a

mesma representa liberdade e grande poder simbólico para as lutas travadas no passado e no presente.

No que concerne à agricultura familiar Souza (2009), enfatiza a superioridade técnica em detrimento do sistema de agricultura empresarial. Esse modelo de agricultura tem uma estrutura complexa que evidencia se por levar em consideração fatores sociais e grande competitividade com a agricultura empresarial.

Ploeg (2009) considera em vários aspectos que a agricultura familiar se apresenta com uma relação de troca não mercantilizada com a natureza. Sugerindo em seus estudos uma subserviência com a sustentabilidade e possível relação harmônica entre homem-natureza. Sendo assim inferi:

A produção camponesa é baseada numa relação de troca não mercantilizada com a natureza. Ela somente se insere na troca de mercadorias para vender seus produtos finais. Consequentemente, os circuitos de mercadorias não ocupam papel central na mobilização de recursos. Se não todos, pelo menos a maioria dos recursos resulta da coprodução do ser humano com a natureza viva (por exemplo, terra bem fertilizada e trabalhada, gado cuidadosamente selecionado e reproduzido, sementes selecionadas). Se, no entanto, os circuitos de mercadorias começam a exercer um papel de maior relevância na mobilização de recursos, a produção agrícola passa a se tornar parte do universo da agricultura empresarial (e/ou capitalista) (Ploeg, 2009, p. 20).

Dentro dessa perspectiva a coprodução do ser humano com a natureza, é um dos elementos fundamentais para esse formato de agricultura. Ploeg (2009) enfatiza ainda essa relação dicotômica onde ambos interagem entre si e se ajudam para uma produção agrícola baseada na valorização do trabalhador rural.

Extrai-se de tudo isso a relevância que se apresenta a agricultura familiar, em seus modos de produção pautados na valorização da natureza e em conceber os produtos dentro de uma perspectiva humanizada, afastando, com isso, o conceito mais moderno de agricultura que precariza as relações sociais.

É importante enfatizar, que no decorrer dessa tese, os termos agricultura familiar e camponesa serão utilizados como sinônimos. Alguns autores sugerem divergência na significância, mas iremos aqui abordar essas diferenças como forma de deixar o texto mais didático-explicativo.

Pois bem, diversos trabalhos acadêmicos como forma de objetivar, colocam esses dois sujeitos como distintos. O primeiro representa o progresso, o novo e o moderno; enquanto o segundo representa o velho, o atraso e o arcaico. Compreendemos que ambos são os mesmos vivendo em condições diferenciadas. São componentes do campesinato e resistem ao avanço capitalista por vias distintas, realidade que persiste em desafiar a ciência e a encontrar o papel e o lugar dos camponeses na sociedade capitalista (Felício, 2006).

Em suma, o sujeito agricultura familiar está condicionado a um termo técnico para designar genericamente as unidades produtivas nas quais a terra, os meios de produção e o trabalho encontra-se estreitamente vinculados ao grupo familiar. Dessa forma, as categorias de análise até então utilizadas para caracterizarem essas unidades de produção - como campesinato, pequena produção, agricultura de subsistência, produção de baixa renda, entre outras - perderam seu poder explicativo, favorecendo a emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria agricultura familiar (Felício, 2006).

Estudos como de Ploeg (2009), Oliveira (2002) e Fernandes (2000), resgatam a importância da agricultura camponesa e, de certa forma, ratificam e privilegia a mesma, com enfoque na luta e na resistência, mediante de criação do campesinato, apontando, enquanto perspectiva política, a luta pela terra e pela reforma agrária.

No território sul paraense esse debate é crescente e presente. A reforma agrária (ainda nos dias atuais) é necessária e urgente, como parte do processo de reconstrução da identidade camponesa. Usualmente, utiliza-se dessa terminologia para expressar a luta política dos camponeses, que vai muito além de um debate tecnicista. E sim, se criar a identidade camponesa como parte do processo de reconstrução. Daí se percebe os trabalhadores rurais em organizações sindicais e os pesquisadores nas academias, tentando traçar a luta política empreendida pelos camponeses e outros trabalhadores da terra.

Na agricultura familiar, o debate da posse pela terra tende a diminuir, e autores qualificam essa segunda tendência em detrimento da primeira, que é a agricultura camponesa, como assim apresenta Mendonça e Junior (2005):

A segunda tendência prioriza a agricultura familiar, baseada nas relações de trabalho familiar, onde os conflitos pela posse da terra tendem a desaparecer, na medida em que esses produtores rurais se integram ao mercado. Não há alternativa para os produtores rurais que não seja a tecnificação e a especialização, objetivando atender as demandas colocadas pelo mercado. Por isso, utilizam como elemento estruturante a presença do Estado, que, toma para si os interesses do capital, viabilizando políticas públicas e parcerias com o intuito de possibilitar o (des)envolvimento local e sustentável, mas de maneira a sedimentar o capital (Mendonça e Junior, 2005. p. 8).

Esses autores qualificam o debate da agricultura familiar mais atrelado à lógica de mercado. Atualmente existem discussões sobre o tema que os mesmos podem estar ligados ao agronegócio ou podendo produzir monocultivos e pertencer a categoria de agricultores familiares e não desempenhar um papel político na luta pela terra e reforma agrária. Desempenhando uma demanda tecnicista e com total apoio do Estado e, assim, sedimentando os interesses do capital.

Compreende-se que a agricultura familiar abrange consideravelmente suas perspectivas de atuação. Muitos até utilizam conceitos ligados ao neoliberalismo e lógicas de mercado com o termo “empreendedorismo” não limitando apenas ao debate do campo e vias do campesinato, atuando no turismo, produção de soja, pecuária, entre outros, fortalecendo a política e prática do agronegócio brasileiro.

É sabido que o capital tenta se apropriar do termo agricultura familiar para sustentar suas políticas públicas junto ao Estado. Estabelecendo em suas relações elementos funcionais a estrutura do capitalismo moderno, com incremento de uso de maquinário em suas instalações e demandas funcionais as lógicas de mercados. É possível incentivo de bancos de fomento para fortalecer a produção tida como pequena ou mínima de produção agrícola familiar.

Desse modo, foram apontados a divergência de agricultura familiar e camponesa, como forma de estruturar o pensamento e compreender as diferentes correntes que abordam esses dois conceitos. Sabemos que a essa discussão não termina aqui, pois tanto o conceito agricultura familiar e camponesa ainda estão em construção, não podendo ser, portando, considerados como definitivos.

1.3. A trajetória da agricultura familiar na Amazônia e no entorno de Marabá, no sudeste paraense.

Após ser tratada em âmbito geral, existe agora necessidade de se conhecer como ocorre a agricultura familiar no contexto regional, isto é, no sudeste paraense. Diversos autores estudam essa perspectiva tais como Michelotti (2019), Teixeira Jr e Monteiro (2021). Para esses autores a agricultura familiar no sudeste paraense apresenta-se como resposta imediata ao avanço do agronegócio encabeçado pela produção de soja e criação de gado de corte, que nos últimos anos vem se tornando predominante na região.

Com proposta de preservação da biodiversidade, manutenção dos ecossistemas e relação harmoniosa entre homem-natureza a agricultura familiar estampa inúmeras bandeiras de luta, promovidas pelas instituições de ensino e movimentos sociais no sudeste paraense. O recorte histórico, no sudeste paraense, é durante a década de 1930, quando o Estado promoveu uma distribuição de terras para seus aliados políticos. Em forma de cessão de aforamento, criou-se, então, o polígono dos castanhais no qual as oligarquias locais dominaram ao longo de várias outras décadas durante o século XX. Com o estatuto da terra de 1964, no período da ditadura militar, se estabeleceu um acordo entre governo militar e a igreja católica. Isso resultou na distribuição de 4.100 lotes, entre os anos de 1971 a 1981, numa faixa de 10 quilômetros da transamazônica onde foram instalados os chamados colonos. Esse foi o princípio das invasões e as ocupações de grandes propriedades por trabalhadores rurais sem-terra (Emmi, 1999).

Durante todo o século XX, houve várias estratégias de ocupação da região Amazônica, na maioria das vezes, via intervenção estatal. Em destaque, no primeiro momento, em 1953, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que tinha como função elaborar planos quinquenais para a região; passando pela criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); em 1966, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, (INCRA) e em 1970 com

grandes projetos: Grande Carajás, Construção de Hidrelétrica de Tucuruí e Projeto Calha Norte (Hébette, 2004).

Tais projetos como dito acima, buscava estreitar a região da Amazônia com a demais regiões do país. Com o golpe militar de 1964, os militares mudaram drasticamente a estrutura política brasileira, ocasionando uma série de transformações, sobretudo, política e econômica. Foram criados projetos econômicos que possibilitaram que o capital externo entrasse na região, assim como, o domínio político dos militares (Hébette, 2004).

Para Martins (1985), o “progresso” chega à região amazônica possibilitando a entrada do capital em que os estados perderam autonomia política e econômica. Na economia, foi criada a política de incentivos fiscais, em que o estado incentivava a entrada de grandes empresas em troca de subsídios. Em 1966, cria-se a “Operação Amazônia”, para traçar um diagnóstico da região abrangendo suas potencialidades econômicas. Depois desse estudo, o governo define suas primeiras ações: criar polos de desenvolvimento, incentivar a migração populacional e do capital privado, assim como financiar pesquisas sobre os recursos naturais.

Com medidas concretas e extravagantes para capitanear recursos para a Amazônia, foram criados bancos de fomento e institutos, como o Banco da Amazônia (BASA). A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), já citado anteriormente, tinha entre suas funções a de avaliar os projetos e selecionar os que seriam implantados na região (Michelotti, 2007).

Entre as principais atividades subsidiadas pelo Estado às grandes empresas via SUDAM e BASA, com incentivos fiscais ou isenção de imposto, foi destinada para a pecuária, extração madeireira e mineração, atividades que, simultaneamente, requerem grandes quantidades de terra e que geraram poucos postos de trabalho na região (Araújo, 2014).

É importante destacar, que nesse período se inicia as primeiras explorações minerais com o ferro na província mineral dos Carajás e a construção da então PA-70, hoje conhecida como BR-222, ligando definitivamente Marabá a rodovia Belém-Brasília, construída em 1960. Facilitando a escoação da produção mineral, sabe-se, a escoação era feita via rio Tocantins para o porto de Belém do Pará. Cria-se então, a PA 70 facilitando o escoamento de produtos, diminuindo com isso a distância geográfica de

Marabá (Hébette, 2004).

Na década de 1970 e 1980, a cidade de Marabá vive uma explosão econômica com o ciclo pecuário e madeireiro. Este período só foi possível partir de 1971, quando as oligarquias que exploravam a castanha-do-pará é enfraquecida com o surgimento de outras atividades econômicas como a pecuária, recebendo incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), além da exploração madeireira, que passa a ser custeada com recursos públicos, para a formação de pastos agropecuários (Araújo, 2014).

O objetivo em questão do INCRA, como o próprio nome diz, era promover a reforma agrária. Entretanto o tratamento dado aos colonos é diferente do proporcionado aos grandes grupos econômicos que atuavam na região, na sua extensa maioria os imigrantes nordestinos apenas recebiam lotes de terra, sem infraestrutura alguma, assistência técnica e incentivos financeiros, e acabavam contraindo doenças tropicais e, muitas das vezes, morrendo em seus lotes que conseguiram com tanto esforço (Hébette, 2004).

A falta de incentivos econômicos, o solo pobre e as dimensões dos lotes não eram compatíveis com a prática da pecuária de corte extensiva. Isso fez com que os colonos vendessem seus lotes, o que favoreceu a concentração fundiária na parte da Amazônia Oriental, que passou a concentrar grandes propriedades nas mãos de poucos proprietários. Com isso, a questão da conflitagem de terras cresceu drasticamente a partir da década de 1980.

A chegada de grandes projetos econômicos incentivados pelo governo civil-militar e o sonho de muitos migrantes de mudar de vida, principalmente nordestinos, fez com que se deslocassem para a cidade de Marabá pela Rodovia Transamazônica. Na cidade, eles se instalaram nas periferias, e essas pressões populacionais deram início ao surgimento de outros núcleos urbanos, como Morada Nova e Cidade Nova. O núcleo da Marabá Pioneira já existia, mas estava bastante afetado pelas cheias dos rios, que aconteciam todos os anos (Rodrigues, 2015).

Nesse contexto, ocorreu os conflitos agrários⁴ que se acirraram na região, mas que teve seu ápice entre as décadas de 1970 e 1980, marcado pelos assassinatos de lideranças políticas e sindicais como: Gabriel Sales Pimenta, Raimundo Ferreira Lima “Gringo”, Paulo Fontelles e Expedito Ribeiro de Souza, entre outros. Assassinatos patrocinados pelo capital especulativo da terra (Pereira, 2013).

A terra pública, habitada durante décadas por colonos, ribeirinhos e indígenas em geral, foi sendo colocada à venda em lote de grandes dimensões para os novos investidores, que adquiriam diretamente dos órgãos fundiários do governo ou de particulares, que geralmente eram revendidas como própria. O governo incentivava a especulação da terra, o que acabou gerando conflitos na luta pela terra entre posseiros, grileiros, fazendeiros, colonos, ribeirinhos, entre outros (Araújo, 2014).

Na segunda metade do século XX, o capital se expandiu nesse território, e as grandes empresas chegaram e ocuparam as terras, gerando conflitos agrários. O movimento capitalista, chamado de frente pioneira de ocupação do território, beneficiava a grande fazenda, o banqueiro, o comerciante, o juiz, o cartório e o Estado. A prática passou a ser a expulsão e a expropriação dos trabalhadores rurais ocupantes de terras devolutas, principalmente os posseiros, que viviam de uma economia de base familiar e geralmente não possuíam nenhum documento que legitimasse a posse da terra. A partir disso, estabeleceram-se os conflitos e a violência no campo (Michelotti, 2007).

Os conflitos aparentes ocorrem quando os trabalhadores rurais ocupam as terras onde trabalham e sustentam suas famílias. Eles rejeitam qualquer tipo de submissão, alicerçados na propriedade da terra, o que acaba gerando conflitos inconciliáveis. Ao lutarem pelo direito à terra, confrontavam-se com a estrutura fundiária e política brasileira sobre o uso e a apropriação das terras, estabelecendo uma relação conflitiva com a propriedade defendida pelo Estado e os pactos políticos que o sustentavam (Araújo, 2014).

⁴ José de Souza Martins, em *Expropriação e Violência*, sustenta que os conflitos pela posse da terra ocorridos nas décadas de 1970 e 1980, na Amazônia, foram em razão da expropriação e expulsão dos posseiros por grandes empresas privadas do Centro-Sul do País. Esse processo foi por ele denominado de superposição da frente pioneira sobre a frente de expansão. Para ele, um movimento essencialmente empresarial e capitalista de ocupação do território (a frente pioneira) – a grande fazenda, o banco, a casa de comércio, a ferrovia, o juiz, o cartório, o Estado, etc., – passou a expulsar e expropriar os trabalhadores rurais que há muito tempo ocupavam terras devolutas – os posseiros (a frente de expansão) (Pereira, 2013, p. 30).

Nesse momento, Marabá está inserida nesse processo. A cidade se fortalece como área de fronteira agrária no sudeste paraense, mas também enfrenta problemas ambientais decorrentes da exploração da floresta por grandes empresas, mantendo-se dentro de uma estrutura fundiária complexa, com vários atores envolvidos e um sistema de pistolagem⁵ consolidado. Nesse contexto, Marabá está inserida nesse processo. A cidade se fortalece como área de fronteira agrária no sudeste paraense, mas também enfrenta problemas ambientais decorrentes da exploração da floresta por grandes empresas, mantendo-se dentro de uma estrutura fundiária complexa, com vários atores envolvidos e um sistema de pistolagem.

Desse modo, o Estado brasileiro oferece um tratamento diferenciado à agricultura familiar em comparação ao apoio fornecido ao grande capital agrário. Em muitos casos, a agricultura familiar chega a ser marginalizada por receber apoio dos movimentos sociais, principalmente os que lutam pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O grande capital constrói uma narrativa de que os movimentos sociais atuam na destruição da terra e na venda ilegal dos lotes distribuídos pela política de reforma agrária brasileira (Michelotti, 2007).

Tais narrativas desconstruem o papel desempenhado por esses movimentos ao longo de décadas. Eles são responsáveis por criar condições políticas de acesso à terra e por desdobramentos em uma forte política ambiental, com manutenção dos ecossistemas. O equipamento de feiras urbanas enquadra-se como ferramenta de sustentação política e ambiental para a região sudeste paraense, encontrando na década de 1970 um território fértil para a propagação desses instrumentos políticos (Michelotti, 2019).

1.4. Uma leitura do campesinato no sudeste do Pará

A noção de campesinato no sudeste paraense está intimamente relacionada ao papel do Estado autoritário na década de 1960. Com a abertura

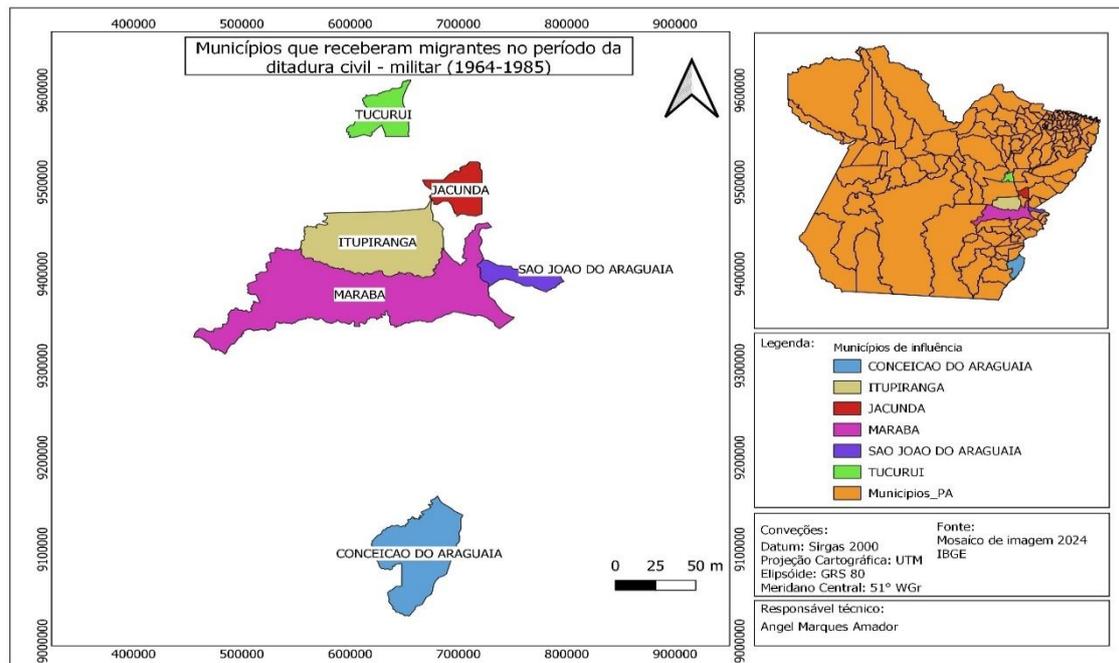
⁵ Os proprietários e empresários rurais desta parte do território amazônico para manter sob os seus domínios grandes extensões de terras, em vários momentos com o apoio de instituições do Estado, passaram a recorrer às suas milícias armadas e eliminar os seus inimigos potenciais, os posseiros. Se autoproclamavam como aqueles que, sob a grande propriedade privada da terra, eram capazes de promover o desenvolvimento do País. É nesse contexto que diversos trabalhadores rurais e lideranças sindicais e religiosas foram assassinados (Pereira, 2015, p. 3).

de rodovias, a colonização se desenvolveu de forma induzida e espontânea. A partir da análise de Hébette (2004) e de suas pesquisas sobre a região, conclui-se que goianos e maranhenses foram os responsáveis por colonizar esse território. Impulsionados de forma pioneira na busca por drogas do sertão, no extrativismo vegetal do caucho e da castanha do Pará e na exploração de pedras preciosas. Dessa forma, a migração exerce um papel fundamental na configuração do sudeste paraense.

De forma desorganizada, o governo civil-militar de 1964 estimula o processo migratório para a região sudeste do Pará, alimentando o sonho de muitos posseiros em ter seu pedaço de terra. Com o objetivo de integrar a Amazônia com as demais regiões do país, o governo criou programas como o PIN (Programa de Integração Nacional), que utilizava o slogan "*Terra para muitos, e muitos sem-terra*". Na prática, entretanto, o programa tencionou os conflitos fundiários.

Naquela época, alguns municípios como Conceição do Araguaia, São João do Araguaia, Marabá, Itupiranga, Jacundá e Tucuruí eram representados pela figura (1). Toda essa área era anteriormente dominada por numerosos povos indígenas, que ocupavam o território espontaneamente, e por uma população ribeirinha e cabocla escassa. Os migrantes, em busca de novas oportunidades de vida, ocuparam as terras devolutas nas matas do Tocantins e do Araguaia, tornando-se posseiros.

Figura 1- Mapa da situação geográfica de seis municípios no estado do Pará



Fonte: IBGE (2004)
 Elaboração: Amador, 2024.

Nos escritos de Hébette (2004) a colonização da região não se deu de forma planejada. O cotidiano dos posseiros na fronteira sudeste do Pará, às margens dos rios Araguaia-Tocantins, encontrou diversos desafios para a manutenção das terras ditas sem homens. Os problemas de infraestrutura, política de crédito e assessoria técnica, resultou num processo desastroso. Ao mesmo tempo que chegavam inúmeros empreendimentos de infraestrutura, que visavam a integração econômica da região ao restante do país, se intensificava os conflitos de terra. Corresponde desse período também, o aparato do Estado, numa política de combate à ameaça comunista, tornando a região de área de Segurança Nacional, cita-se o caso da Guerrilha do Araguaia⁶, no entorno dessa região.

Nesse período, percebe-se uma força contrária à ação espontânea dos camponeses. Ao mesmo tempo, o aparato estatal e a presença de grileiros, fazendeiros e grandes empreendimentos da pecuária se intensificam. Hébette

⁶ O movimento guerrilheiro posteriormente denominado Guerrilha do Araguaia ficou conhecido por ter sido vítima de uma brutal violência exercida pelas Forças Armadas contra os suspeitos e pela utilização da repressão em larga escala contra a população local. O terror e a intimidação instalados ganharam contornos especiais a partir da disseminação dos campos de concentração. Camponeses e indígenas foram aterrorizados com a prática generalizada da violência, sob a justificativa de se evitar “os efeitos multiplicadores” da guerrilha (Teles, 2014, p.470).

(2004) considera que, contrariamente aos planos de colonização oficiais e privados do Estado, é o processo de luta motivado pela necessidade de sobrevivência material que cimenta a permanência do posseiro na fronteira. Foi quando nessa época começaram as primeiras organizações sociais para fortalecimento dos posseiros, como as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e os STTRs (Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais).

Na década seguinte, 1980, observa-se a implantação, de fato, dos primeiros projetos organizados pelo Estado autoritário, como o Programa Grande Carajás (que inclui a hidrelétrica de Tucuruí, a Ferrovia de Carajás, o Polo de Ferro-Gusa e a exploração mineral). Tais ações mudaram radicalmente o espaço geográfico, econômico, político e social da região. Os agentes econômicos que chegaram à região, principalmente os dedicados à pecuária extensiva, serviram como estruturais para a ocupação das terras. Para os colonizadores, esse vazio demográfico precisa ser ocupado, o que nega a existência das populações indígenas (Pereira, 2013).

Na década de 1980, trabalhadores do campo de todo o país passaram a ser representados por entidades sindicais, tanto no campo quanto na cidade. O país vive a efervescência do processo de redemocratização, que atinge todos os setores da sociedade. Nesse contexto, destacam-se o movimento estudantil, cultural e intelectual. A Amazônia não foi diferente.

Foi então que, em 1984, nasceu o movimento social que defende a reforma agrária: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). João Pedro Stédile, coordenador-geral do MST, organizou trabalhadores rurais de todo o Brasil em defesa do acesso à terra. Esse movimento ocorre em um contexto histórico-político marcado pela luta da sociedade civil em prol da democracia (Oliveira, 2007).

Em 1980, sedimenta-se a inserção do capital industrial na região, tendo como força motriz o Projeto Grande Carajás (PGC). Esses projetos, direcionados ao sudeste paraense, representam, por um lado, o progresso econômico da região e, por outro, a absorção de problemas sociais e ambientais. Dentre esses problemas, cabe destacar os causados pela instalação da hidrelétrica de Tucuruí, que tinham como alvo as Centrais Elétricas do Norte (Eletronorte). Com a formação do lago de Tucuruí, milhares de pessoas foram deslocadas, e a regularização da terra ficou a cargo do Inca.

Os problemas ambientais geram intensos prejuízos ao estado, com impacto na diminuição da biodiversidade.

Diante desses elementos, as pesquisas mostram que a década de 1980 foi uma das mais violentas no campo para o sudeste paraense devido as ocupações de castanhais e fazendas que se tornaram massivas. Além disso, os proprietários de terra utilizavam o aforamento e os arrendamentos feitos ao Estado como forma de legitimar a violência e a repressão contra os camponeses no Brasil, especialmente no sudeste paraense. Isso acirra ainda mais a violência. (Martins, 1985).

Entre enxadas e foices, o assassinato de trabalhadores no campo se torna banalizadas, famílias inteiras são aterrorizadas com a prática da violência. Os agentes econômicos liderados por alguns fazendeiros, promovem consócios para financiar a pistolagem e a barbárie. Como forma também de silenciar os sindicatos de trabalhadores rurais que lutam em prol da reforma agrária. Daí surge a necessidade de se criar a Comissão Pastoral da Terra (CPT) no ano de 1975, entidade ligada à Igreja Católica, em especial, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que tem a função de defender e fortalecer as lutas dos trabalhadores rurais, muitas das vezes liderados por padres e religiosos engajados com a causa da terra (Pereira, 2013).

A região fronteira é marcada por uma multiplicidade, composta por pessoas de variadas regiões do país, aumentando o mito da terra que liberta. Nessa perspectiva se observa o elemento terra sob duas óticas: a terra tratada como instrumento de trabalho com base familiar (camponês) e a terra subordinada à orientação jurídica e mercantil, terra do agronegócio (capitalista) (Oliveira, 1993).

Ressaltamos aqui que o camponês/posseiro é um ator social da terra, utilizando-a de forma social e ambientalmente sustentável. Com seu valor simbólico e a finalidade de prover a subsistência da família por meio do trabalho, ele não concebe a terra como apropriável em si mesmo nem a utiliza como motivação para obter lucros. A terra é para ele apenas um meio de produção, um instrumento para a realização do trabalho familiar e para a apropriação dos frutos desse trabalho (Picolotto, 2014).

Velho (1972) questiona a própria finalidade da reforma agrária como ferramenta distributiva e de posse da terra, que poderia entrar em conflito com os reais objetivos dos posseiros. Esses interesses estão pautados na expansão capitalista no campo, e não em uma proposta do campesinato de encarar a terra como produção de subsistência e fortalecer as famílias no campo.

O mesmo autor também reitera sobre a colonização na fronteira e compreende que o processo de colonização da região se dá com o fortalecimento da atividade mercantil, que no primeiro momento se manifesta com a exploração das drogas do sertão e, em seguida, com a forte atuação da pecuária extensiva. A atividade mercantil, nesse cenário, é responsável pelo sucesso da colonização, pois a posse do capital e dos meios e canais de comercialização antecede a questão da posse da terra.

De acordo com Velho (1972), o aprofundamento da colonização da região sudeste do Pará ocorre devido aos fortes incentivos econômicos proporcionados pelo Estado brasileiro, sendo a exploração econômica priorizada em relação à posse da terra. Como mencionado anteriormente, isso se reflete na violência no campo, onde vários atores estão entrelaçados. Nessa perspectiva, as populações tradicionais são expulsas de suas terras para atender a uma demanda do estado capitalista.

1.5. Circuito inferior da economia urbana no corredor da Amazônia

As cidades médias da Amazônia atravessam um momento de profundas transformações políticas, econômicas, ambientais e sociais. Na conjuntura econômica, pouco se tem discutido a respeito do mercado informal de trabalho, que abrange uma parte significativa dos postos de trabalho, principalmente em pequenas cidades da Amazônia. Neste trabalho, essa perspectiva é entendida de forma mais específica como o circuito inferior da economia urbana (Santos, 2003; Montenegro, 2013; Amaral, 2010).

Esses elementos requerem maior atenção, pois entende-se que a cidade e o território em questão não se explicam somente por uma divisão territorial do trabalho hegemônica. Ela é marcada também pela hegemonia da técnica, que domina os fluxos do circuito da economia superior, como indústrias,

hipermercados, grandes redes de eletrodomésticos, bancos, entre outros. Em outras palavras, existe apenas uma divisão do trabalho, com sobreposição de capital, tecnologia e organização (Amaral, 2016).

Desse modo, entende-se que existem espaços de resistência, com atividades e serviços não modernos. Esses espaços não são considerados apenas em sua condição de produção e reprodução econômica, mas também em sua existência e presença na construção dos espaços urbanos (Santos, 2003).

Seguindo uma tendência de urbanização e de mercado de trabalho na Amazônia, a proporção de trabalhos informais é maior nas pequenas cidades do que nas maiores. Contudo, isso está relacionado à fuga de obrigações trabalhistas, que têm diminuído nas maiores cidades em função da aplicação de leis trabalhistas, da maior competição por trabalhos qualificados e da maior participação em empregos públicos. Além disso, as cidades da Amazônia apresentam precariedade no mercado de trabalho, pois nas metrópoles e nas cidades médias, o trabalho assalariado tem obtido maior crescimento. Porém, nas pequenas cidades, o trabalho assalariado está em formação (Castro, 2008).

Dessa forma, o debate sobre o circuito inferior da economia urbana nas cidades médias é atual (Santos, 2004). A espinha dorsal dessa afirmativa está na precariedade do mercado de trabalho. Uma das alternativas é o circuito de feiras, que oportuniza trabalhos informais e oferece receitas à classe marginalizada e excluída do mercado de trabalho formal. Como assim observa Montenegro (2013):

O circuito inferior, por sua vez, compreende o resultado indireto da modernização e constitui-se de formas de fabricação não capital intensivo, serviços não modernos fornecidos a varejo, comércio não moderno e de pequena dimensão, voltados sobretudo ao consumo dos mais pobres. Enquanto a divisão territorial do circuito superior da economia envolve uma topologia de pontos nas cidades, no território nacional e no exterior; a divisão territorial do trabalho do circuito inferior sustenta-se fundamentalmente na cooperação e na contiguidade do bairro, da cidade ou da região, ainda que seus nexos tendam a se expandir no período atual. Vale lembrar que os circuitos não constituem sistemas fechados, estão, em realidade, interligados por intensas relações de complementaridade, concorrência e subordinação (Montenegro, 2013, p. 2).

O circuito inferior compreende esses mercados restritos ao consumo dos mais pobres, caracterizados pela prestação de serviços não modernos, abrigando uma parcela da população que trabalha na informalidade para se estabelecer.

Segundo Michelotti (2019), em estudo sobre o circuito inferior em relação às feiras de Marabá. Ele diz que elas mantêm as principais características do circuito inferior da economia, em termos de densidade de capital, relações técnicas e de trabalho. O autor considera que esses espaços negam a ideia de uma cidade homogênea dominada por dinâmicas hegemônicas e reafirmam a diversidade socioespacial urbana, podendo, em certos casos, expressar a produção de espaço e projetos de resistência.

Esses espaços, embora marginalizados, representam uma dinâmica diferente, com posições opostas ao circuito superior. Contudo, observa-se a presença de valores culturais, sociais e afetivos, e, em muitas situações, eles se apresentam como alternativa de geração de receita para os mais pobres. Isso se deve principalmente aos últimos dois anos de pandemia de coronavírus, que afetou não somente a economia brasileira, mas grande parcela da economia mundial, com reduções expressivas no produto interno bruto (PIB) brasileiro e global.

Em sua tese publicada originalmente em 2019, Fernando Michelotti enfatiza o papel desses circuitos espaciais de comercialização, com ênfase no circuito inferior, e sua relevância para os mercados regionais. Ele considera os perigos ocasionados pela acumulação de capital de caráter rentista, principalmente os combinados com projetos econômicos dos tempos de repressão.

O teórico reitera que o final do século XX foi um momento de grandes transformações significativas na formação socioespacial brasileira. Esse rearranjo do espaço esteve ligado a uma nova estratégia de acumulação de caráter rentista-agroindustrial. Na Amazônia, essas transformações foram acentuadas, principalmente com o projeto da ditadura civil-militar (1964-1985) de povoar a região, como no caso do programa PIN (Programa de Integração Nacional). Sabe-se, no entanto, que esses projetos geraram crises em sua estrutura, tanto no projeto de modernização agrária conservadora como no projeto de integração regional vinculado ao desenvolvimento industrial, que

fortaleceu e facilitou lutas de outras territorialidades, em especial dos assentamentos de reforma agrária (Michelotti, 2019).

Dessa forma, os circuitos espaciais de produção na Amazônia se concretizam a partir dessas reorganizações socioespaciais e da chegada dos grandes projetos, combinada ao desenvolvimento desigual da população.

Marabá, nos últimos 10 anos, com a chegada de grandes redes de supermercados atacadistas, como Colina, Matheus, Líder e Atacadão (ligadas à rede Carrefour), apresentou uma dinâmica socioespacial diferente. Sendo assim, é oportuno analisar a reflexão de Michelotti (2019, p. 191) sobre o circuito inferior da economia urbana em Marabá, comparando-o com redes de supermercados locais:

A presença desses grandes estabelecimentos de comercialização de alimentos em Marabá não bloqueia os canais de comercialização de alimentos produzidos regionalmente apenas em relação à fração da população que compra diretamente nesses supermercados. Ao contrário, tem poder de influência também nos pequenos mercados de bairro e até junto a feirantes e vendedores ambulantes, representantes do circuito inferior da economia, que passam a abastecer-se nesses comércios atacadistas e/ou através de fornecedores destes supermercados, como distribuidoras e caminhoneiros de outras regiões. Ao introduzirem preços de alimentos vinculados às grandes cadeias de comercialização de produtos regionais, em muitos casos, esses grandes comércios atacadistas e varejistas passam a definir os preços, hábitos de consumo e padrões de apresentação dos produtos também nos pequenos estabelecimentos, em muitos casos passando a limitar a comercialização dos pequenos e médios produtores regionais. Além disso, esses estabelecimentos comerciais, ao praticarem vendas com cartão de crédito, ampliam a financeirização do cotidiano, criando mais uma desvantagem para os pequenos comércios locais (Michelotti, 2019, p. 191).

Como bem observado pelo autor, a influência dessas grandes redes de supermercados acaba por impactar o circuito de economia inferior em Marabá. Muitas vezes, os pequenos comerciantes abastecem seus estoques nesses comércios atacadistas. Outro fator que chama a atenção, são as vendas de cartão de crédito, que ampliam consideravelmente a financeirização e as desvantagem para os pequenos comércios locais.

Essa realidade é observada por Amaral (2016), que aponta um crescimento dessas grandes redes atacadistas, mudando, em síntese, a dinâmica socioespacial da cidade e de sua população. Nesses moldes, a

economia inferior sofre influência dessas grandes redes atacadistas, principalmente em momentos de crise econômica, quando há um número expressivo de pessoas em situação de pobreza extrema e insegurança alimentar.

Amaral (2016) considera que as pequenas cidades e os trabalhos informais estabelecem uma relação estreita, sendo as primeiras as geradoras desse campo de trabalho. Embora aponte a presença de trabalhadores rurais no campo e a participação de atravessadores no escoamento dessa produção. A relação com as redes atacadistas se tornou estreita, principalmente devido ao crescimento do número de desempregados. E, como alternativa para fugir da insegurança financeira, optou-se por desenvolver trabalhos informais.

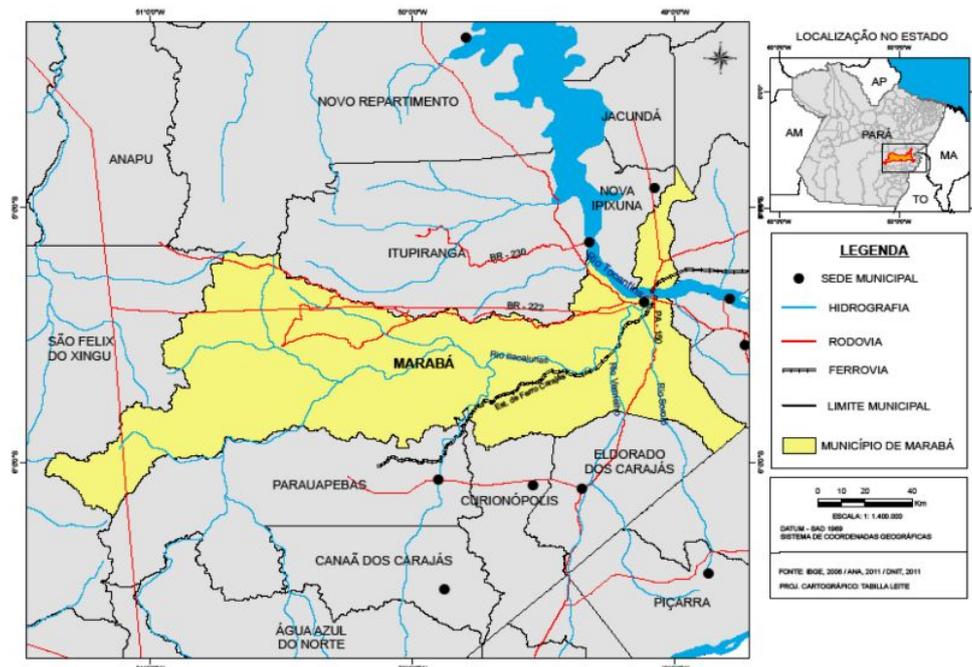
Amador (2017) concorda com o pensamento de Amaral (2016), segundo o qual o crescimento do trabalho informal está atrelado ao índice de desempregados na cidade de Marabá, e que a pandemia de Coronavírus agravou o quadro (Alves, 2022). Amador (2017) ainda afirma que os circuitos de feiras contribuem para o combate ao desemprego e à escassez econômica das famílias de trabalhadores rurais. Ele também considera que, em muitos casos, as redes atacadistas são utilizadas como fornecedoras de mercadorias comercializadas nas feiras.

1.6. A lógica de circuitos de comercialização em Marabá, no sudeste do estado do Pará

A cidade de Marabá-PA, foi fundada inicialmente no ano de 1913 por um grupo de agricultores e agricultoras maranhenses que migraram para a cidade de Carolina- MA, em expedições exploratórias em busca de território fértil para plantar e colher. A priori, a principal atividade econômica era a extração de caucho e castanha. Sendo que a futura cidade estaria localizada na confluência de dois rios Itacaiúnas e Tocantins, o ponto escolhido foi estratégico para transporte e escoamento de mercadorias via fluvial.

Na figura (2) segue-se localização da cidade de Marabá/PA:

Figura 2- Situação geográfica de Marabá no estado



Fonte: IBGE (s.d.)

Elaboração: Mauro Emilio, 2015.

A cidade de Marabá, no sudeste paraense, como cidade média (100 mil a 500 mil habitantes) vem se destacando pelo forte crescimento econômico (Rodrigues, 2015). Atualmente, as atividades comerciais e de serviços na cidade de Marabá se organizam em torno de três centros principais (Velha Marabá, Nova Marabá e Cidade Nova) que representam o centro econômico e financeiro da cidade. Os circuitos de economia urbana (superior e inferior) são representados a partir das perspectivas desses principais centros (Silva, 2020).

No núcleo da Velha Marabá a Avenida Antônio Maia e na praça Duque de Caxias e algumas ruas paralelas, se concentram o comércio varejista especializado, com a presença de lojas de departamentos e magazines (vendas de secos e molhados e de eletrodomésticos), farmácias, vestuários, óticas e perfumarias, os serviços bancários e financeiros, escritórios de contabilidade e advocacia, clínicas médicas e odontológicas, serviços públicos e hotéis de baixo padrão; também, registra-se o “circuito inferior”, realizado na feira da Rua Getúlio Vargas, próximo da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil (Amaral, 2010, p. 226).

Figura 3- Avenida Antônio Maia, principal área comercial da Velha Marabá



Fonte: Trabalho de campo, 2023

Pode-se dizer que a Velha Marabá tem suas atividades organizadas em dois pontos principais: na Orla do rio Tocantins, onde é possível verificar uma especialização de atividades voltadas ao lazer e ao turismo, principalmente, com bares, restaurantes, lanchonetes e casas noturnas, entre outras.

A Velha Marabá, se destaca pela intensa atividade econômica e trabalhos informais (camelôs, feirantes, entre outros), com ênfase na transferência da feira Getúlio Vargas para uma área coberta, inaugurada em 05 de abril de 2018. Esse novo espaço regulamentou os quiosques por tipologia de atividades entre vendas de eletroeletrônicos, roupas, calçados, mídias sonoras e a parte destinada a alimentação com barracas padronizadas.

A figura (4), representa a feira coberta da Velha Marabá.

Figura 4- Vista frontal da feira coberta da Velha Marabá



Fonte: Trabalho de campo, 2023.

A Nova Marabá se vincula ao processo de descentralização espacial, a produção espacial desse novo centro resultou da intervenção pública para redefinir o papel de Marabá no cenário político-econômico nas décadas de 1970 e 1980, de quando a mineração despontou no sudeste paraense. Tinha como função estratégica abrigar contingentes populacionais advindos de Marabá Pioneira, fugindo das cheias dos rios, bem como para servir de espaço de contenção para fluxos migratórios que se deslocavam para a sub-região do sudeste do estado do Pará (Silva, 2020).

Segundo Amaral (2010, p. 226), a Nova Marabá possui dois pontos principais com intensa presença de comércio e de serviços: o entroncamento do KM-06 (ponto em que as rodovias Transamazônica e PA-150 se encontram) e ao longo da Avenida VP-08, folhas 27, 31 e 32, além da feira da folha 28. No primeiro momento, localiza-se o terminal rodoviário do quilômetro seis (KM-06), a feira Miguel Pernambuco, as principais concessionárias de veículos, principalmente aquelas voltadas ao comércio de veículos pesados (caminhões e tratores) e demais atividades econômicas.

Atualmente, a Nova Marabá, segue como principal polo econômico da cidade que abriga as principais empresas de cunho nacional. Local também que comporta o primeiro shopping center da cidade. De igual modo, traz

consigo as principais franquias de fast food (nacionais e globais). Com a chegada desses empreendimentos, coloca Marabá em uma situação de destaque diante das cidades médias do Pará (Silva, 2020).

Na figura (5), ilustra a visão frontal do Shopping:

Figura 5- Vista frontal do Partage Shopping Marabá



Fonte: Trabalho de campo, 2023

A Cidade Nova, seguida da mesma lógica do centro anterior, é considerado um produto da expansão urbana desordenada e ordenada de Marabá. O núcleo tem suas origens atreladas às constantes enchentes que degradam a Velha Marabá, tornando-se um abrigo para várias enchentes, juntamente com os migrantes atraídos para a região por várias frentes de trabalho. Mas que, com o tempo e constante agregação urbana, torna-se um espaço de acumulação de atividades de comércio e serviços, atribuindo-lhe a qualificação de centro da cidade juntamente com as duas outras (Rodrigues, 2015).

Observa-se a presença de uma área de maior concentração do comércio e de serviços, localizado no entorno da Praça São Francisco, nas ruas paralelas a rodovia Transamazônica e na Avenida Nagib Mutran. Como os demais centros, à medida que se afasta da aglomeração da área central, percebem-se atividades econômicas menos complexas como, por exemplo,

borracharias, oficinas, academias, restaurantes populares, hotéis de baixo padrão, entre outros, caracterizadas de circuito inferior da economia urbana (Santos, 2004).

Nota-se também, uma área de forte concentração de serviços públicos, INCRA, denominada Agropólis do INCRA, onde se encontram a sede desta instituição, da Previdência Social, do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), da EMATER, do hemocentro do Pará (HEMOPA), da Universidade do Estado do Pará (UEPA), da Câmara Legislativa de Marabá, das secretarias municipais de agricultura, educação, meio ambiente e saúde, do Tribunal de justiça do Estado (Fórum, Juizados Especiais) e alguns bairros (Rodrigues, 2015)

A respeito dos três centros da cidade de Marabá, Silva (2020, p. 276) assim apresenta:

Por fim, a Cidade Nova, constituída como parte dos desdobramentos de processos das duas primeiras, é um mosaico de contradições socioespaciais e um cerne com vida diurna e imediata com vida noturna, ao mesmo tempo em que também se caracteriza como suporte institucional e vetor escalar da cidade, abrigando entidades federais como o Incra e o aeroporto. Assim, pode-se afirmar que há, entre os três centros, uma divisão territorial urbana do trabalho, com demandas socioeconômicas para todos, e, no âmbito da Geografia Urbana, uma complementariedade superior à competitividade.

Como observamos o autor analisa certas contradições socioespaciais nos três centros, mas que também existe uma divisão territorial do trabalho, enfatizando que existe demandas socioeconômicos para todos os três centros aqui citados, com órgãos públicos e intensa atividade comercial predominante.

Nesse mesmo pensamento, Rodrigues (2015, p. 166) afirma:

(...) Expressão e resultado da urbanização e da produção do espaço urbano, as formas urbanas e os usos do solo urbano das áreas centrais dos núcleos urbanos Nova Marabá, Marabá Pioneira e Cidade Nova (re)produzem "rugosidades" (Santos, 1996) associadas a tempos, temporalidades, densidades e ritmos mais acelerados de reprodução do capital, à medida que novos agentes capitalistas avançam sobre algumas áreas centrais da cidade e tendem a redefinir, continuamente, o papel das áreas centrais.

Observa-se que o uso do solo urbano nas áreas centrais da cidade, com a chegada de agentes econômicos avançando de forma acelerada, ou seja, o

capital sendo produzido e reproduzido, mudando a estética do espaço habitado e empurrando pessoas com pouco ou nenhum poder aquisitivo a se abrigar em locais afastados dos centros, formando bairros de periferia.

2. FEIRAS URBANAS DE MARABÁ: O PAPEL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E SEU PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO

A presença de feiras de produção rural na cidade de Marabá (PA) sempre foi habitual, fazendo parte da construção socioespacial da cidade. Dados iniciais relatam que essa prática é bastante comum desde a década de 1970 (Amador, 2017). Nessa seara, alguns pesquisadores que abordam e estudam feiras em Marabá e suas dinâmicas, como Guerra (2015), Amador (2017) e Alves (2022), apontam que esse movimento surgiu a partir da luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais pela posse da terra, os quais, ao longo das últimas cinco décadas, muitos foram assassinados (Pereira, 2013).

Nesse capítulo faremos uma revisão dessa trajetória.

2.1. Definindo os papéis e conceitos do circuito de feiras de Marabá.

Originalmente, as feiras urbanas desempenham um papel extremamente estratégico no escoamento de produtos oriundos da lógica familiar, fortalecendo o campesinato e alavancando a economia local (Guerra, 2014), sendo consideradas "filhas rebeldes da modernidade" por sobreviverem por tantos séculos mesmo diante do surgimento de redes atacadistas modernas, respondendo, no contexto da liberdade econômica, pelas famílias de agricultores e agricultoras rurais (Pereira, 2014).

Outro aspecto importante das feiras é seu papel no fortalecimento das sociabilidades, comportando diferentes condições em seu ambiente. É possível observar crianças brincando, animais domésticos, pessoas conversando e, muitas vezes, até mesmo pequenas discussões em torno de algum tema, como religião e futebol. Esse ambiente rico e diverso ajuda a compreender as sociabilidades existentes nas feiras (Medeiros, 2010).

Para Araújo e Ribeiro (2018), o espaço no qual o agricultor familiar está inserido vai muito além das dimensões econômicas, pois tem grande importância para o desenvolvimento territorial, tendo em vista sua alta capacidade de gerar ocupações, renda e qualidade de vida. Nunes (2015) destaca que as transações econômicas fortalecem consideravelmente a

relação mercantil entre os feirantes, o que resulta em inúmeras atividades, como a troca direta de produtos entre camponeses, o pagamento de trabalho em espécie e a compra e venda de animais na comunidade.

Destaca-se também, no circuito de feiras, a oferta de produtos diferenciados e especializados. A garantia de produtos de qualidade e livres de agrotóxicos associa a feira a uma distribuição de alimentos de qualidade superior, em detrimento de outras lógicas de comercialização. O reflexo de tudo isso se insere na relação próxima que os feirantes ecológicos têm com os consumidores (Amador, 2017). Dessa maneira, a comercialização de produtos de qualidade nessas feiras ecológicas atrai muitos consumidores e cria condições para que esses ambientes se tornem territoriais, o que atesta a sua qualidade e a técnica utilizada (Anjos, Godoy e Caldas, 2005).

Gliessman (2001) constrói um debate apurado sobre as feiras, diferenciando-as em duas categorias distintas: as feiras convencionais correspondem a espaços nos quais os produtos são invariavelmente gerados por meio do uso de insumos modernos (adubos sintéticos e agrotóxicos), com base, portanto, numa agricultura de caráter convencional, cujo objetivo é a maximização da produção e do lucro. Na produção, são utilizadas ferramentas como cultivo intensivo do solo, monocultura, irrigação, aplicação de fertilizantes inorgânicos, controle químico de pragas e manipulação genética de plantas cultivadas (Gliessman, 2001, p. 34).

O autor também aborda as feiras ecológicas, as feiras de base ecológica e os sistemas de produção agrícolas como ecossistemas, nos quais os diferentes elementos que compõem o processo produtivo são vistos como uma reprodução interativa dos processos que ocorrem na natureza. Essa corrente baseia-se na tecnologia de processos (relação planta-solo-ambiente), tendo como princípio a reciclagem de resíduos sólidos, o uso de adubos verdes, o manejo e o controle biológico de insetos, e a exclusão de compostos sintéticos (Gliessman, 2001, p. 34).

Na composição estudada pelas feiras da cidade de Marabá, observa-se essas duas categorias desenhadas por Gliessman (2001), que no decorrer desta tese serão melhores apresentadas.

Como mencionado anteriormente, no que se refere às questões econômicas, destaca-se que a composição dos preços praticados em feiras

livres de Marabá leva em consideração o nível de varejo praticado no município (supermercados e hipermercados) e a comparação com os preços de outros feirantes (Guerra, 2014).

Mais precisamente, essa percepção ocorre por meio de pesquisas de mercado nos concorrentes, realizadas pelos próprios feirantes, que, assim, estabelecem os preços. Outra forma de alteração de preço é a aproximação de datas festivas, quando há aumento do fluxo de pessoas. No entanto, os preços também variam ao longo da feira (Araújo e Ribeiro, 2018).

Alves (2022) salienta que os feirantes com ganhos monetários "apurados" acabam injetando parte do que recebem com suas vendas no comércio local, ocorrendo principalmente em farmácias, lojas de confecções, bem duráveis (móveis e eletrodomésticos), utensílios variados, entre outros. Nunes (2015) percebe que ocorre uma troca de mão dupla entre o rural e o urbano, com os feirantes ofertando seus produtos aos clientes da cidade, que passam a comprá-los nas lojas locais. Algumas abordagens para analisar as feiras estão pautadas na concepção territorial histórica-crítica, como rede de circulação e comunicação (Raffestin, 1993; Fernandes, 1998; Saquet, 2003). Assim, as unidades produtivas e de vida camponesa são compreendidas como territórios de produção, existência, vida, luta e resistência.

Ao discorrer sobre territorialidades, entende-se que correspondem às relações sociais que acontecem entre as famílias e os indivíduos de diferentes lugares. Dessa forma, constituem diferentes redes de circulação e comunicação. Há relações assimétricas de poder, liderança, conflito e concorrência, que coexistem com relações simétricas de cooperação e solidariedade (Mussato e Saquet, 2019).

Para Raffestin (1993), o território é construído historicamente e socialmente em virtude das relações de classe e das relações sociedade-natureza. Os elementos e processos fundamentais do território são as relações de poder, as redes de circulação, a comunicação e a identidade. Todos processos sociais historicamente estabelecidos nas relações que os homens mantêm entre si e com a natureza exterior.

Saquet (2017) afirma que as redes podem assumir diferentes significados sociais, extensões espaciais e durações temporais. Para nós, são fundamentais as redes de circuito curto de comercialização, como as feiras

urbanas, formadas por meio de territorialidades entre o campo e a cidade, entre o urbano e o rural, normalmente centradas em relações de confiança entre produtores e consumidores, com significado de cooperação, sinergia e solidariedade. Elas colocam à disposição dos consumidores produtos locais, estabelecendo vínculos fortes entre identidade, cultura, sinergia, rede organizativa e território.

A agroecologia contribui para esse debate ao reconectar o urbano ao rural. Ela desenvolve um meio pelo qual são estabelecidas relações com o lugar, e práticas e habilidades são criadas nas interações sociais e ambientais. Busca-se, em suma, uma relação harmônica entre homem e natureza. Um elemento central das práticas agroecológicas é a autonomia dos sujeitos, que definem o sistema de preparo do solo, os vegetais cultivados, a regulação do tempo de trabalho e de descanso, dinamizando o uso adequado do solo, das plantas e da água (Altieri, 1998).

A atividade agroecológica requer planejamento e uma sistemática de atividades de manejo, utilizando técnicas e tecnologias apropriadas. É importante ressaltar que o modelo de agricultura predominante economicamente apresenta profundas contradições em relação ao trato com o solo e o meio ambiente (agronegócio). Esse debate aborda questionamentos econômicos, políticos e ambientais, considerando a saúde dos produtores e consumidores, bem como a revalorização de saberes tradicionais de grupos sociais e territórios específicos (Mussato e Saquet, 2019).

Para Caporal (2009) a construção da agroecologia, no Brasil, acontece no momento que há uma preocupação mundial sobre as questões ambientais, principalmente com o Conferência de Estocolmo, em 1972, que foi a primeira grande reunião de chefes de estado organizada pelas Nações Unidas (ONU) para tratar das questões relacionadas a degradação do meio ambiente. Para Leff (2001) a principal meta era produzir alimentos sem insumos químicos ou agrotóxico e provocar impactos reais ou irreparáveis no ambiente.

Os primeiros modelos acontecem a partir de 1980 a 1990, justamente provocados pelos movimentos de ambientalistas e atuação de algumas Organizações não-Governamentais (ONGs) e da Rede de Projetos em Tecnologias Alternativas. Também houve a influência da criação da Associação

de Agricultura Orgânica em 1989, do Encontro Nacional de Agroecologia de 2001, da criação da Associação Brasileira de Agroecologia em 2002.

A Agroecologia, desenvolve um papel importante na produção de alimentos sem o uso de agrotóxico (Altieri,1998) processo que ocorre em alguns lotes de terra no sudeste paraense, se opondo ao cultivo convencional e à produção capitalista centrada no uso de insumos químicos e na mecanização (Leff, 1998).

Retomando o debate de circuito de feiras em Marabá, e utilizando artigo publicado por Amaral (2016), esse autor identifica a presença de nove feiras urbanas. Dentre elas, apenas uma pode ser considerada como feira ecológica pelo fato de não utilizar agrotóxico em sua produção para posterior comercialização. A feira em questão é da Agricultura Familiar, localizada no bairro da cidade antiga, Velha Marabá. As demais feiras, seguem o formato convencional (Gliessman, 2001).

Nessa tese, não iremos trabalhar profundamente com as nove feiras. Mas as mencionaremos para fundamentar a discussão. Iremos trabalhar especificamente com as feiras das Laranjeiras (Dionor Maranhão) e agricultura familiar da Velha Marabá, para melhor explicar a funcionalidade das dinâmicas de comercialização.

A feira das Laranjeiras é considerada umas das feiras mais antigas da cidade, surgida na década de 1970 como forma de escoação de alimentos produzidos dentro dos assentamentos da cidade. Leva o nome de Dionor Maranhão em homenagem a um forte latifundiário da cidade, que atuou consideravelmente na produção e extração de castanha- do- Pará (*Bertholletia excelsa* Bonpl), na década de 1930, e se tornando um grande empresário no período áureo da castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa* Bonpl) (Guerra, 2015).

Em 1970, surge então a feira que inicialmente segue como projeto das famílias de assentados. A feira era localizada no centro do bairro Cidade Nova, pois facilitava a escoação de produtos por ser considerado um entreposto comercial ligando os principais núcleos na Rodovia Transamazônica (BR 230).

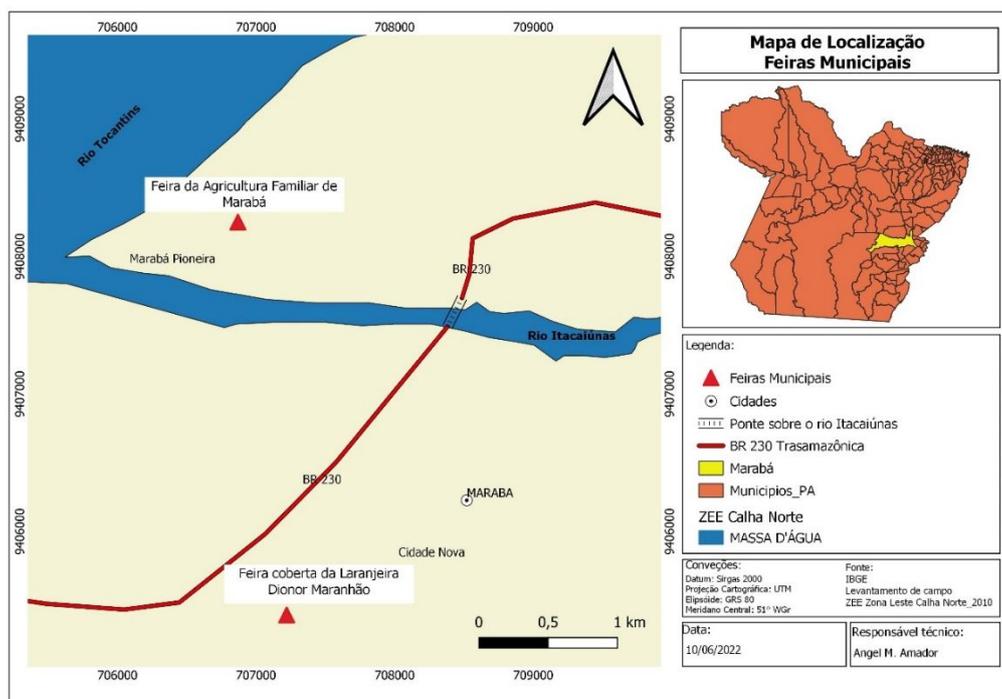
Nessa época, como a cidade ainda passava por transformações, a ligação entre os núcleos da Cidade Nova e a Velha Marabá era realizada por uma balsa ou barco no porto conhecido como “canoinhas”, em referência a embarcação canoa, muito popular nesse período.

A partir da década de 1980, essa feira é transferida para a avenida Boa Esperança, no bairro Laranjeiras, por isso ser conhecida como feira das Laranjeiras, recebendo apoio da prefeitura municipal de Marabá com a construção de box e área física e a divisão por compartimentos como: eletrônicos, medicamentos naturais, confecções, carnes de aves, bovinas e suínas, ervas em gerais, hortaliças entre outros.

Com esse novo espaço para comercialização, os remanejados contavam com uma nascente e ainda existia algumas árvores nativas, aos poucos a paisagem foi se modificando, as árvores deram lugar às casas, ruas e comércios. A feira das Laranjeiras, como é conhecida, foi ficando cada vez mais movimentada. Ela acontecia originalmente e com intensidade todos os domingos, para qual vinham pessoas de toda a região para vender seus produtos, pois a agricultura familiar era vigorosa desde a época de sua instalação (Guerra, 2015).

Na figura (6), observa-se as feiras que serão estudadas: feira da agricultura familiar de Marabá e a Feira coberta da Laranjeira:

Figura 6- Mapa da localização das feiras na cidade de Marabá



Fonte: IBGE, 2010

Elaboração: Trabalho de campo, 2022

A feira da agricultura familiar da Velha Marabá apresenta uma estrutura de produção e comercialização própria. Na produção, observa-se que a maioria dos feirantes são os mesmos que produzem em seu lote de terra (produtor/feirante) sitiado nos arredores da cidade, muitos deles reflexo de projetos de assentamentos institucionalizado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Na comercialização, os mesmos produtores exercem o papel de comerciantes. Salientamos também que existem outros atores nesse processo, como é o caso de atravessadores que desenvolvem o papel de repassar os produtos para feirantes que não produzem, encarecendo assim, os produtos.

A feira da agricultura familiar de Marabá, inicialmente foi criada para ser um projeto para atender agricultores de base familiar, pensado e planejado pelo Sindicato de Agricultores e Agricultoras Rurais de Marabá (STTR de Marabá), ONGs como a Coopserviços, universidades federais como a UFPA (Universidade Federal do Pará) atual UNIFESSPA (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Estado do Pará), e institutos como IFPA (Instituto Federal do Pará), executando todo o projeto intelectual na elaboração da feira (Amador, 2017).

Em consonância com as discussões junto as entidades representativas, em 11 de novembro de 2006, a então feira urbana, a primeira da cidade com caráter para atender as famílias de agricultores, é inaugurada. Embora seja inaugurada em 2006, apenas foi registrada em 01 de novembro de 2009. Segundo dados do Cartório de 2º Ofício de Marabá, Elvina Santis (Guerra, 2014).

Além da discussão da agricultura familiar, outros temas são debatidos e contextualizados como a luta pela terra, meio ambiente e discussões políticas são pautas dos agricultores. Além da busca por melhorias em infraestrutura, políticas de crédito, saúde e educação. Por outro lado, o cerne da questão se concentra na visibilidade e valorização dos produtos agrícolas e, aparentemente, como uma forma de luta por autonomia para as lógicas familiares regionais de produção (Alves, 2022).

A produção também é uma etapa muito importante, é partir disso, que se pode compreender o funcionamento dos assentamentos e o possível processo

de fortalecimento da agricultura familiar. Os assentamentos são responsáveis por toda etapa de produção. Lembramos que os assentamentos atuam como políticas públicas de Reforma Agrária do governo federal usando como ferramenta a titulação de terras destinadas para realização da reforma agrária, cujo principal órgão é a autarquia INCRA.

Como assim apresenta Miranda (2021, p. 3) no tocante a assentamentos:

Os assentamentos resultantes dos processos de luta pela terra, tais como ocupações e acampamentos, referem-se a frações do território importante ao projeto territorial do movimento sem-terra, visto que materializam a força do sujeito coletivo e possibilitam reprodução camponesa. Mesmo assim, os assentados possuem uma autonomia relativa nesses lugares, uma vez que, o trabalho e a posse da terra fazem parte das relações de trabalho, mas não se referem a totalidade das relações de trabalho. Portanto, deve-se inegavelmente avaliar os condicionantes e disciplinamentos impostos pelo Projeto de Assentamentos.

Os assentamentos desempenham um importante papel na luta dos trabalhadores pela terra, materializando a força do sujeito coletivo, criando elementos de identidade das famílias camponesas e o sentimento de pertencimento em relação ao espaço terra. Salienta-se também a forte contribuição na reprodução camponesa, alimentando sonhos de inúmeras famílias de agricultores (Miranda, 2021).

É importante destacar, atualmente, a existência de 514 Projetos de Assentamentos (PAs) institucionalizados pelo INCRA com capacidade de abrigar 72.162 famílias assentadas (Incrá, 2017). Dentro desse contexto alguns desses assentamentos produzem e abastecem nas principais feiras da cidade. Priorizaremos nossa pesquisa no Projeto de Assentamento Alegria, devido a sua notoriedade na produção e localização geográfica próximo da cidade.

2.2. Análise do comércio do circuito das feiras da agricultura familiar da Velha Marabá e Laranjeiras

Como revisitado e discutido, em outros momentos aqui na pesquisa, as feiras representam uma parcela significativa de receita para as famílias de

agricultores. Santos (1979) considera esses mercados informais como circuito inferior de economia urbana.

Na Amazônia, esse fenômeno discutido por Santos (1979) é bastante comum em se tratando de cidades pequenas e médias. Desse modo, compreende-se que a metrópole amazônica tem maior características de empregos formais. Recaindo assim, para a cidade pequenas e médias o protagonismo de empregos informais (Amaral, 2016).

Como assim inferi Amaral (2010):

Um elemento importante para se pensar as cidades na Amazônia e que tem sido subvalorizado ou mesmo negligenciado nas pesquisas referentes as temáticas, é o mercado informal de trabalho, que aqui será entendido de forma mais complexa e ampla por meio do “circuito inferior da economia urbana”. Machado (1999), ao abordar em seu texto as tendências da urbanização e do mercado de trabalho na Amazônia, mostra que, ao contrário do que se imagina, a proporção de empregos informais é maior nas pequenas cidades do que nas maiores, o que está relacionado, na sua interpretação, ao fato de que uma das características principais daquilo que defini como sendo “capitalismo de fundo de quintal”, é a fuga das obrigações trabalhistas, o que tem diminuído nas maiores cidades em função do maior controle na aplicação da legislação trabalhista, da maior competição por trabalhadores qualificados e da maior participação do emprego público (Amaral, 2010, p. 237).

Esse fenômeno é percebido no circuito de feiras de Marabá, muitas vezes, o espectro de desemprego nas cidades médias da Amazônia, impulsiona muitas pessoas a recorrer aos mercados informais, sendo as feiras uma alternativa de sobrevivência econômica diante das condições de desemprego.

Ressalta-se, com o advento da pandemia de Covid-19, houve um certo quadro de pessoas em situações de pobreza, refletindo, nas feiras uma alternativa de renda para sustendo de suas famílias (Alves, 2022).

Sobre circuito inferior, destaca-se Silveira (2004) citando Santos (1978):

O circuito inferior, por sua vez, compreende o resultado indireto da modernização e constitui-se de formas de fabricação não capital intensivo, serviços não modernos fornecidos a varejo, comércio não moderno e de pequena dimensão, voltados sobretudo ao consumo dos mais pobres. Enquanto a divisão territorial do circuito superior da economia envolve uma topologia de pontos nas cidades, no território nacional e no exterior; a divisão territorial do trabalho do circuito inferior sustenta-se fundamentalmente na cooperação e na contiguidade do bairro, da cidade ou da região, ainda que seus nexos

tendam a se expandir no período atual. Vale lembrar que os circuitos não constituem sistemas fechados, estão, em realidade, interligados por intensas relações de complementaridade, concorrência e subordinação (Santos, 1978). Compreendem, assim, subsistemas do sistema urbano, no qual todas as formas de trabalho estão integradas (Silveira, 2004b, p. 14).

O circuito das feiras urbanas de Marabá, segue esse nexo de raciocínio em se tratando do comércio oferecidos a varejo abordado por Santos (1978) e Silveira (2004). Os autores consideram que esses circuitos são interligados em sistemas e suas formas de trabalho também estão integradas.

Para Santos e Silveira (2001, p.143) os circuitos espaciais da produção são definidos pela “[...] circulação de bens e produtos e, por isso, oferecem uma visão dinâmica apontando a maneira como os fluxos perpassam o território.” Assim como afirmam os autores, esse movimento é comandado por fluxos. Então, vejamos como ocorrem esses nexos entre a produção nos assentamentos e os circuitos das feiras.

Para realização da pesquisa de campo, adaptamos um questionário (em anexo) em que definimos uma matriz. As informações coletadas nos possibilitaram compreender informações biográficas, moradias, dados econômicos, migratórios e de produção, entre outros.

Frisa-se que caracterizamos a pesquisa em duas categorias: uma político-econômico e outra sociocultural. Na primeira questionamos sobre a participação dos feirantes nas feiras de Marabá e sua participação nas organizações políticas, as ocupações (trabalho) que desenvolvem nas feiras da cidade para buscar esclarecer se existe viabilidade econômica para as famílias de agricultores e também buscar entender se existe acesso a políticas de incentivo à produção, como políticas de crédito, bem como o quadro econômico desses feirantes/agricultores.

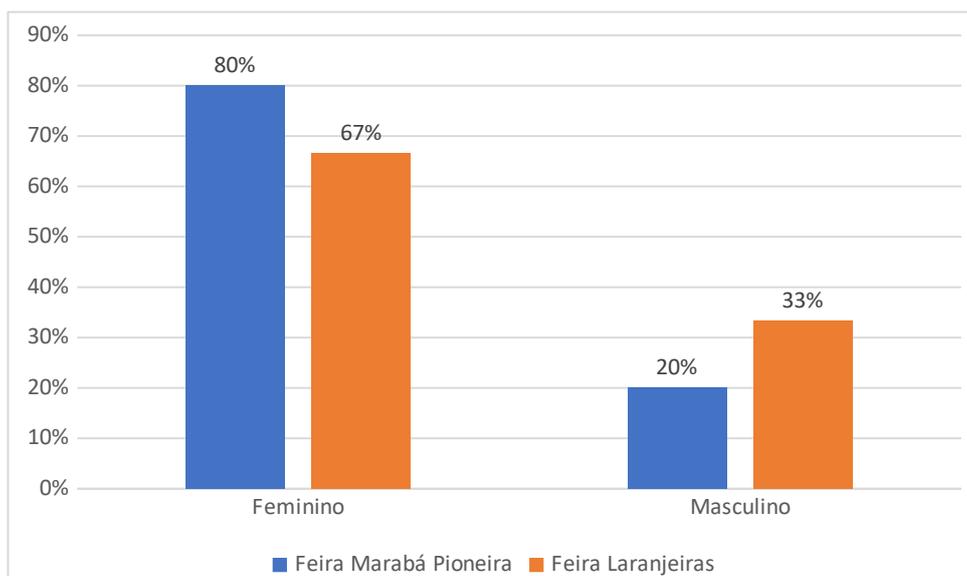
Na segunda abordagem, sociocultural, levantamos questões sobre as origens dos feirantes, os lugares por onde passou e as causas da migração. Outra preocupação foi com os saberes formais e informais que as famílias de agricultores/feirantes desenvolvem, se frequentaram a escola ou não e qual o nível de escolaridade. Também se incluiu a participação na atividade de formação técnico/político; o nível de relação com a agroecologia e produção orgânica; os níveis de relação que o agricultor/feirante tem com a floresta e os

produtos que retira dela e se tiveram algum problema com órgãos de fiscalização ambiental, como secretarias de meio ambiente (SEMA) ou mesmo com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Dessa forma, iremos analisar o perfil do agricultor/feirante nas duas feiras pesquisadas, baseado em suas características sociais, por meio de aplicação de questionário semiestruturado com 21 feirantes, ocorridos nos dias 10 a 30 de janeiro de 2024.

Do total de 21 feirantes nas duas feiras entrevistadas, percebe-se que na feira da agricultura familiar da Velha Marabá, 80% são representados por mulheres e 20% são constituídos por homens. No entanto, na Feira da Laranjeiras, 67% são representados por mulheres e 33% representados por homens. Como assim mostra no gráfico (1).

Gráfico 1- Relação de gênero dos feirantes



Fonte: Trabalho de campo, 2024.

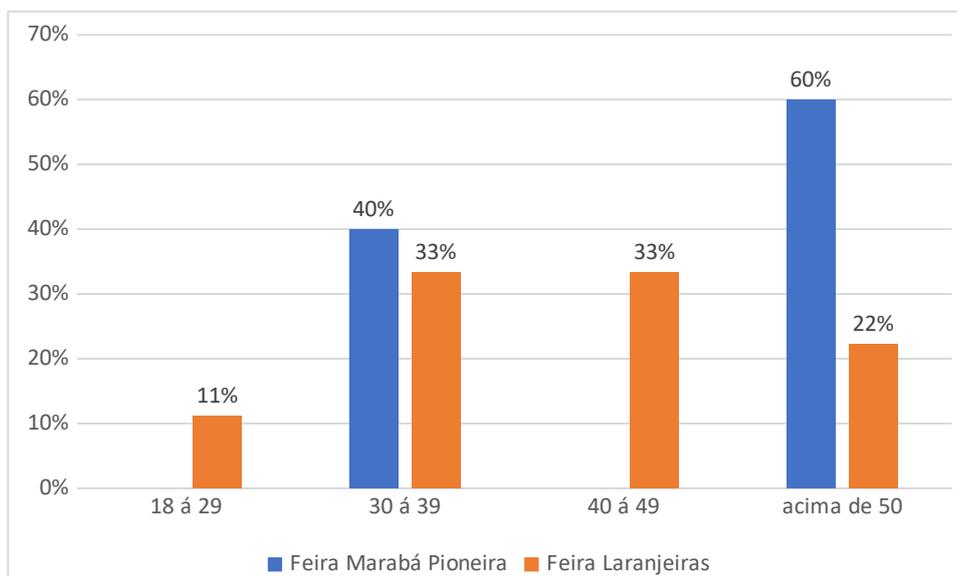
Diante desse resultado, percebe-se a incidência maior do gênero feminino nas relações de trabalho familiar, participando tanto das atividades agrícolas no assentamento, como também na comercialização no espaço das feiras urbanas.

Em sua composição referente a faixa etária, observa-se que na feira da Agricultura Familiar, o maior percentual está em 60%, acima de 50 anos,

seguido de 40% entre 30 a 39 anos. A Feira das Laranjeiras, o maior percentual está em 33%, entre 30 e 39 anos, 22% acima de 50 anos e 11%, entre 18 a 29 anos.

Conforme representado no gráfico (2):

Gráfico 2- Composição de idade dos feirantes

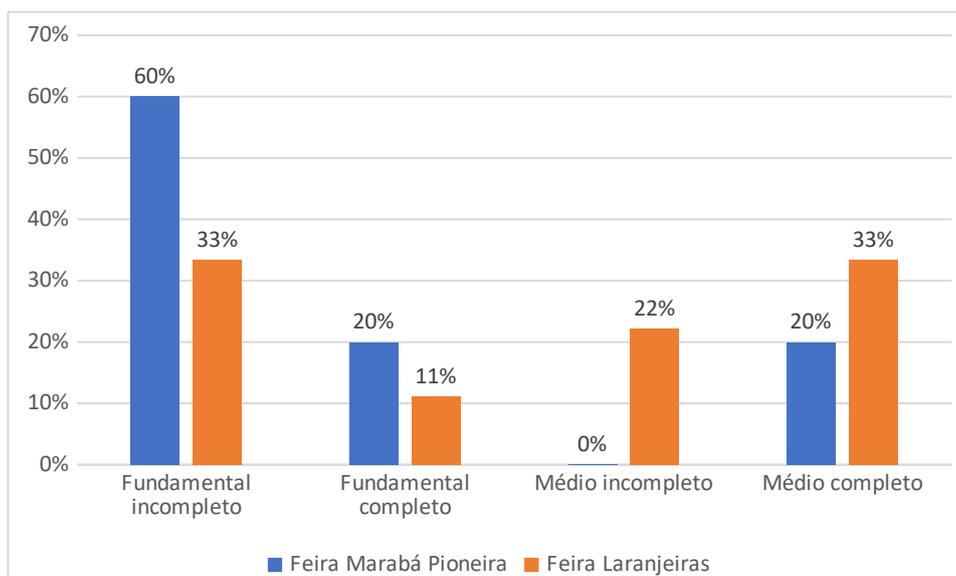


Fonte: Trabalho de campo, 2024.

Diferentemente da feira das Laranjeiras, a feira da Agricultura Familiar apresenta maior índice de feirantes acima de 50 anos. A comercialização feita por pessoas economicamente ativas indicado pela faixa etária pode ser um indicador do grau de penosidade que implica atividade antecedida da colheita, acondicionamento, transporte e a presença no local de comercialização por várias horas para atrair os compradores, em horários sujeito as intempéries regionais e urbanas como calor, umidade relativa elevada, poluição do ar e sonora (Guerra, 2015).

No que se refere a nível de escolaridade, constata-se que na feira da Agricultura Familiar, 60% possuem fundamental incompleto, 20% possuem fundamental incompleto e 20% possuem ensino médio completo. Na feira das Laranjeiras, 33% possuem fundamental incompleto, 11% possuem fundamental completo, 22% possuem médio incompleto e 33% possuem o médio completo. Como assim está representado no gráfico (3).

Gráfico 3- Composição de escolaridade dos feirantes



Fonte: Trabalho de campo, 2024

A educação para filhos de agricultores rurais sempre foi um enorme desafio, justamente que nos lotes de terra dificilmente existe escolas, e quando existe, é recorrente os problemas enfrentados pelo sistema educacional público brasileiro. Evidenciou-se durante a pesquisa que não há relatos de feirantes/produtor cursando o nível superior e/ou que já esteja concluído. Mas destaca-se, que a cidade de Marabá conta com a Escola Família Agrícola de Marabá (EFA) cujo nome é Professor Jean Hebette, para proporcionar educação de nível técnico e fundamental para os filhos de agricultores.

Na EFA, existem espaços pedagógicos, com duas salas de aulas, os estudantes contam com unidades produtivas. São espaços onde eles praticam o conhecimento das disciplinas de zootecnia, agricultura e administração rural. Dentre os espaços, existem o pasto, três pequenos tanques de piscicultura, um aviário, uma pocilga, um viveiro para produção de mudas, duas hortas, sendo uma medicinal, e uma roça para plantio.

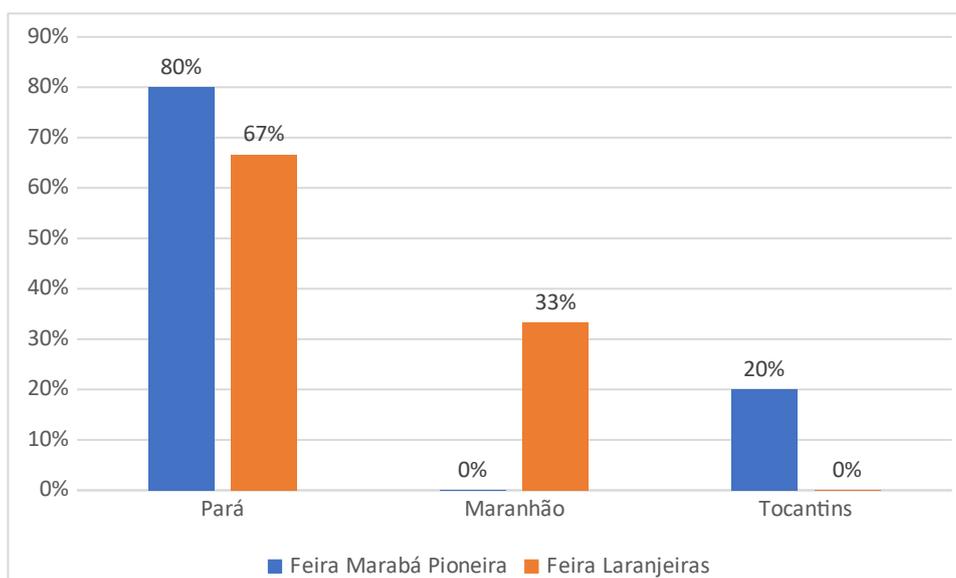
O município conta também com Instituto Federal do Pará (IFPA Rural), localizado dentro do assentamento rural nas proximidades da cidade. Também as universidades do estado e federal que conta com muitos filhos/filhas de agricultores realizando curso superior.

Em relação à origem dos entrevistados se confirma os estudos populacionais sobre a região sudeste do Pará, com muitos feirantes

/assentados vindo do estado do Maranhão. O fluxo de migração é muito acentuado no sudeste paraense, e o estado do Maranhão exerce esse protagonismo.

Dessa forma, observa-se que na feira da Velha Marabá, 80% são oriundos do estado do Pará, 20% oriundos do estado do Tocantins. Na Feira das Laranjeiras, 67% oriundos do estado do Pará, 33% do estado do Maranhão. Como assim está representado no gráfico (4).

Gráfico 4- Composição dos feirantes por unidade da federação



Fonte: Trabalho de campo, 2024

Pela análise do gráfico (4), a maioria dos feirantes/produtores pertencem ao território paraense. A pesquisa não conseguiu informar com precisão se esses feirantes são filhos de migrantes da década de 1970 a 1980, mas que existe uma probabilidade imensa de serem filhos de migrantes nordestinos que vieram movidos na busca pela terra e trabalho nesse período citado. Bringel (2015), afirma que muitos migrantes vieram também na condição de não-proprietários, por exemplo, o trabalho de vaqueiro ou no Corte da Juquirá⁷ em uma fazenda. Pela década de 1980, destacamos também o garimpo, como principal motivo de deslocamentos.

⁷ Prática adotada nessa parte do território amazônico para descrever um tipo de trabalho no campo bem penoso, muitas das vezes, praticado por migrantes de outras partes da unidade da federação brasileira, utilizando como instrumento de trabalho foices e enxadas (Bringel, 2015).

2.3. “Arruma a cangalha na cacunda que a rapadura é doce mais não é mole não”: As feiras e a agricultura familiar no circuito de comercialização

A mão de obra familiar realizada pelos pequenos proprietários, posseiros e assentados de terras é fundamental. Essas pessoas são as grandes responsáveis pela produção de boa parte dos alimentos que consumimos. Segundo dados da FAO (2021), 35% dos alimentos consumidos pelas famílias no mundo são produtos oriundos da agricultura familiar, presentes em nosso cotidiano. Essa relação é perceptível nas duas feiras pesquisadas, sendo que a feira da agricultura familiar da Velha Marabá obedece aos critérios estabelecidos pela produção camponesa.

A feira das Laranjeiras oferece produtos oriundos da lógica familiar, que eram maioria na sua fundação. Atualmente, no entanto, a feira apresenta outras características, como a comercialização de produtos eletrônicos, confecções e até mesmo uma rodoviária em suas dependências, que dá acesso aos principais assentamentos e vilas da cidade.

O que se sabe, a dinâmica das duas feiras pesquisadas, que a lógica é o escoamento de produtos produzidos em assentamentos nos arredores da cidade. Alavancando com isso, o fortalecimento da prática da agricultura familiar.

Como assim inferi, Guerra (2014, p. 30).

Isso ocorre pelo fato de as feiras de Marabá ter sido criada pelos produtores familiares, caso em que a relação do consumidor com a agricultura familiar é direta. A feira é abastecida pelos produtores dos assentamentos (PA), que cultivam e comercializam seus produtos, com a mão de obra familiar presente no estabelecimento agrícola (...).

Pelos anos de 1970, houve a criação das principais feiras da cidade de Marabá, representando um polo econômico de difusão de produtos agrícolas, esses locais, foram na maioria das vezes, disponibilizados pela prefeitura da época. As feiras representam um forte elemento de resistência para agricultura familiar, tendo em vista que os aportes econômicos do Estado são direcionados para a prática do agronegócio. Atualmente, o circuito de feiras de Marabá é

responsável pelo fortalecimento da agricultura familiar, com grande engajamento das famílias representadas.

Sobre resistência da agricultura familiar, assim corrobora Ploeg (2009, p. 12):

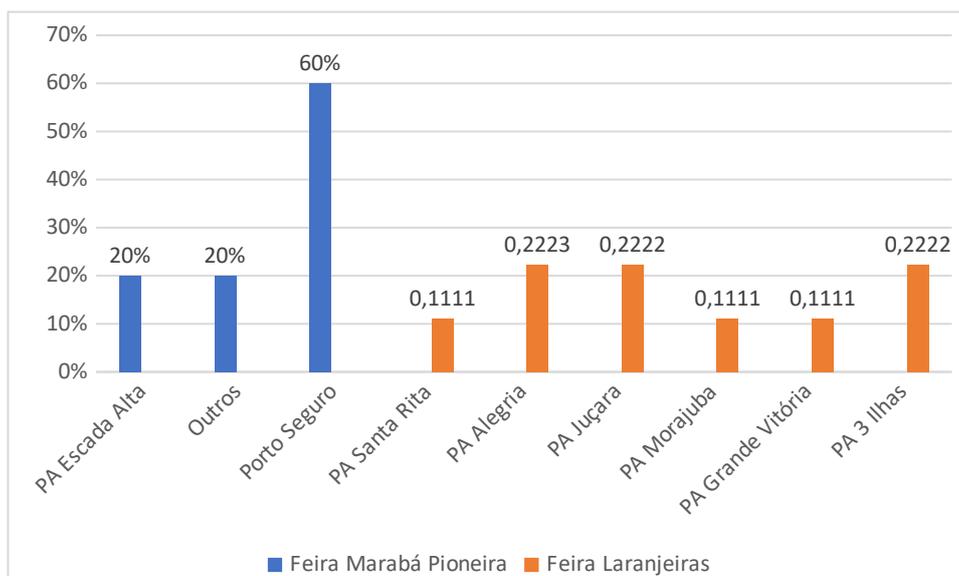
Os camponeses não desativam (nem fecham completamente) suas unidades de produção agrícola. Ao contrário, eles tendem a resistir de modos distintos, mas mutuamente interrelacionados: primeiramente, eles tentam, tanto quanto possível, aumentar a produção. A quantidade e a qualidade de seu próprio trabalho (familiar) continuam sendo aqui um fator-chave. Qualquer redução da produção total contrariaria imediatamente seus próprios interesses. Em segundo lugar, eles procuram reduzir os custos monetários enraizando ainda mais o processo de produção agrícola no capital ecológico disponível. Em terceiro lugar, eles se engajam, onde for possível, em lutas, arranjos institucionais e na construção de redes que lhes proporcionem melhores preços, maior segurança e melhor acesso aos recursos escassos. Em quarto lugar, o camponês procura, sempre que necessário, cintos de segurança (p. ex., pluriatividade e multifuncionalidade) que lhe permitam continuar produzindo (e proteger sua base de recursos), mesmo sob condições de extrema dificuldade.

O autor apresenta essas quatro alternativas de resistência pela agricultura familiar, ensejando a importância da mesma para o capital ecológico e segurança alimentar. O circuito de feiras de Marabá, corroboram essa resistência imposta pelo sistema dominante, com produção, diversidade, respeito a natureza e autonomia.

Agora iremos analisar a origem geográfica dos produtos distribuídos nas duas feiras, como assim informado pelos participantes da pesquisa, pode ser que não tenha assentamento citado, pelo fato de que no dia que foi conduzida a pesquisa, os participantes não estiveram presentes.

Na feira da Velha Marabá, 60% têm origem do PDS Porto seguro, 20% Assentamento Escada Alta, 20% denominados outros composta por várias localidades, mas cada uma delas com quantidades individuais inexpressivas. Na feira das Laranjeiras, apresenta-se mais distribuídos em relação a primeira feira. Com 22% Assentamento Alegria, 22% Assentamento Juçara, 22% Assentamento 3 Ilhas, 11% Assentamento Santa Rita, 11% Assentamento Morajuba e 11%, Assentamento Grande Vitória. Como assim está representado no gráfico (5).

Gráfico 5- Origem geográfica dos produtos comercializados

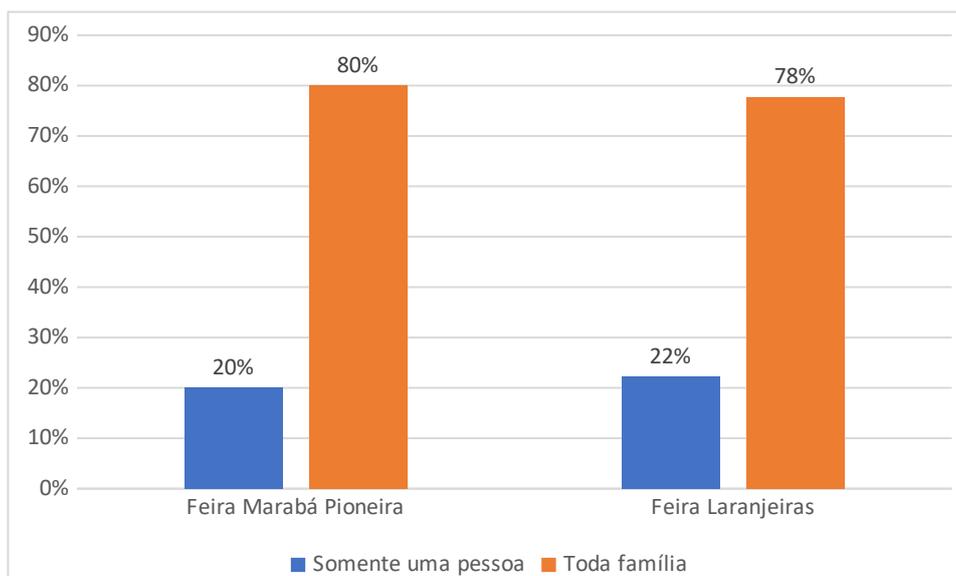


Fonte: Trabalho de campo, 2024.

Como exposto no gráfico acima, observa-se uma variedade imensa de assentamentos representados. Alguns não citados pelo nível de expressividade ser menor. Mas denota-se, uma diversidade considerável na distribuição geográfica desses assentamentos, compondo uma riqueza enorme para posseiros/assentados nesse território.

Em se tratando de trabalho familiar na comercialização de produtos, evidenciou-se durante a pesquisa, que na feira da agricultura familiar da Velha Marabá, 80% das famílias participam do trabalho de comercialização, e na feira das Laranjeiras, 78%. Como assim representa no gráfico (6).

Gráfico 6- Participação familiar nas feiras



Fonte: Trabalho de campo, 2024

O engajamento das famílias na prática de comercialização denuncia um contexto de trabalho coletivo, não é apenas observado no lote de terra, mas que, acaba se estendendo também na atividade fim das feiras.

O circuito de feiras de Marabá é bem significado para as famílias que atuam na comercialização, pois ali, torna-se um espaço para trocas comerciais. As vendas praticadas ajudam muito no orçamento doméstico familiar. Em conversas informais com os feirantes, eles relatam que as feiras ressignificam muito quando perguntados sobre a importância das feiras para o feirante e o consumidor.

Como assim inferi o feirante, E. B.:

É importante sim. É tão bonito pra ele, é tão gratificante para uma pessoa chegar e ter um alimento. Como é que tá essas coisas tudo limpinho, tão organizado assim? Isso é muito importante a pessoa vir encontrar aí quando vim no outro dia, aquele é lindo que eu liguei, estava muito gostoso, natural é gostoso demais. Isso não tem preço (E. B., feirante da feira das Laranjeiras, entrevista concedida em 11 de fevereiro de 2024).

Os feirantes/agricultores consideram satisfatório o trabalho desenvolvido, e a satisfação dos clientes ao chegar para comprar e perceber que os produtos estão todos ali aptos para consumo e qualidade garantida em se tratando de não uso de agrotóxico.

Foi feita a mesma pergunta para a feirante M. M, da feira da Velha Marabá sobre a importância do trabalho desenvolvido, ao que responde:

Muito grande a importância. Daqui a gente tira nosso sustento, paga nossas contas. E para o consumidor, eles dão apoio e gosta por ser sem agrotóxicos (M. M, feirante da Velha Marabá, entrevista concedida em 16 de fevereiro de 2024).

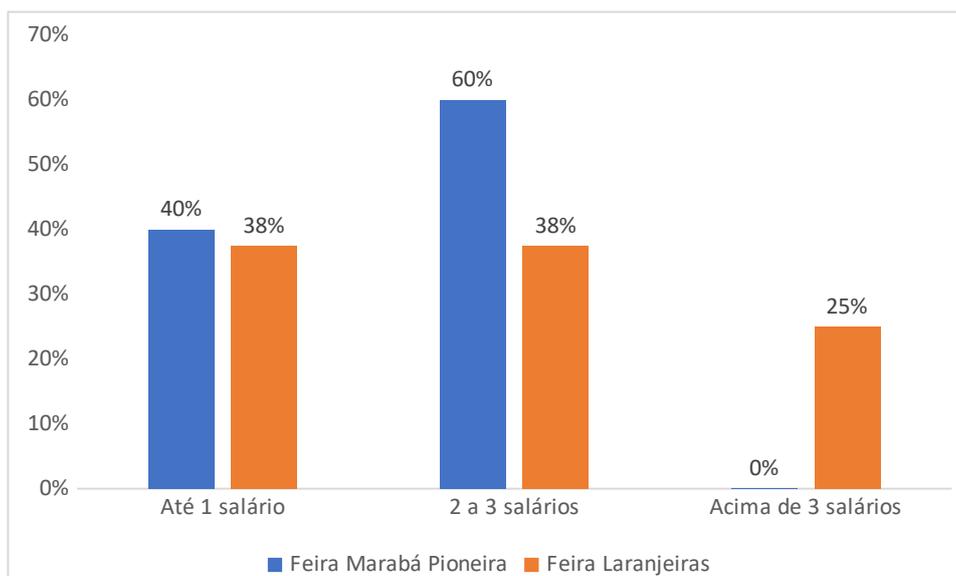
Compreendendo a dificuldade de conseguir um emprego formal, a feira acaba se tornando um importante instrumento de renda para muitas famílias que vive a partir dela. Com assim relata outra feirante sobre a relevância da feira.

Para termos o nosso próprio negócio, ficou bem mais melhor. Pois hoje em dia para arrumar um emprego ficou muito dificultoso. E para o consumidor o preço é mais baixo (I. S, feirante da feira da Velha Marabá, entrevista concedida em 16 de fevereiro de 2024).

As receitas financeiras geradas pela comercialização, talvez seja, a grande força motriz que mobiliza semanalmente as famílias a estarem ali disputando um espaço. Sabido, que as dificuldades são enormes, mas que o trabalho e os ganhos motivam a atuação dos feirantes.

Durante as entrevistas, perguntamos sobre seus ganhos financeiros mensais por famílias. Em que na feira da Velha Marabá, 40% faturam até 1 salário-mínimo, 60% faturam entre 2 a 3 salários mínimos, e ninguém fatura acima de 3 salários mínimos. Na feira das Laranjeiras, 38% faturam até 1 salário-mínimo, 38% faturam de 2 a 3 salários-mínimos e 25% faturam acima de 3 salários mínimos. Como assim está representado no gráfico (7):

Gráfico 7- Rendimento mensal nas feiras por famílias



Fonte: Trabalho de campo, 2024

Sobre o fator econômico na comercialização no circuito de feiras, caracteriza-se principalmente, quando a renda acaba retornando para o comércio local no consumo de produtos que não são produzidos e/ou comercializados pelos feirantes.

Em uma série de estudos sobre feiras em Marabá Guerra (2014); Amaral, (2016); Amador (2017) e Alves (2022) consideram que a atuação das mesmas ajuda a construir uma definição regional para a economia local. Por ser considerada como uma atividade de baixo impacto econômico pela maioria das classes dominantes, esses feirantes/assentados que comercializam nas feiras representam também, historicamente, populações excluídas da economia local.

O pesquisador Pereira (2008, p. 98) apresenta diferentes perspectivas dessa atividade econômica:

Os recursos advindos dos créditos de implantação e produtivo, e mesmo da venda dos produtos dos assentados, tem dinamizado os núcleos urbanos. Diversas lojas comerciais como supermercados, casas de materiais de construção, de produtos agropecuários entre outros, tem aumentando os seus lucros com a criação dos assentamentos. Milhares de trabalhadores (as) não só colocam os seus produtos, predominante orgânicos, no mercado local, como consomem produtos manufaturados. Diversas lojas de roupas, de calçados e de produtos agropecuários se destinam a atender essa parcela da sociedade.

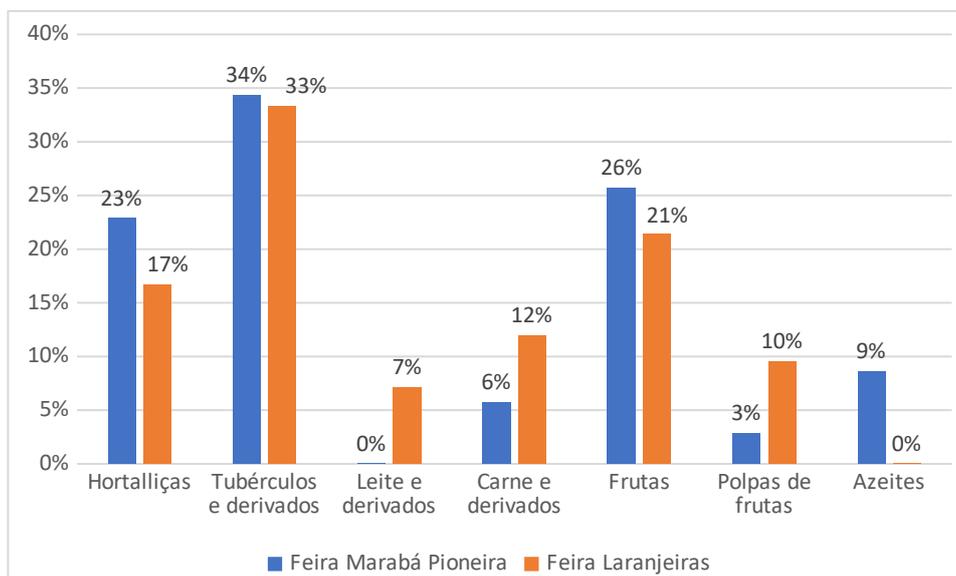
Constata-se que os recursos conquistados no comércio das feiras, acaba por ser consumido por esses feirantes/assentados em produtos que eles não produzem nem comercializam nas suas bancas.

Outro fator importante estudado nas feiras urbanas de Marabá é a variedade de produtos comercializados. Com um portfólio diverso, os feirantes/produtores relatam que os seus produtos têm muita aceitação no mercado local e que os produtos hortícolas são mais vantajosos em relação aos mesmos fornecidos em supermercados.

Observa-se, que na feira da Velha Marabá, 34% são produtos oriundos de tubérculos e derivados, 23% de hortaliças, 6% de carnes e derivados, 26% de frutas, 3% de polpas de frutas e 9% de azeites.

Na feira das Laranjeiras, 33% tubérculos e derivados, 17% de hortaliças, 7% de leite e derivados, 12% de carne e derivados, 21% de frutas e 10% de polpas de frutas. Como assim está representado no gráfico (8).

Gráfico 8- Composição de produtos comercializados nas feiras



Fonte: Trabalho de campo, 2024

A produção agrícola familiar é a principal responsável pela comercialização desses produtos e/ou da maioria deles. Durante a pesquisa, foi mencionado que alguns vendedores ambulantes não produzem nos seus terrenos, fato observado nas duas feiras analisadas, ao adquirirem produtos a

intermediários que os obtêm de algumas regiões relacionadas com o centro-oeste do Brasil, um polo exportador de produtos agrícolas brasileiro.

A cidade de Jataí, em Goiás, é um importante centro de produção hortícola. Os seus produtos são distribuídos por todo o território nacional, chegando mesmo à cidade de Marabá.

Na zona rural desse município os assentamentos são os responsáveis pela produção agrícola familiar, as famílias que comercializam nas duas feiras estudadas, atribuem a terra a manutenção de sua atividade de cultivo. Caracterizando-se de fundamental importância a participação dos produtores familiares nos circuitos das feiras, contribuindo para resgatar a solidariedade e a cooperação perdida no sistema capitalista individualista, permitindo que o agricultor venda seus produtos pelo preço por ele definido, não perdendo recursos com atravessadores que, normalmente, lucram com a revenda da produção agrícola camponesa (Saquet, 2017).

Destaca-se, que a variedade de produção, enriquece o debate da produção camponesa. Na maioria das bancas entrevistadas, observa-se um conjunto de variedades produtivas, em que os feirantes fazem questão de registrar em suas falas, quando perguntados, o que produz e comercializa.

Como assim declara a feirante C. S, da feira das Laranjeiras:

Farinha, tapioca, massa de puba, beiju fresco, pupunha, galinha, ovos, feijão, macaxeira, polpa de fruta (C. S, feirante da feira das Laranjeiras, entrevista concedida em 11 de fevereiro de 2024).

Para outro feirante da feira da Velha Marabá, I. S, o entusiasmo é o mesmo, como assim registra em sua fala:

Galinha, farinha, banana, feijão, cebola, tomate, maxixe, quiabo, pepino, corante, molho, azeite de coco, macaxeira (I. S, feirante da feira da Velha Marabá, entrevista concedida em 16 de fevereiro de 2024).

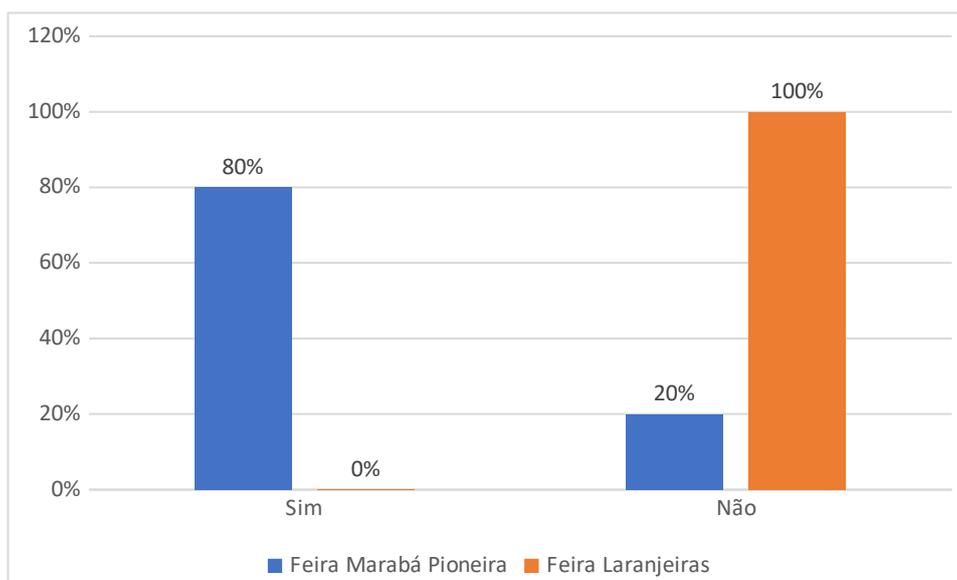
Foi informado também no decorrer da pesquisa, que os produtores comercializam parte da produção no circuito de feiras da cidade, porém, alguns ainda comercializam no próprio estabelecimento rural, consoante já mencionamos, outros comercializam de porta-em-porta em determinado dia da

semana e em alguns casos também vendem para as escolas a partir do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Amador, 2017).

Ao longo da pesquisa, sabe-se que os feirantes em muitos casos recebem apoio para realização de suas atividades. Destaca-se, em especial, o apoio dado pela prefeitura Municipal de Marabá, através da (SEAGRI), sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e apoio das universidades do Estado do Pará (UEPA), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Estado do Pará federal (UNIFESSPA) e também o instituto federal do Pará (IFPA), colaborando com assessoria técnica e debate.

Mas quando questionados sobre apoio, poucos sabiam responder, e muitos diziam também não receber apoio qualquer, como assim está representado no gráfico (9).

Gráfico 9- Composição de recebimento de apoio para trabalho



Fonte: Trabalho de campo, 2024

Observa-se que na feira da Velha Marabá, 80% disseram receber apoio para trabalhar, e 20% disseram não receber apoio. Para a feira das Laranjeiras, 100% dos entrevistados disseram não receber ajuda financeira alguma para transporte, produção e comercialização.

Durante a pesquisa, um tema foi também discutido: fragilidades encontradas para transporte, produção, comercialização e infraestrutura da

feira. Vimos que existe apoio de alguns órgãos, mas que poderia ser ampliando tendo em vista a importância das feiras para as famílias ali representadas.

Em diálogos recentes com os feirantes, os mesmos relataram que a feira da Velha Marabá recebeu alguns equipamentos como barracas novas para realizar a comercialização de produtos nos últimos anos. Já a feira das Laranjeiras ainda segue bem deteriorada em sua infraestrutura.

Então, perguntamos as principais fragilidades encontradas nas duas feiras.

Hoje a feira da Velha Marabá, os maiores problemas é o espaço e preço, que deveria ser tabelado, tem uma desordem, em relação a isso. O que cobra mais barato vende, e quem cobra mais caro não vende. E para colocar todos no mesmo nível, deveria tabelas esses valores (M. G, feirante da feira da Velha Marabá, entrevista concedida em 16 de fevereiro de 2024).

O feirante relata que os preços praticados na feira da Velha Marabá são “desorganizados” (conforme sua fala), pois em sua visão não há tabelamento de preços, cada feirante executa os preços da forma como lhe convier melhor.

Para outro feirante, G. S, da feira das Laranjeiras, foi feita a mesma pergunta, ao qual respondeu:

Os maiores problemas, é o lugar que não é apropriado. Não colocar as pessoas nos seus devidos lugares. Acabamos enfrentando o molhado e afetando as vendas (G. S, entrevista concedida em 11 de fevereiro de 2024).

A infraestrutura, parece ser um dos principais problemas encontrados nas duas feiras da cidade. Em diálogo com os feirantes da feira das Laranjeiras, os mesmos relataram que existe uma promessa da prefeitura municipal de Marabá para a segunda metade do ano de 2024, para realização de uma ampla reforma. Inclusive, já está sendo feito alguns cadastramentos para saber a quantidade exata de feirantes para abrigá-los da melhor forma possível.

Outro elemento que é importante destacar, foi a comercialização durante a pandemia de Covid-19 (2020-2023), houve a necessidade de estabelecer outros canais de comercialização. Pois a comercialização nas feiras da cidade foi interrompida quando a população foi orientada a permanecer em isolamento

por conta de evitar a proliferação da doença contagiosa causando enormes prejuízos para os feirantes.

Alves (2022) em sua dissertação de mestrado, cita que uma das alternativas encontradas para realização das vendas, foi a utilização de forma gradual das redes sociais oferecendo produtos de qualidade e com boa aceitação mercadológica. Foi propagandeado de forma intensa, assegurando assim, a manutenção das condições materiais de vida dos feirantes/agricultores.

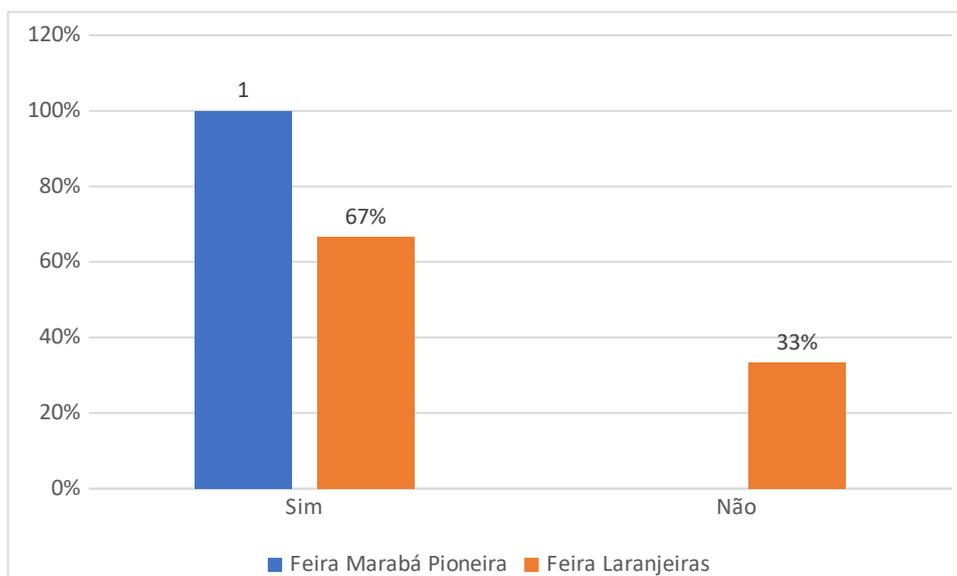
Todavia sabe-se, que irremediavelmente, houve impacto negativo na comercialização desses produtos, como assim assevera Alves (2022):

No município de Marabá, analisando especificamente as situações que retratam essa situação vivida pelos agricultores familiares do PDS Porto Seguro, identificamos que o processo de comercialização na UEPA, Unifesspa e no CEPASP13, foi temporariamente suspenso em decorrência da Covid-19 suspendendo uma via costumeira de comercialização praticada pelas famílias. A impossibilidade de comercializar seus produtos apresentou-se como um enorme desafio para a manutenção de suas rendas, além de implicar em perdas de produtos perecíveis. Com o passar do tempo, a feira presencial no CEPASP voltou a acontecer semanalmente aos sábados pela manhã. Em março de 2022 após dois anos de interrupção por causa da pandemia, foi realizada no campus – III da Unifesspa, uma edição da feira presencial dos povos do campo, no entanto a feira na UEPA continua sem ocorrer (Alves, 2022, p. 68).

Como relata o referido autor, os trabalhos desenvolvidos na comercialização geraram impactos econômicos negativos para os feirantes, mas em nenhum momento deixaram de produzi-los em seus lotes de terra, inclusive, até houve aumento da produção, devido os produtores familiares concentrarem suas atividades exclusivamente na terra. Esses novos formatos de comercialização ajudaram significante esses feirantes/agricultores na manutenção da sua produção.

Quando questionados sobre as mudanças ocorridas no pós-Covid-19, entre as duas feiras pesquisadas houve diferenças nas respostas. Na feira da Velha Marabá, a totalidade dos feirantes disseram que não encontraram mudanças no pós-Covid-19, sendo que nas feiras da Laranjeiras, 67% disseram que sim e 33% disseram que não ocorreram mudanças no período pós pandemia, como assim está representado no gráfico (10).

Gráfico 10- Composição de mudanças pós covid-19



Fonte: Trabalho de campo, 2024

Possivelmente, houve mudanças após a pandemia, mas que os feirantes/agricultores da feira da Velha Marabá não souberam explicar ou citar. Já na feira das Laranjeiras, a maioria conseguiu observar as mudanças ocorridas, cita-se como exemplo a presença maior de feirantes que não são agricultores, devido maior índice de desemprego no mercado de trabalho, encontrando ali, nas feiras, uma alternativa de sobrevivência.

Em torno também da comercialização dos feirantes, existe outros formatos além dos tradicionais, como feiras itinerantes que ocorrem uma vez por mês, em espaços universitários, com total apoio do campo gestor das universidades em Marabá. Dessa forma, com apoio da CPT, sindicatos e universidades (UEPA) e (UNIFESSPA), as feiras itinerantes ocorrem uma vez por mês, e nos primeiros dias do mês na UEPA e UNIFESSPA, como forma de expor os trabalhos e os produtos dos agricultores e fomentar o debate acerca da produção agrícola familiar e sustentabilidade.

2.4. Uma breve análise do cliente: “O que consumo é de qualidade?”

Nos últimos anos, o debate sobre a alimentação saudável intensificou-se. A população mundial vê na produção agroecológica uma alternativa para produzir alimentos "limpos" (sem recurso a pesticidas). Vários investigadores em todo o mundo, incluindo no Brasil, propõem um novo método de produção de alimentos que agrida menos o meio ambiente (Caporal, 2009).

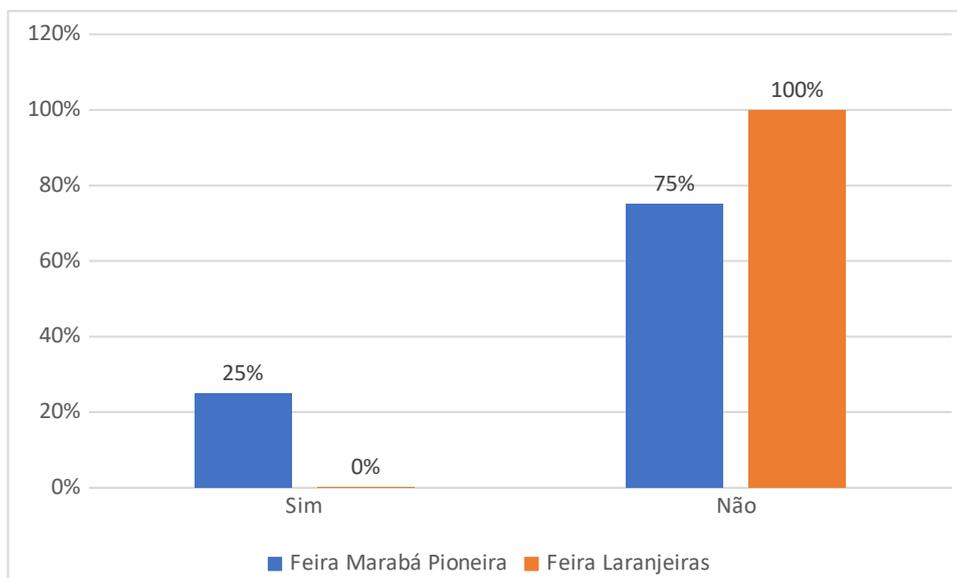
No Brasil, no âmbito da política de Estado, verifica-se uma certa preferência por políticas públicas para setores ligados ao agronegócio. Atualmente, o "agro" é responsável pelas balanças comerciais favoráveis. Contudo, sabe-se que a produção com agrotóxicos é extremamente prejudicial para a saúde humana e, sobretudo, para o meio ambiente (Alves, 2022).

A nível mundial, são utilizados 2,5 milhões de toneladas de agrotóxicos por ano. No Brasil, são produzidas 300 mil toneladas de produtos comerciais. Em comparação com outras regiões do país, o Norte apresenta um consumo ainda bastante reduzido, correspondendo a cerca de 1% de todo o agrotóxico consumido no país (Embrapa, 2021). Mas mesmo assim não se deve subestimar seu consumo e os danos reais ocasionado por eles. Existe no Brasil uma produção de alimentos com uso de agrotóxico de forma considerável, o que acaba fragilizando a qualidade desses alimentos.

A produção de produtos agroecológicos se contrapõe a produção de alimentos oferecidos pelo agronegócio brasileiro, representando movimento contrário e/ou de resistência ao crescimento desses mercados. Nos circuitos das feiras de Marabá, e em visitas aos assentamentos responsáveis pelo repasse dessa produção nas principais feiras, constatamos que se oferece produtos de qualidade e com superioridade técnica. Durante as entrevistas, perguntamos sobre a qualidade desses alimentos, e muitos responderam que eram alimentos sem uso de agrotóxico durante a produção. Fato esse observado durante visita de campo no mês de janeiro de 2024 ao Projeto de Assentamento Alegria, principal responsável pela produção de alimentos comercializados nas principais feiras urbanas da cidade.

Perguntamos no percurso das entrevistas para os consumidores, se os mesmos sabiam o que seria agroecologia, e o gráfico (11) responde:

Gráfico 11- Composição de consumidores que entende o que é agroecologia



Fonte: Trabalho de campo, 2024

A grande maioria dos consumidores não sabiam responder o que seria agroecologia, fato identificado no gráfico acima. Compreende-se que na feira da agricultura familiar da Velha Marabá, 25% sabem o que é agroecologia e 75% não sabem explicar. Para a feira das Laranjeiras a totalidade dos consumidores entrevistados não sabem explicar o que significa o conceito de agroecologia.

Embora a maioria dos consumidores, não sabem explicar esses conceitos, os mesmos associam que são produtos sem uso de agrotóxico em seu processo de produção. Lembremos também que os consumidores, preferem muitas vezes, comprar nas principais feiras da cidade, do que comprar nas redes de supermercados atacadistas espalhados na cidade. Pois acreditam que os produtos comercializados em supermercados apresentam uma qualidade duvidosa (com uso de agrotóxico).

Alguns pesquisadores mais aguerridos em termo de agroecologia, fundamentam a importância dela como ciência na prática da agricultura e produção de alimentos saudáveis:

A Agroecologia sugere alternativas sustentáveis em substituição às práticas predadoras da agricultura capitalista e à violência com que a terra foi forçada a dar seus frutos. A Agroecologia vai forjando suas

normas e regras para um novo canto da terra, da mesma maneira que Walter aprendeu dos mestres cantores não suas velhas regras de composição, senão a necessidade de se construir uns princípios para dar voz ao seu canto e expressão a sua poesia. Como Hans Sachs, que percebe a loucura, a ilusão e a futilidade da existência no início da modernidade, e que a saída para o mundo cercado e esgotado do nosso tempo não está em aferrar-se às normas do dogma produtivista, de um crescimento sem limites, que já não se sustenta, senão em transcendê-las através de um novo saber (Leff, 2002, p. 37).

Poeticamente em suas palavras, Leff (2002) apresenta a importância da agroecologia para os dias atuais, salientando que os modelos vigentes agridem sobremaneira o solo e a exploração dos recursos naturais e que os modelos de cultivos convencionais, baseados em dogmas produtivistas e capitalistas, vem esgotando as fontes de sobrevivência do ser humano.

Com modelo inovador tecnológico, a crença na produção de alimentos agroecológicos toma espaços na comunidade científica, atribuindo uma maior produtividade em qualidade de alimentos e geração de empregos para as comunidades mais carentes. Como assim corrobora Altieri (2012):

A realização do potencial e a difusão das inovações agroecológicas depende de vários fatores e grandes mudanças nas políticas agrárias, nas instituições e nos métodos de investigação e extensão. As estratégias agroecológicas propostas têm que apontar deliberadamente aos pobres, não somente para aumentar a produção e conservar os recursos naturais, mas também para gerar emprego e oferecer oportunidades de acesso aos mercados locais. Qualquer tentativa seria para desenvolver tecnologias agrícolas sustentáveis que se basear em conhecimentos e habilidades locais no processo de investigação. É necessário enfatizar particularmente a necessidade de envolver os agricultores na formulação da agenda de investigação e garantir sua participação ativa no processo de inovação e disseminação tecnológica através de metodologias de Camponês a Camponês, que se enfoquem em compartilhar as experiências, fortalecer as capacidades da investigação local e de resolver problemas. O processo agroecológico requer a participação e o melhoramento do nível cultural ecológico dos agricultores sobre suas explorações e recursos. Sentando as bases para a potencial e a constante inovação pelas comunidades rurais (Altieri, 2012, p. 22).

A agroecologia responde por menos agressão aos recursos naturais e a maior participação do camponês no compartilhamento de experiências inovadoras e no fortalecimento das comunidades rurais.

Na figura (7), consegue-se observar alguns produtos que são comercializados na feira das Laranjeiras.

Figura 7- Produtos comercializados na feira das Laranjeiras



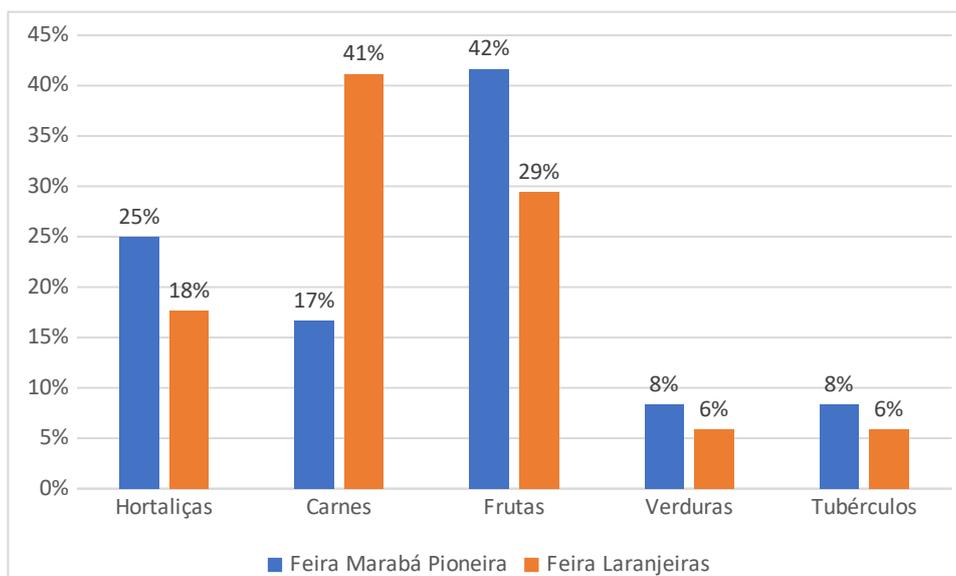
Fonte: Trabalho de campo, 2024

Identificamos na pesquisa que a maioria das pessoas que consomem nas principais feiras da cidade, moram em bairros vizinhos nas proximidades das feiras. Esta, não apenas pessoas de baixo poder aquisitivo, mas também profissionais liberais de classe média como: médicos, professores, engenheiros, funcionários públicos, entre outros. Contudo, consomem esses produtos por acreditar serem “limpos” de agrotóxico em comparado aos mesmos produtos comercializados nas redes atacadistas da cidade.

Durante a investigação, buscamos saber os principais produtos comprados, justamente para entender o perfil desse consumidor. E as características desses produtos. Evidencia-se, a partir do gráfico (12), que na feira da agricultura familiar da Velha Marabá, 42% compram frutas, 25% compram hortaliças, 17% compram carnes, 8% compram verduras e 8% compram tubérculos.

Na feira das Laranjeiras, 41% compram carnes, 29% compram frutas, 18% compram hortaliças, 6% compram verduras e 6% compram tubérculos. Como está representado no gráfico (12).

Gráfico 12- Composição de alimentos mais consumidos pelos os clientes



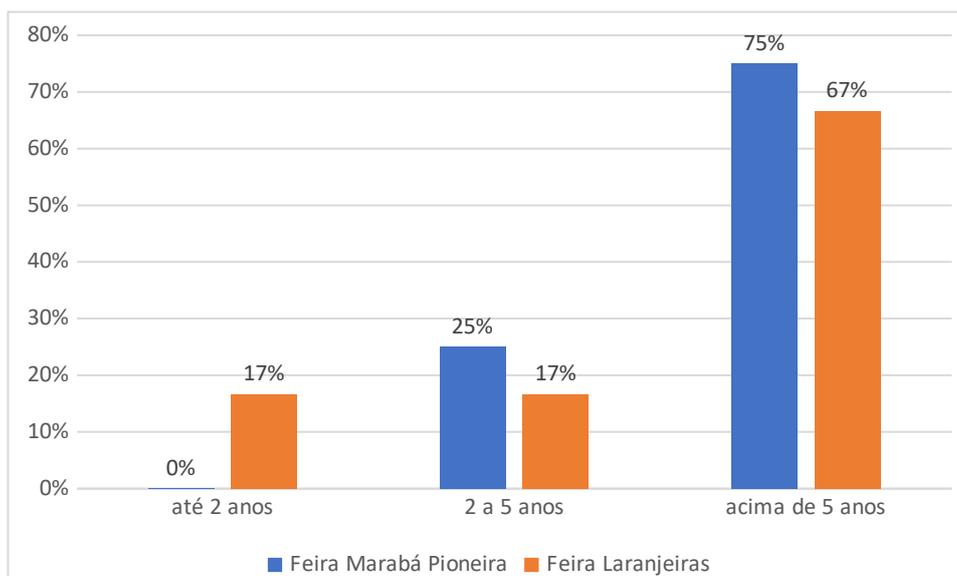
Fonte: Trabalho de campo, 2024

Pelos gráficos, compreende-se que os alimentos mais consumidos são as carnes e as frutas. Nos últimos dois anos, na Feira das Laranjeiras, a Câmara Municipal, através da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), articulou com as feirantes a criação de um abatedouro de animais e aves "provisório" e regularizado junto dos órgãos competentes. Provavelmente, este abatedouro é responsável pelo maior consumo de carnes na feira das Laranjeiras, conforme demonstrado no gráfico acima.

Tal deve-se ao sucedido em 2018, quando a Vigilância Sanitária Municipal apreendeu cerca de 100 kg de carne suína, por esta ser imprópria para consumo, uma vez que não tinha sido sujeita a qualquer tipo de inspeção legal.

Em outro momento, perguntamos o tempo em que compra e/ou frequenta as feiras para entender a fidelidade do cliente, junto aos feirantes/agricultores, aos quais responderam na feira da Velha Marabá, 75% compram acima de 05 anos, 25% compram de 02 a 05 anos. Para a feira das Laranjeiras, 67% compram acima de 05 anos, 17% compram entre 02 a 05 anos e 17% compram até 02 anos. Como assim está representado no gráfico (13).

Gráfico 13- Composição de tempo de compra nas feiras representadas



Fonte: Trabalho de campo, 2024

A partir da análise do gráfico acima, observa-se uma certa fidelidade dos consumidores na frequência das feiras. Na maioria dos casos, acima de 05 anos, demonstrando um certo compromisso em fidelizar com esses feirantes/agricultores. Como relatado em outros momentos aqui na pesquisa, muitas das vezes os clientes vêm em busca de sociabilidades, comentar sobre jogo de futebol, tomar um cafezinho, encontrar amigos, entre outros. A relação, em muitos dos casos vai para além do econômico.

Na figura (8), mostra momento exato de comercialização dos feirantes junto aos clientes na feira das Laranjeiras.

Figura 8- Clientes no momento de comercialização



Fonte: Trabalho de campo, 2024

A cliente R. M. (Dona de casa), residente nas proximidades da feira da Velha Marabá, relata em suas falas que consome e compra da feira desde o período em que foi morar lá, no bairro Velha Marabá. E que considera os produtos ali comercializados de grande qualidade, pelo fato de não apresentar “químicos” em sua produção e que, além de comprar, aproveita a oportunidade para rever os amigos da igreja que frequenta na cidade velha.

Sim. Eles vêm de uma horta natural, sem agrotóxico, natural, que é muito bom pra nós, e sempre que compro aqui, aproveito para rever meus amigos da Igreja Católica (R. M, Cliente da feira da Velha Marabá, entrevista concedida em .16 de fevereiro de 2024).

Os clientes atestam a qualidade dos produtos comercializados, e as vivências ali apreendidas. Para D. B. (Funcionário público), ratifica as mesmas questões levantadas pela outra cliente, que os produtos apresentam qualidade e sem o uso de agrotóxico em sua composição, como assim assevera em sua fala:

É que um produto direto do produtor para o consumidor, sem agrotóxicos, sou funcionário público, e sempre que posso, venho aos sábados comprar, por aqui tem qualidade (D. B, cliente da feira da Velha Marabá, entrevista concedida em .16 de fevereiro de 2024).

Como informado nessa tese, a feira da agricultura familiar da Velha Marabá funciona apenas aos sábados e o movimento de comercialização já inicia na madrugada de sexta-feira para sábado, com produtos frescos e direto do produtor para ser apreciado pelos consumidores da cidade.

Na figura (9), mostra momento de comercialização na feira da Velha Marabá.

Figura 9- Fluxo de comercialização na feira da Velha Marabá



Fonte: Trabalho de campo, 2024

A feira da agricultura familiar da Velha Marabá, dentre as feiras pesquisadas, é a que mais se aproxima em termos de qualidade de alimentos sem uso de agrotóxico. A priori, a feira foi criada com a demanda de comercializar alimentos “limpos”. Contudo, existe a presença de feirantes que não são produtores, eles foram inserindo produtos oriundos do agronegócio e a comercialização de itens que não são produzidos em assentamentos.

3. PROJETO DE ASSENTAMENTO ALEGRIA: OS DESAFIOS NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR, EM MARABÁ.

Antes de iniciarmos esse capítulo é necessário compreender o termo "assentamento rural", que se refere a um tipo de intervenção fundiária com o objetivo de aplicar políticas públicas para facilitar o acesso à terra. Atualmente, no âmbito das discussões, estão em causa a compra de terras, a desapropriação de imóveis rurais ou mesmo a utilização de terras públicas. Estas distinções visam sobretudo a regularização de áreas ocupadas há décadas por posseiros, trabalhadores que eram ameaçados de expulsão das suas terras. Muitas vezes, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST) era responsável pela organização das famílias de agricultores e agricultoras, consolidando os seus lotes e envolvendo-se na produção de bens e no debate político sobre a política de reforma agrária, juntamente com sindicatos e outras entidades (Medeiros e Leite, 2004).

Para Wanderley (2003) a ocupação encabeçada pelos movimentos sociais citados acima, utiliza-se de tal método para exercer um grau de pressão sobre o Estado brasileiro, que em muitos casos negligenciam a política de reforma agrária. Outra leitura que se faz sobre assentamento diz respeito a política ambiental e cultura das populações tradicionais: a preservação de populações e suas tradicionais formas de uso dos recursos naturais, como é o caso dos assentamentos extrativistas, fruto da luta de seringueiros pela permanência em terras que exploravam há gerações; e/ou a realocação de populações atingidas pela construção de grandes projetos hidrelétricos.

A intervenção fundiária, nesse caráter de assentamento, apresenta diversos tipos de agricultores ofertados com a terra: posseiros, com longa história de permanência no campo, embora sem título formal de propriedade; filhos de produtores familiares com dificuldades financeiras, que optaram pelos acampamentos e ocupações como forma de se manterem a tradição da família; parceiros em busca da terra própria; pequenos produtores, proprietários ou não, atingidos pela construção de hidrelétricas; seringueiros que passaram a resistir ao desmatamento que ameaçavam seu modo de vida; assalariados rurais; populações de periferia urbana, entre outros. Que enxergaram o acesso

à terra uma possibilidade de renda atrelado ao bem-estar social (Medeiros e Leite, 2004).

Medeiros e Leite (2004) salienta que as mobilizações e organização de assentamentos, sofreu grande influência dessas entidades representativas e que o ápice das mobilizações ocorreu nos anos de 1990. Dessa forma, acabou delineando um complexo campo de disputas políticas, em diferentes frentes e tempo participaram da mobilização o MST e demais movimentos de luta pela terra que se proliferaram na década de 1990, o sindicalismo rural, os movimentos de atingidos por barragens, o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e políticas locais querendo exercer representatividade junto a seu eleitorado, como é o caso em questão de prefeitos e vereadores municipais.

Sendo assim, passemos a um breve trajeto da criação do Projeto de Assentamento Alegria.

3.1. Breve caracterização do assentamento

O Projeto de Assentamento Alegria foi criado em 1999, com portaria INCRA/PA nº 034/99. cujo objetivo é criação de assentamento para agricultores. previa a criação de 96 (Noventa e seis) unidades agrícolas familiares a ser implantado e desenvolvido pelo INCRA/SR27. Reflexo da desapropriação da Fazenda Itacaiúnas, com área de 3.600.0000 hectares, localizado no município de Marabá, no estado do Pará.

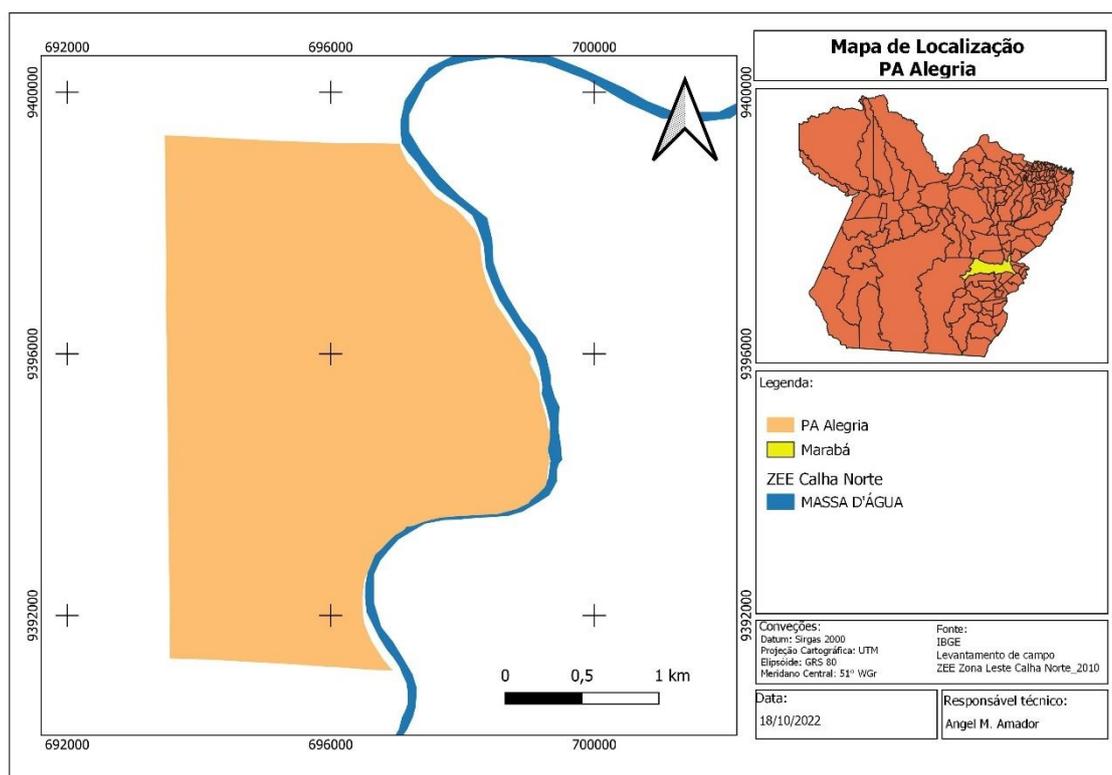
O território do Assentamento é situado na estrada do Rio Preto, 20 quilômetros do município de Marabá, na região do Rio Itacaiúnas. O acesso ao assentamento já existia desde a época da Fazenda Itacaiúnas II, chega até o assentamento pela Rodovia Transamazônica BR (203), sentido Marabá-Itupiranga.

Com a criação do Projeto desse Assentamento, a prefeitura de Marabá fez recuperação desta via de acesso. As estradas vicinais foram abertas por madeireiros que vinham até o assentamento para realizar a compra de madeira. O objetivo da abertura das vicinais é justamente na escoação de produtos até o centro urbano de Marabá. No entanto, na época de chuvas, as vicinais ficam difíceis de trafegar.

Atualmente, a empresa Buritirama que atua com a extração de manganês na Vila Três Poderes, é a grande responsável pelo sucateamento da estrada do Rio Preto que faz acesso ao assentamento com seus caminhões carregado de minério. Lá acontece acidentes diariamente envolvendo os veículos da empresa com a população que reside no decorrer da Estrada da Rio Preto.

O imbróglio se dá pela omissão do estado contra a população que ali reside, vivendo em situação precária diante da atuação da empresa Buritirama em realizar a manutenção da estrada que faz acesso ao Projeto de Assentamento Alegria e demais projetos de assentamento ao redor da Estrada do Rio Preto. Na figura (10) a seguir, veremos como está situada às margens da cidade:

Figura 10- Mapa de localização do Projeto de Assentamento Alegria



Fonte: IBGE, 2010

Elaboração: Trabalho de campo, 2023

Ao se tratar do assentamento supracitado, cabe compreender o processo histórico-político de criação, as demandas da região em criar assentamentos e possíveis forças políticas ligada a movimentos sociais. Durante a pesquisa de campo, e em alguns diálogos feitos com funcionários mais antigos do INCRA/SR27, que atualmente, responde pela nomenclatura INCRA/SR(PA/SE), observa-se, que durante a década de 1990, a criação de assentamento no sudeste paraense, não obedecia a uma sequência lógica como acontece atualmente.

Todavia, o que nos foi informado, que naquele período. O órgão tinha dificuldade em documentar os processos em ordem cronológica por conta de poucos funcionários na autarquia, e que os tramites aconteciam de forma não linear, diferentemente do que ocorre hoje em questão.

Consta em documentos, registrado pelo INCRA/SR(PA/SE) que o antigo proprietário da área seria Antônio Zucatelli. Membro de uma tradicional família de oligárquicas e empresários da cidade de Marabá. Atualmente, a família Zucatelli conta com investimentos em Revendedoras de automóveis e máquinas pesadas, fazendas com criação de gado ostensivo e atuam em grande grau em especulação imobiliária no espaço urbano da cidade.

A respeito disso, Emmi e Marin (1988) creditam que essas famílias recebiam incentivos do Estado em concessões de áreas territoriais, formando latifúndios. Essas oligarquias encabeçadas por essas famílias detinham grande poder político, econômico e social. Destaca-se nesse período a presença marcante da família Mutran que tinham o mesmo “modus operandi” e total anuência do Estado para emprego de violência para controle de suas “propriedades”.

Tendo em vista essas considerações, ressalta-se o papel da reforma agrária na democratização do acesso à terra. Como conjunto de ações e medidas voltadas para garantir a distribuição justa das terras, alterando os regimes de uso e propriedade, a fim de garantir que a maior parte das terras agricultáveis se encontre nas mãos de uma quantidade correspondente de trabalhadores rurais.

Esse conceito é utilizado para designar a redistribuição fundiária (agrária ou de terras) em um Estado. Quando há a concentração de terras nas mãos de uma pessoa ou poucas pessoas, temos a formação dos latifúndios (grandes

propriedades de terra que, por sua extensão não são devida e completamente exploradas) (Emmi e Marin, 1988).

No sudeste do estado do Pará, a política de Reforma Agrária é considerada em tese bastante forte, pois os movimentos sociais imprimem método de trabalho que pressionam o Estado a solucionar a questão.

As primeiras discussões acerca do Projeto de Assentamento Alegria surgem através do STTR de Marabá e Associação dos Trabalhadores Rurais do Itacaiúanas II (ATRAI) que foi criada em 1997. Nesse mesmo ano, os trabalhadores rurais se organizam politicamente e exercem pressão sobre os órgãos responsáveis pela realização da reforma agrária. Atualmente a associação é chamada de (Associação dos Mini e Micro Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Alegria) AMMPRPA.

Decorridos dois anos após a criação da associação, a senhora Natividade Coelho, então diretora da associação da época, assina ofício endereçado ao INCRA/SR(PA/SE) em 09 de novembro de 1999, requerendo até a autarquia a importância da criação e sua finalidade em atender as famílias de agricultores que ali residem e pedem a liberação de créditos de implantação.

O órgão recebe ofício e analisa proposta feita pela associação, e então, em 07 de dezembro de 1999, ofício do INCRA/SR(PA/SE) assinado pela então chefe substituta, Celina de Mendonça Maroja (Servidora Pública), solicitando proposta de criação do Projeto de Assentamento Alegria, por acreditar, segundo grupo técnico da autarquia, ser considerada uma área improdutivo.

Portaria do INCRA/SR(PA/SE) E/Nº 156/99 de 09 de dezembro de 1999. Aprova a proposta de criação do assentamento cujo processo nº 54600.004331/99-47. A portaria segue assinada pelo superintendente da época, o Sr. Vitor Hugo da Paixão Melo. Segundo análise da autarquia, o assentamento foi vistoriado pelos órgãos técnicos.

A respeito de assentamento no sudeste paraense, assim infere Michelotti (2009, p. 245).

Sobre a criação de assentamentos, observa-se que na região Sudeste do Pará, este tem sido um processo reativo à luta dos camponeses em busca de terra. No chamado "Território do Sudeste Paraense" a criação de assentamentos não obedeceu a um planejamento prévio, tendo sido uma resposta governamental à

pressão social exercida através da luta pela terra ocorrida tanto regionalmente como nacionalmente.

O autor afirma que a criação de assentamentos no sudeste paraense obedece a uma pressão social, que muitas das vezes é exercida pelos movimentos sociais, em especial, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que tem sua atuação forte no entorno da região, mas sempre dialogando com conscientização, organização e debate político na luta pela terra.

Desde então, é elaborado um plano preliminar de estudos da área pelo grupamento técnico do INCRA/SR(PA/SE). Com os seguintes critérios: 1) Proposta de Criação do Projeto; 02) Identificação do Imóvel; 03) Localização de Vias de Acesso; 4) Limites e confrontações; 05) Coordenadas Geográficas; 06) Características edafoclimáticas; 07) Capacidade de uso da Terra do Imóvel; 08) Potencialidade Agrícola do Imóvel; 09) Uso Atual do Imóvel; 10) Aspecto da População Beneficiária; 11) Ações Iniciais; 12) Programação Físico-Orçamentária; 13) Memória de Cálculo.

Seguindo as lógicas de assentamento, estabelece que o Projeto de Assentamento Alegria é de interesse social e ecológico, destinado as populações que se baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental (Alves, 2022).

Ressalta-se que o assentamento abriga várias discussões políticas relacionadas com a luta pela terra na região sudeste do Pará. Por um lado, observa-se o papel do Estado com caráter repressivo para os trabalhadores e trabalhadoras rurais; por outro, observa-se a chegada de muitas famílias de migrantes em busca de trabalho e melhores condições de vida, mesmo diante de situações inóspitas e conflituosas.

Juntamente com articulações com movimentos sociais e solicitação do INCRA/SR (PA/SE). Em 1999, o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, emitiu um decreto no Diário Oficial que oficializou a criação do Projeto de Assentamento Alegria. Tal decreto atendia à reivindicação de inúmeras famílias e promovia uma das políticas mais importantes para os trabalhadores rurais: a Reforma Agrária.

Com o assentamento criado e em funcionamento, as famílias vão organizando-se nos seus lotes. Desenvolvem o seu cultivo, com produtos diversificados, e promovem ações de baixo impacto ambiental, tratando a terra

com respeito. Algumas iniciativas de infraestrutura são criadas e adotadas rapidamente.

Ao longo do tempo, observa-se que as famílias vão crescendo no Projeto de Assentamento Alegria. Desta forma, tornou-se necessário melhorar a infraestrutura e a qualidade de vida. Os próprios agricultores construíram uma escola do 1.º ciclo, que atualmente existe na Comunidade 1. No início, a escola do 1.º ciclo contava com uma estrutura física de madeira, coberturas de palha e um piso de cimento, longe de atender às reais necessidades da comunidade e dos alunos (Fernandes, 2008).

Há aproximadamente três anos, a escola vivenciou um processo de reforma e ganha nova estrutura de alvenaria. A prefeitura de Marabá, através da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) reestruturaram esse novo espaço voltado para educação dos filhos dos assentados. Ali são administradas aulas do ensino fundamental, capacitando primeiros anos de ensino para os filhos dos assentados. Destaca-se também nas proximidades do assentamento a Vila Brejo de Meio que dispõe de escolas de ensino fundamental. Na Vila, a estrutura acaba sendo melhor, muitos filhos de assentados, recebem apoio da vila em questão para manutenção de seus estudos.

A seguir, foto da frente da escola que funciona dentro do assentamento.

Figura 11- Escola Municipal de Ensino Fundamental Vitória



Fonte: Trabalho de campo, 2024.

A religiosidade é outro fator marcante presenciado no assentamento, percebido a partir de relatos de agricultores. Atualmente, identificado pela pesquisa de campo a presença de igrejas (Católica e Evangélica). Onde as famílias de assentados dispõem de momento para realização da liturgia. Consta com uma Igreja Católica, e duas Evangélicas.

A seguir, foto da Igreja Evangélica que atua dentro do assentamento.

Figura 12- Sede da Igreja Evangélica Assembleia de Deus



Fonte: Trabalho de campo, 2024.

A Associação dos Mini e Micro Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Alegria (AMMPRPA), é responsável por realizar as articulações políticas e promover melhorias no assentamento. Atualmente conta com 100 sócios e sócias, dos quais, sete, entre homens e mulheres compõe a Diretoria que mantém diálogo direto com entidades como INCRA/SR(PA/SE), Prefeitura Municipal de Marabá através da SEAGRI, FETAGRI, entre outras entidades. Sempre respeitando a luta dos trabalhadores e trabalhadoras, acesso à terra e política ambiental.

Através desses diálogos foram creditadas algumas conquistas, como políticas de crédito para alimentação de 55 agricultores e agricultoras rurais, a implantação de estação comunitária de pequenos e médios animais (para a criação de ovinos e caprinos), e a implantação de hortas comunitárias, que

pretende instalar na área 42 oleicultores para produção de hortaliças destinadas ao comércio de Marabá (Fernandes, 2008).

Figura 13- Associação dos Mini e Micro Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Alegria (AMMPRPA)



Fonte: Trabalho de campo, 2024

A diretoria atual, vem articulando muitas melhorias e beneficiando muitas das famílias que vivem da agricultura de base familiar. Exemplo disso, como citado acima, o projeto de produção de hortaliças hidropônicas realizado no assentamento.

Bem sabendo, que é um sistema de cultivo que permite que as plantas cresçam em uma solução de águas com nutrientes, ou seja, sem a terra (Felippe e Pereira, 2020). Percebe-se que é uma técnica bastante onerosa pelas famílias de agricultores, com equipamentos caros, economicamente, mas que a prefeitura da cidade, e a associação através de sua presidente, viabilizam para os assentados.

Por volta do ano de 2007, uma grande conquista é atribuída a comunidade com fornecimento de energia elétrica através da empresa de distribuição de energia do Pará. No entanto, os agricultores sempre contaram com formas alternativas de fornecimento de energia através de placas solares e geradores, os quais em algumas situações ainda continuam sendo usadas.

Em relação a postos de saúde e agentes comunitários, até o momento é inexistente no Projeto de Assentamento Alegria, caso ocorra alguma urgência de saúde os agricultores são transportados para unidade de saúde na área urbana de Marabá, que fica mais próximo do assentamento (Fernandes, 2008)

Atualmente, os assentamentos rurais no entorno da cidade vêm recebendo incentivos econômicos e assessoria técnica para manuseio de seus lotes agrícolas. Destaca-se, que a política do atual prefeito da cidade, Tião Miranda (2017-presente), privilegia com incentivos o desenvolvimento da prática da agricultura familiar, entendendo que o manuseio sustentável da terra possa trazer benefícios futuros.

Nos últimos anos ocorre apoio para realização do gradeamento das áreas utilizadas com maquinários específicos como tratores e fornecimento de adubação. Ou seja, a prefeitura do município, através da Secretaria de Agricultura (SEAGRI) vem prontamente prestando esse apoio. Outro quesito que cabe salientar, é que, em visita de campo no Projeto de Assentamento Alegria. Observa-se, uma incidência muito grande de projetos de Hortaliças Hidropônicas - junto as famílias de agricultores - fato esse observado não apenas no projeto de assentamento em questão, mais em todos que estão sob a jurisdição da Prefeitura Municipal de Marabá.

O projeto de hidroponia, iniciou em 2022, com a criação do Departamento de Horticultura na (SEAGRI), tendo como experiência piloto o Projeto de Assentamento Alegria, e a princípio, atua na produção de alfaces hidropônicas. A hidroponia é um sistema de cultivo, que dispensa o uso de solo e é executado em estufas com os vegetais recebendo água enriquecida com nutrientes (Felippe e Pereira, 2020).

A Secretaria de Agricultura de Marabá (SEAGRI) fornece kit de hidroponia. Lá são dispostas algumas bancadas e insumos compostos por nutrientes, dando pontapé inicial na produção de alfaces hidropônicas.

Figura 14- Bancada de produção de alface hidropônica



Fonte: Trabalho de campo, 2024

3.2. Características físico-climáticos e produtividade no assentamento

Após essa narrativa, citando as questões históricos-sociais do assentamento e da comunidade atendida, cumpre-se realizar uma leitura de suas características físicas, até mesmo para entender um pouco sobre suas condições climáticas e de que forma pode afetar a produção e possíveis relação com as questões econômicas na comercialização desses produtos nas feiras urbanas da cidade.

Contudo, é importante considerar as características físicas do assentamento que conta com a cobertura vegetal, realizada em meados de 2009 pela Copserviços da seguinte forma: floresta primária representando 15% da área do Projeto de Assentamento que corresponde a 549,98 hectares (sabendo-se que já teve exploração de madeira seletiva); culturas perenes com 8% ou 293,32 hectares e capoeira 39% ou 1.429,95 hectares (Fernandes, 2008).

Segundo a classificação de Koppen, o clima é caracterizado como Tropical chuvoso no clima de Selva Isotérmica (AFI). Pela classificação de Thornthwaite, Marabá se enquadra no clima subúmido com deficiência de água pequena ou nula, com vegetação associada de floresta tropical úmida e evapotranspiração potencial no verão igual a 38% do total. Apresenta em média temperatura média de 28 °C, precipitação anual 1934 mm, com período chuvoso que vai de outubro a maio, que geralmente permanece, em média por 187 dias (Almeida, 2007).

Os solos do Projeto de Assentamento Alegria, segue os mesmos parâmetros dos solos amazônicos, que consistem em Latossolos (Oxisols) e Argissolos (Ultisols), cujas características principais são a acidez elevada e alta saturação com alumínio, o que limita os seus usos na agricultura regional. Segundo HENTZ, et al., (2011) 90% dos solos amazônicos são deficientes em macro e nutrientes, caracterizando a Amazônia com solo bastante pobre e com dificuldades na reprodução de algumas lavouras.

Jordam (1989) entende como alternativa para solucionar tal problemática seria a derruba e queima como principal método de preparação da terra para agricultura na Amazônia. A queima da biomassa é usada para liberar nutrientes estocados na biomassa para fertilizar solos quimicamente pobres na grande parte da região, a produção de nutrientes ocasionado pela queima no solo com a formação das cinzas foi confirmado em muitos estudos de pesquisadores.

Considera-se importante observar a planície amazônica, que se distingue em duas principais unidades geomorfológicas: a terra firme, não inundável, oriunda de formação sedimentária do terciário e as várzeas inundáveis, formadas a partir do depósito de sedimentos do rio Amazonas e dos seus afluentes (Jordam, 1989).

Na terra firme são verificadas boas propriedades físicas, mas de baixa fertilidade natural. Nas florestas primárias, os nutrientes presentes nos solos e na biomassa vegetal fazem parte de um ciclo dinâmico entre o solo e as plantas. Quando a floresta é convertida em sistemas agrícolas, a ciclagem de nutrientes é interrompida e a fertilidade decresce rapidamente (Jordam, 1989).

Destaca-se que o Projeto de Assentamento Alegria e suas características geográficas está situado em uma área onde o relevo se apresenta de forma suave e ondulado, ocorrendo pequenas áreas de baixadas

as margens do Rio Itacaiúnas e dos principais igarapés, dando uma condição única ao lugar. Com uma área que apresenta nenhuma restrição para o uso concernente ao relevo, seja no emprego de tecnologia ou não. A área que o mesmo está situado, é um chamativo a natureza, com paisagens consideráveis (PRA-ALEGRIA, 2009).

Como a Amazônia é conhecida por conter uma rica rede hidrográfica, no Projeto de Assentamento Alegria se destaca pelo Rio Itacaiúnas, pelos igarapés denominados de Tamboril, Tamborilzinho e Borracheira e pelo córrego da Inês. Cabe salientar que todos são perenes e beneficiam cerca de 90% dos estabelecimentos agrícolas, ou seja, levando água para o cultivo das famílias.

A respeito do rio Itacaiúnas, existe uma prática bastante comum que são as intervenções objetivando a retirada de areia e seixo do seu leito para atender à crescente demanda da cidade de Marabá e municípios vizinhos. No sudeste do Pará, não se pode pensar a questão agrária em separado da mineração (PRA-ALEGRIA, 2009).

Os rios no assentamento são uma importante fonte de alimentação dos animais. Dentre eles, cabe destacar a criação de bovinos de leite, que em alguns casos se constituem a principal fonte de renda das famílias. As áreas de pastagens variam bastante de lote para lote (Fernandes, 2008).

Possuindo estabelecimentos sem área de pasto, outros com 5 a 35 hectares de cobertura forrageira. A diversidade na produção encontrada no assentamento, levanta um debate honesto sobre a agricultura familiar. Possuindo ali, grande produção em áreas estabelecidas pelas famílias agrícolas produzindo em seu lote de terra.

Diante das dificuldades encontradas pelas famílias de agricultores em produzir. A luta no assentamento segue por insumos, infraestrutura, difícil acesso nas vicinais e sobretudo, ausência do Estado em proporcionar melhores condições de trabalho.

A pesquisa, concentra-se no Bioma Amazônico, que congrega em si, umas das maiores biodiversidade do país. Território construído com mãos fortes de trabalhadores e trabalhadoras rurais, a sua produção é pautada na diversidade, autonomia e respeito ao meio ambiente (Fernandes, 2008).

Na figura 15, há uma relação de produtos identificados e podemos observar a quantidade e variedade dessa produção que é consumida e comercializada nas feiras urbanas e em outros espaços de comercialização adotados pelas famílias.

Figura 15- Produtos produzidos pelas famílias de agricultores do PA Alegria

Categoria	Produtos
Hortaliças	Alface, Cheiro Verde, Salsinha, Couve-Flor, Cebolinha, Coentro do Pará/Chicória, Inhame, Jambu, Abóbora da roça madura e verde, Quiabo, Jiló e Maxixe
Produtos Beneficiados na comunidade	Macaxeira descascada, Massa de macaxeira ralada, Farinha de puba, Puba fresca, Farinha Branca, Tapioca, Tucupi, Polpa de frutas (Acerola, Cajá, Cupuaçú, Maracujá, Tamarindo, Murici, Manga bacuri, Graviola, Açaí), Bolinho de Macaxeira frito e congelado, Doce de cupuaçu, Mamão, Banana e doce de limão, Queijo pré-cozido.
Produção animal	Galinha Caipira, Galinha Caipirão, Pato grande e Pata, Mel de abelha, Ovos caipira, Carne de porco e carneiro
Frutas e legumes	Banana Maçã, Pratinha, e banana da terra ou comprida, Mamão, Laranja, Tanja, Laranja da Terra, Limão Taiti, Limão caipira, Limão Tanja, Limão Galego, Abacaxi, Coco verde, castanha do Pará e Pepino
Produtos para temperos	Tempero caseiro mineiro, Pimenta do Reino, Batata de Açafrão, Urucum, Molho de pimenta, Molho de pimenta, Conserva de palmito de babaçu, Conserva (tucupi), Pimenta com legumes e Azeite de coco

Fonte: Trabalho de campo, 2024

A partir da análise desse quadro, observa-se uma grande variedade de produtos que são produzidos por esse assentamento, daí fundamenta-se a função social desempenhada pela agricultura camponesa. Se explica a importância de fortalecer o campesinato, dando maior autonomia para família de agricultores no combate da desigualdade social e insegurança alimentar no campo (Aquino, 2016).

Dentre os produtos, destaca-se a alface como item bem produzido pelas famílias de agricultores e possuindo ótima qualidade de consumo sem

agrotóxico. Dentre outros fatores, a rápido tempo de consumo e sua viabilidade econômica para comercialização nas feiras urbanas da cidade. Com a hidroponia, o tempo de comercialização desse produto, diminuiu. Chegando aproximadamente, em 30 (trinta) dias nas feiras da cidade para comercialização (Fernandes, 2008).

Figura 16- Produção de alface hidropônica no assentamento



Fonte: Trabalho de campo, 2024

A produção animal costuma representar uma ótima opção de comercialização, em pesquisa de campo, observa-se uma grande variedade de produtos de origem animal. Dentre eles, a galinha caipira (*Gallus gallus domesticus*), carne de porco (*Sus scrofa domesticus*), mel de abelha (*Anthophila*), pato grande e pata entre outros. A seguir, representação fotográfica da produção animal no Projeto de Assentamento Alegria.

Figura 17- Produção de porco caipira no assentamento



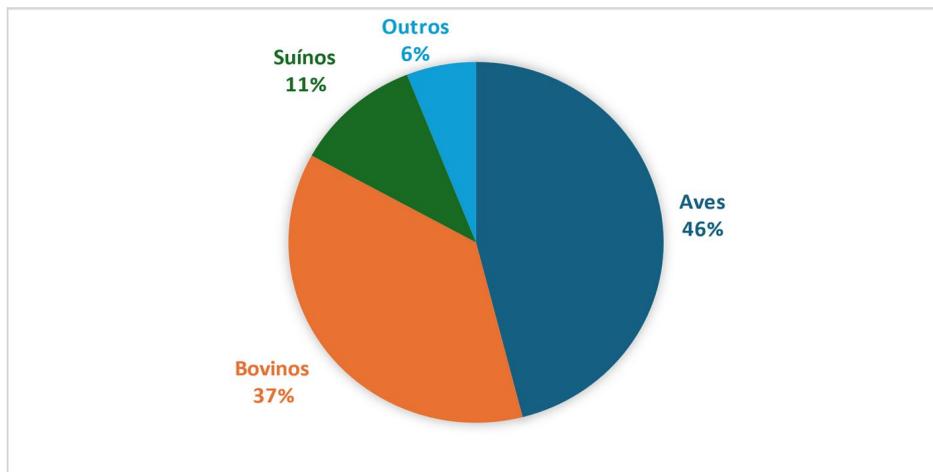
Fonte: Trabalho de campo, 2024

A utilização e produção do suíno caipira no comércio, para carne ou banha, rende lucros para o produtor da criação, que pode ser uma atividade barata se realizada com opções de estrutura e alimentação de baixo custo (Aquino, 2016).

Para Projeto de Assentamento Alegria, diferente dos grandes criatórios de porcos, que utilizam o sistema intensivo, visando atender às linhas de produção dos frigoríficos espalhados pelo país, a lida com a pequena produção de porcos é uma prática de subsistência mais acessível aos agricultores familiares. O manejo desses animais no assentamento representa uma fonte de renda para o criador (Fernandes, 2008).

No gráfico (14), analisaremos como funciona a distribuição de produtos de origem animal no assentamento, entendendo que esses produtos são de fundamental importância na geração de renda das famílias assentadas.

Gráfico 14- Distribuição de criação de produtos de origem animal no assentamento



Fonte: Adaptado de Aquino (2016)

Dentro dos estabelecimentos agrícolas familiares, a criação de animais representa uma fonte importante na produção de alimentos para consumo próprio, abordando temas sensíveis para agricultura familiar, como a soberania alimentar. Contudo, outras pautas são tratadas com apreço, como a renda monetária, as famílias adquirem várias formas de autonomia, e a alimentar e financeira é uma delas.

Na análise do gráfico (14), destaca que a criação de aves é uma das mais expressivas dentro das propriedades rurais do assentamento, responsável por 46% da produção. Consiste em um sistema que não exige muita força de trabalho e emprega mão de obra familiar. As criações domésticas de galinha caipira, caracterizam de exploração extensiva - poucas instalações e rudimentares - e com adoção de práticas de manejo que contemplem eficientemente os aspectos reprodutivos, nutricionais e sanitários (Aquino, 2016).

Por outro lado, muitas famílias adotam a criação de gado, prática bastante comum nas pequenas propriedades, pois representam não apenas a produção de leite para consumo familiar, como também para fabricação caseira de produtos derivados do leite, como queijo, manteiga, doces, entre outros. No assentamento Alegria, 37% das famílias utilizam a criação de gado como predominante. Fernandes (2008) destaca que a criação de gado de corte no

sudeste do estado do Pará é umas das maiores geradoras de receita do agronegócio.

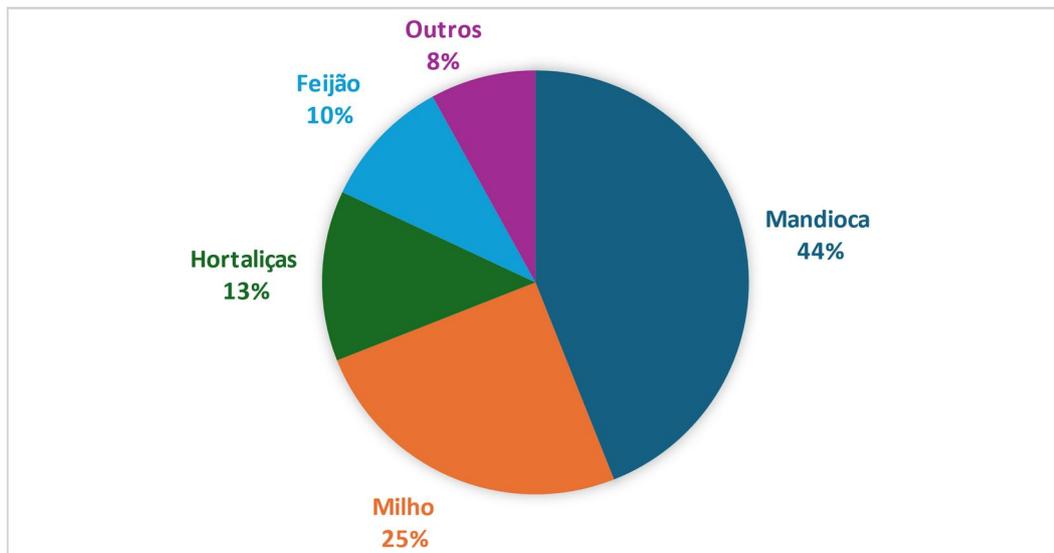
A criação de suínos representa 11% das atividades realizadas pelas famílias de agricultores. Além de utilizarem para consumo familiar, o excedente é comercializado em alguns locais da cidade, como feiras urbanas, açougues, e também no próprio estabelecimento agrícola. Representado assim, uma importante fonte de renda para as famílias.

Os demais 6% de criações, são representadas pelos suínos, piscicultura e abelhas, utilizada pelas famílias de agricultores geralmente para consumo e comercialização.

É importante frisar, que existem distintas dinâmicas territoriais de desenvolvimento da agricultura familiar, dadas pelos distintos graus e tipos de mercantilização. Contudo, não existem apenas um caminho para o desenvolvimento rural, mas sim, diferentes formas de inserção mercantil que podem ser mais favoráveis em função de uma série de fatores, como tamanho da área a ser explorada, tipo de cultivo predominante, o exercício de atividades não agrícolas, o acesso ao crédito, as características do entorno social e econômico (Schneider, 2003).

Em seguida, apresentaremos o gráfico (15), que mostra a diversidade de cultivo e sua predominância dentro do assentamento.

Gráfico 15- Distribuição de produtos de origem vegetal no assentamento



Fonte: Adaptado de Aquino (2016)

Distante da dependência de insumos externos e do grande mercado impulsionado pela agricultura empresarial, como as grandes lavouras de soja (*Glycine max*), cana de açúcar (*Saccharum officinarum*), arroz (*Oryza sativa*) ou as grandes fazendas de gado de corte. A agricultura familiar apresenta sistemas diversificados mais próximos dos ecossistemas em que estão inseridos.

A diversidade de cultivos na agricultura familiar se deve a busca de diferentes rendas, distribuídas ao longo do ano, a busca pela soberania alimentar, a redução de riscos e a busca de uma menor dependência de insumos externos como fertilizantes importados. Destaca que a diversidade de cultivos é possível em função do agricultor ser ao mesmo tempo empreendedor e trabalhador, de forma que o trabalho e a gestão estão juntos na unidade familiar (Hurtiene, 2005).

Pelo gráfico acima, os principais tipos sistema de produção está o cultivo de mandioca, 44%, seguido de milho 25%, hortaliças 13%, bem como o feijão 10%, e diversas frutíferas que apresentam valores inexpressivos. A predominância da mandioca justifica-se pela tradição, praticidade e com meio biofísico.

Em relato com agricultor, S. V, assentado no Projeto de Assentamento Alegria, questionado sobre sua produção e comercialização, ao qual responde:

A forma de vender é variável normalmente a nossa produção é exclusiva para a feira, normalmente, e lá, vende para pessoas comuns, donas de casa, mais também vendemos para atravessadores, também vendemos, encomendas para donos de restaurantes também e vendemos também para quem vem aqui no lote, tendo a gente disponibiliza também (S. V, feirante/agricultor, entrevista concedida em .20 de fevereiro de 2024).

O agricultor é bem enfático em sua fala quando reproduz acerca de sua produção e comercialização. Afirmado que quase a totalidade de sua produção é destinada as feiras de Marabá. Estreitando assim, os laços feitos entre o assentamento e a possível comercialização nas feiras urbanas da cidade. Por outro lado, afirma que uma parte da produção é destinada para atravessadores e outra parte é comercializada no lote de terra da família.

Sobre a questão da produção agroecológica de alimentos e produção orgânica no lote da família, indagamos como funcionava a produção, se utilizavam adubos químicos na produção, ao qual respondeu:

A produção orgânica no meu pensamento, o que eu entendo por orgânico, seria uma produção livre, de tanto de defensivos quanto de adubos químicos também, e dependendo do tipo de produção você está disposto, por exemplo a abelha, para você produzir um mel e dizer que ele é orgânico, tem que ter uma serie de características que você tem que atingir, por exemplo o apiário tem que tá pelo menos 3km de uma rodovia, de longe de um lixão, de terras que se usam químicos, defensivos, então, eu entendo isso, uma produção que não se pode ter nenhum tipo de insumo químico, e nem de adubo químico também. **E AGROECOLOGIA:** Assim eu sou um cara que acredita muito na agroecologia, só que não consigo produzir produtos agroecológicos, pois na minha concepção é muito difícil, ter uma produção, que você diga, pois quando você se dispõem a produzir começa a aparecer diversas desafios, que vamos chamar de pragas e doenças, que no meio natural são coisas normais, mais quando você tem produção, essas coisas são empecilhos, como você vai combater, eficiente, sem usar químicos, eu acredito, por exemplo, nos discursos que se fala de agroecologia eu cito a floresta amazônica, porque é um sistema altamente produtivo que segundo os agrônomos, as pessoas que estudam o solo, se dispõem a isso, e de acordo com eles, é um solo pobre, porém em cima de um solo pobre tá a maior floresta tropical do planeta e com alta taxa de produtividade e ali não é aplicado adubo, não é aplicado nenhum tipo de inseticidas, e tá tudo em equilíbrio, então eu não consigo imitar aquele sistema, lá dentro do meu sistema, então agroecologia no meu pensamento é você, fazer um sistema que auto se gere (..) (S. V, feirante/agricultor, entrevista concedida em .20 de fevereiro de 2024).

O agricultor em suas falas, demonstra conhecimento ao abordar as dificuldades em produzir alimentos agroecológicos, tendo uma leitura muito

honestas sobre os trâmites. Sabe relatar da importância em produzir alimentos sem veneno, mas que a alta complexidade em produzir nesse seguimento, acaba que inviabilizando o processo. Acredita, todavia que o futuro da produção de alimentos siga nessa perspectiva, sem uso de agrotóxico.

3.3. Território e territorialidades: migração, trabalho e família

A partir de diálogos colhidos em pesquisa *in loco* no Projeto de Assentamento Alegria, entendemos como é construído esse território e suas territorialidades, tendo boa parte construídos pelas mãos e trabalho de migrantes de diversas partes do Brasil, em um processo que desencadeou décadas atrás e acentuou a partir dos anos de 1980, principalmente com a chegada dos grandes projetos para a região amazônica naquele período.

Como dito em outras partes do texto, esses deslocamentos coincidem com a chegada de grandes empreendimentos econômicos incentivados pelo governo civil-militar (1964-1985). Hébette (2004) considera como “paulistas”, outra leva de migrantes, é de origem nordestina, impulsionados pelo garimpo artesanal como assim considera Bringel (2015). Dessa forma, se constrói os desdobramentos da estratégia migratória espacial.

Os migrantes, são atores fundamentais na construção dessas territorialidades. Desempenham papel de enraizar e definir a identidade desse povo com intenso trabalho laboral e cultura familiar incorporada ao estado do Pará. Estes, vieram em busca de melhores condições de vida. E de certa forma, acabam territorializando esses espaços com grandes vazios demográficos.

A pesquisa, em questão, acentua o debate com assentados no Projeto de Assentamento Alegria. Entre um diálogo e outro, busca-se compreender os traços históricos dessas famílias de agricultores que ali residem e de que forma territorializam ao longo da fronteira. No caso em questão, migrantes oriundos da Região do Meio do Norte (Maranhão e Piauí) como assim observa Bringel (2015).

Raffestin (1978, p. 144) assim infere acerca de território:

O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço.

Reffestin (1978) acredita que existe mecanismos para passar do espaço para o território e vai mais além que o espaço é a prisão original e o território é a prisão que homem constroem para si. Dito isto, o movimento camponês no Projeto de Assentamento Alegria, caracteriza-se como território voltado para o desenvolvimento das unidades familiares. Salvo que as famílias de migrantes são responsáveis por territorializar esses espaços geográficos.

Ao longo do percurso da pesquisa, muitas histórias são relatadas, algumas felizes, outras nem tanto. Mais sempre focando diferentes olhares sobre a migração. Talvez o ingrediente mais importante, a liberdade, como símbolo de um olhar libertador sobre o camponês.

A quem se submete deslocar-se do seu território de origem, e construir novas territorialidades. Considera-se tal ação um ato de coragem e selvageria, recorda-me, a alegoria de Platão com o Mito da Caverna, em que os jovens presos na caverna tinham receio de se submeter ao novo mundo, a um lugar do desconhecido, de um lugar que não sabe o que poderia encontrar.

Até que, em dado momento, um dos jovens, resolve se lançar ao desconhecido e sai da caverna e encontrar com um mundo de novas possibilidades e realidades. Talvez o final dessa história não seja tão feliz. Assim consideramos os percalços do processo de migração espacial, as possíveis dificuldades ali encontradas e os entraves percebidos.

Compreender a realidade do migrante/camponês, perdido, sem escolaridade, e muitas das vezes sem perspectivas econômicas é bem difícil. Contudo, existe lados positivos, pois não territorializa apenas o indivíduo/camponês. Considera-se também outros aspectos na produção de territorialidades, como cultura, família e trabalho. Os entraves da migração são reais, mas costuma enriquecer muito essa parte do território amazônico.

O território é resultado das características das territorialidades e do processo de territorialização. A base fundamental para compreender território são as relações de poder empreendidas. Tais relações refletem nas redes de circulação, comunicação e identidade. Historicamente relações que o indivíduo

estabelece entre si e com sua natureza exterior. Os assentados dentro do Projeto de Assentamento Alegria podem assumir diferentes significados sociais e extensões espaciais. Desse modo, compreende-se as territorialidades que são formadas nas relações entre campo e cidade, entre urbano e o rural (Saquet, 2008).

O professor Marco Aurélio Saquet (2008), carrega consigo enormes contribuições em se tratando de território e sua relação com processo de migração. Define-se, relação de identidade e vínculos afetivos dentro desses processos. Assim discorre:

Os migrantes produzem territórios e redes, territórios em redes, através da integração ao mercado de sua força de trabalho, da comercialização, da comunicação, das representações, das organizações políticas, das viagens. Os fluxos cotidianos, portanto, cruzam-se construídos numa lógica de conexão em rede, articulando territórios através das redes de circulação de pessoas, de capital e de relações sociais. Há, aí, uma conjugação entre as dimensões sociais do território: economia-política-cultura. Há conexões simbólicas e identitárias: circulação de mercadorias, informações e pessoas: relações políticas, de influência e controle, regulação de parentes, amigos e mesmo de pessoas estranhas (Saquet, 2008, p. 123).

Na pesquisa de campo, conhecemos muitas histórias engraçadas, felizes e muitas das vezes tristes. Mas é sempre importante lançar olhar social sobre os fenômenos ali percebidos. A construção de novas territorialidades encabeçadas pelas unidades familiares, que em muitos dos casos, se deslocam de territórios vizinhos ao estado do Pará.

Destaca-se, o estado do Maranhão. Responsável pela maior leva de migrantes situados geograficamente no sudeste paraense. Em especial, a cidade de Marabá com seus fatores de atração populacional, que atinge seu ápice a partir da década de 1980, principalmente trazidos pelos grandes projetos do governo civil-militar (1964) e garimpo artesanal como é o caso da Serra Pelada (1983)⁸, uns dos maiores garimpo descobertos no sudeste paraense na década de 1980.

⁸ A Vila de Serra Pelada, localizada no sul do Estado do Pará e ao norte do Brasil, está formada, majoritariamente, por garimpeiros/as e suas famílias. Na década de 1980, a exploração do ouro causou uma explosão demográfica na região, quando o Garimpo de Serra Pelada, controlado pela ditadura militar, ficou conhecido como “formigueiro-humano”, uma alusão aos milhares de homens que, diariamente, se amontoavam nos barrancos e escadas, arriscando suas vidas na busca pelo ouro. Segundo estimativas, em 1983, havia 80.000 homens trabalhando no garimpo (Bezerra, 2015, p. 220).

Cita-se o caso, de uma testemunha-chave, Samuel Veloso, migrante/agricultor e filho de migrantes nordestinos. Atualmente mora no Projeto de Assentamento Alegria e lá desempenha o papel de agricultor/posseiro, juntamente com seus avós, pais, tios e esposa. Assim, relata quando chegou em Marabá:

Olha assim, então desde que eu moro aqui no PA ALEGRIA, esse ano vai fazer 11 anos né que eu moro aqui, eu e a família, eu e meus pais, antes minha avó já morava desde 2012, mas eu mesmo vou fazer 11 anos. Então a trajetória, eu sou da família, somos originais do Maranhão, daquela região do Maranhão, e aí é como já disse, viemos a procura de melhorar de vida, ainda mais naquele tempo, daquela propaganda que foi feita de terra, sem-terra, veio muitos nordestinos para cá, a procura de melhorar de vida, que tinha aquela ideia que aqui no Pará, é melhor de serviço, melhor para ganhar dinheiro essas coisas, e aí meus pais vieram para cá em busca de melhoria de vida. Então algumas vezes ainda regressaram para o maranhão, acho que em 2001, mais voltamos para cá de novo (...) (S. V, feirante/agricultor, entrevista concedida em .20 de fevereiro de 2024).

Como o relato desse agricultor, existem inúmeros. As expedições a esse território sempre foram marcadas pelas mesmas razões, a busca por melhores condições materiais de vida. Que trouxeram, ao longo da fronteira do sudeste paraense milhares de famílias, com seus costumes e cultura. Agregando valor a esse novo território (Aquino, 2016).

Pereira (2022) relata que os trabalhadores rurais migrantes de outras partes do território nacional, assumindo a posição de posseiro passou a significar requisito básico para sua sobrevivência, autonomia e liberdade em face da exploração dos grandes proprietários de terra.

A faculdade de decidir onde residir e locais que iriam cortar o arame farpado, representa não apenas a liberdade em si, mas também outras dimensões como as sociabilidades e territorialidades em adquirir um pedaço de terra (Pereira, 2022).

De certa forma, correndo o risco de serem expulsos de suas terras ou serem vítimas juntamente com suas famílias de diversas formas de violência. Como acontece até hoje, citando as variadas formas de violência no campo nesse território marcado pelas injustiças sociais.

Sobre a temática de migração e a liberdade, assim inferi Pereira (2022, p. 2):

No sul e sudeste do Pará, a sujeição para o trabalhador rural não se restringia unicamente ao emprego assalariado ou mesmo a outros trabalhos para os grandes proprietários rurais, mas também se estendia a qualquer situação em que o trabalhador sentia restrição à sua liberdade. A liberdade, aqui, é associada, principalmente, à possibilidade de decidir sobre o uso do tempo, sobre as atividades a serem desenvolvidas e sobre as mudanças que se mostrem necessárias na produção. Quer dizer, ocupar uma terra e resistir nela era lutar para ser seu dono desse espaço, do próprio tempo e das próprias decisões. Acabou sendo, também, uma oportunidade de praticar um outro tipo de agricultura, diversificada e mais sustentável. Nesse sentido, a expulsão dos trabalhadores da terra — o que, quase sempre, ocorre de maneira muito violenta — significava privá-los de decidir pela própria vida e ser dono de seu trabalho, que é meio, e instrumento de sua dignidade e de sua condição de pessoa.

Como explanado em algumas partes do texto, o conceito de liberdade para os trabalhadores rurais extrapola o que diz o dicionário, não apenas a busca por melhores condições materiais de vida, mas muito além disso. E o território do sudeste paraense é palco dessa expressão de liberdade e sociabilidades.

Retomando o contexto de migração no Projeto de Assentamento Alegria, é importante destacar a pesquisa de Aquino (2016), que traz enorme contribuição sobre as origens dos agricultores do assentamento em questão. Em sua pesquisa, ela relata que o contingente populacional oriundos do estado do Maranhão é muito mais forte no assentamento. Ressalta que: 47,61% dos entrevistados têm sua naturalidade no estado do Maranhão, quase que a metade dos entrevistados.

Em segundo colocado, destaca os agricultores rurais do estado do Pará, com 21,42% dos entrevistados. Seguidos do Piauí, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Bahia e Tocantins. Dessa forma, o fluxo de migrantes é bastante acentuado no sudeste paraense e compõe esse mesmo fluxo aos agricultores/assentados do Projeto de Assentamento Alegria (Aquino, 2016).

Diante dessa análise, constata-se que existem entraves que desafiam a permanência dos trabalhadores na terra, e que as políticas de criação de assentamentos do Governo Federal devem ser vistas de maneira críticas, de certa forma podemos afirmar que as ocupações de terras e a transformação da maioria dessas áreas ocupadas em assentamentos significam, pelo menos em parte, a redefinição da posse e do uso da terra na região. Ao mesmo tempo,

colocaram em questão o desenvolvimento pensado pelos sucessivos governos, fundamentado na grande propriedade da terra.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese de doutorado abordou diretamente o problema de analisar as feiras de Marabá e seu impacto socioeconômico, principalmente para as famílias de produtores rurais, moradores de assentamentos, principalmente o Assentamento Alegria.

Foi realizado uma investigação empírica através de pesquisa de campo e entrevistas com agricultores, feirantes e consumidores, oferecendo dados concretos sobre a relevância das feiras para a economia local.

A hipótese formulada nesta pesquisa de doutorado tese propôs que as feiras de Marabá-PA desempenham um papel socioeconômico significativo ao atender setores mais vulneráveis da população, como aposentados, autônomos e pessoas de menor poder aquisitivo, além de proporcionar uma rede de comercialização que favorece o retorno financeiro para a economia local e o fortalecimento da agricultura familiar.

No campo da geografia, os objetivos propostos por essa tese trouxeram à tona discussões sobre a ocupação e o uso do território, além de possibilitar uma compreensão dos fluxos econômicos e sociais que sustentam comunidades locais. As feiras foram analisadas não apenas como espaços de transação comercial, mas como arenas onde se expressam resistências, formas de organização comunitária, e o exercício da autonomia dos agricultores familiares, proporcionando assim uma visão integrada do espaço geográfico, que abrange as dimensões sociais, econômicas e ambientais

Creemos ter atingido de maneira satisfatória os objetivos estabelecidos, oferecendo uma análise detalhada das feiras de Marabá e seu impacto na agricultura familiar. A metodologia de entrevistas e pesquisa de campo forneceu um panorama adequado sobre as dinâmicas de comercialização, e o trabalho discute tanto os benefícios quanto os desafios enfrentados pelos agricultores.

Reverendo a trajetória percorrida até aqui, vimos que o território do sudeste paraense, é marcado na luta pela terra dos trabalhadores rurais. Vimos

que na cidade de Marabá no Pará, que a partir da segunda metade do século XX, aparecem os primeiros grupos de trabalhadores rurais vindo de outras regiões do País, em especial, migrantes do Maranhão para ocupação desses espaços com vazios demográficos e atuando nas primeiras formações de feiras urbanas em Marabá. Dado que os fatores sociais e culturais de diversos atores (trabalhadores rurais, fazendeiros, empresários rurais, pistoleiros, aparelhos do Estado, entres outros), são implicados na luta pela terra, no Pará.

Como vimos, no decorrer de toda a pesquisa, a atuação desses atores sociais na construção desse território na região de fronteira da Transamazônica, ao chegarem no território do sudeste paraense, adquiram lotes de terras e iniciam algumas atividades agrícolas para manutenção de sustento. Historicamente, com excedente de produção, surge a comercialização desses produtos nas proximidades da cidade, dando surgimento as feiras.

A prática da agricultura familiar, na cidade de Marabá, demonstrou ser imprescindível para manutenção das condições materiais de vida para famílias de agricultores rurais. Na pesquisa aqui abordada, constatamos que os produtores/feirantes definem produzir a partir de um modelo agrícola familiar sustentável, evidenciando também a renda complementar gerada por essa atividade produtiva, bem como a ocupação familiar e a conservação ambiental em seu estabelecimento rural. Percebe-se, que alguns possuem consciência política mediana em comparado ao modelo de agricultura baseado no uso intenso de produtos químicos e máquinas agrícolas, observando a prática agrícola familiar com aspectos ambientais.

Nas feiras da agricultura familiar de Marabá e das Laranjeiras, constatou-se que são importantes ferramentas de reprodução e fortalecimento da atividade camponesa, comportando nela, identidade, autonomia, diversidade produtiva, compromisso com a natureza, entre outros. Contribuindo em grande medida para autonomia financeira para as famílias de agricultores que sobrevivem delas.

Observou-se também que nas cidades pequenas e médias da Amazônia, a população desenvolve o circuito inferior de economia urbana, bem maior que nas regiões metropolitanas. Deve-se a isso, a falta de oportunidades

de trabalho, e os mercados informais acabam se tornando uma opção de renda diante das condições de subemprego.

As feiras de Marabá, representam uma oportunidade de renda no combate ao desemprego. Em momentos de crises econômicas, muitos trabalhadores viram a necessidade de atuarem nas principais feiras da cidade, desenvolvendo o papel de feirantes autônomos (não trabalhadores rurais). Cita-se como exemplo, mais recente, a pandemia de Covid-19, de impacto local e global, fez com que diminuísse os postos de trabalhos, e os mercados informais serviram como subterfúgio.

Em entrevistas e diálogos informais travados com os feirantes em seu local de trabalho, observou-se a falta de conhecimento destes sobre ganhos monetários. Eles desenvolvem a atividade econômica sem perceberem a respeito de lucros, como funcionam, ou seja, aulas de educação financeira.

É importante salientar sobre os feirantes, pois, demonstram desenvoltura ao expor seus produtos, fazem questão de dizer que são eles mesmos que produzem. Trazem consigo conhecimentos rurais, cultura, tradições próprias que caracterizam e os diferem dos demais, rompem barreiras e se inserem neste canal de mais fácil acesso, empoderam-se e são reconhecidos, garantem incremento na renda familiar, mantendo-a e promovendo direta e indiretamente o desenvolvimento no meio rural.

Em relação aos consumidores, percebe-se que os mesmos possuem certa consciência política-ecológica que os impulsiona a consumir, juntamente com seu bom rendimento mensal, a comprar os produtos comercializados nas feiras da agricultura familiar e Laranjeiras. Essa consciência está diretamente relacionada a saúde familiar, mas alguns casos avançam com a crítica ao modelo convencional de produção e comercialização de alimentos agroindustrializados, revelando-se um bom conhecimento do campo de poder no qual estão inseridos socialmente, mesmo sabendo, pela pesquisa aqui apresentada, que na feira das laranjeiras existe uma inserção maior de produtos do agronegócio brasileiro.

Entende-se, que os consumidores buscam alternativas para comprar e consumir alimentos saudáveis, preferencialmente, a preços compatíveis com os praticados nos supermercados da cidade de Marabá. Considerando-se, o

espaço das feiras urbanas um local propício para rever e fazer amizades, como constatou-se em algumas falas reproduzidas na pesquisa.

Para os consumidores/ frequentadores das feiras, indicam a existência de um nível de satisfação maior, se comparado com outros canais de abastecimento (como supermercados). Deve-se a negociação entre consumidor e feirante dá-se de forma direta, encurtando o caminho de decisão sobre preço final em relação aos produtores em termos de preço e qualidade. Resposta semelhante foi obtida para a questão da diversidade de produtos, onde a grande maioria dos consumidores avaliou ser esta maior ou muito maior no âmbito do circuito das feiras, se comparado com outros canais de abastecimentos.

Por outro lado, debateu-se o Projeto de Assentamento Alegria, por ser um dos maiores responsáveis pela produção e escoação de alimentos nas feiras de Marabá, em que se pode observar o desenvolvimento produtivo realizado pelas as famílias de agricultores rurais, os processos migratórios, atividades agrícolas, a participação sindical, da prefeitura de Marabá, entre outros. Percebe-se no assentamento, que não é apenas as questões produtivas discutidas, mas também existe outras bandeiras de lutas, como acesso à terra, política de crédito, melhorias nas condições de trabalho e o combate da substituição do homem pela máquina do meio agropecuário.

Pelas análises realizadas no Projeto de Assentamento Alegria, observou-se a existência de viabilidade econômica, social e agroecológica e desempenha um papel de (re)afirmação de reprodutibilidade social das famílias, uma vez que, é nesses lotes que as famílias residem, trabalham e investem. Com a pesquisa nesses estabelecimentos agrícolas ainda é possível perceber que apesar das limitações encontradas pelas famílias no processo de condução das atividades, estas se mostram produtivas e com potencial ainda não explorado. Contudo, essas atividades praticadas atualmente surgem da necessidade familiar de se fixar ainda mais no estabelecimento e para assegurar sua reprodutividade social, enquanto componente da sociedade rural.

Medeiros (2021) considera que estamos vivendo um momento de silenciamento perante às recorrente lutas dos trabalhadores rurais. No entanto, o crescente alinhamento com temas ambientais, o debate em torno da

alimentação saudável, trazendo ao centro da discussão novas formas de produzir, ressignificando tradições, alimentos locais, circuito inferior de comercialização de alimentos, valorização das sementes tradicionais, negando o uso de agrotóxico e transgênicos e impondo o debate sobre a produção agroecológica, bem como a afirmação dos territórios num momento em que a financeirização da terra avança e em que ela se coloca cada vez mais como mercadoria, anuncia embates futuros.

Nas questões institucionais de ensino e pesquisa, observou-se a participação do Instituto Federal do Pará Rural (IFPA Rural), Universidade do Estado do Pará (UEPA), Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e Prefeitura Municipal de Marabá (PMM) oferecendo formações e assistência técnica para as famílias dos agricultores rurais. Representando um passo importante para aumento de produção com técnica e responsabilidade ambiental dentro do assentamento.

E por fim, atualmente, o grande impasse em que se deparam as sociedades universais recaem justamente na questão da geração de emprego e renda a contingentes expressivos da população, que dificilmente terão condições de encontrar uma oportunidade no mercado formal de trabalho. Seguramente espaços socialmente reconhecidos pelo papel que desempenham, como é precisamente o caso das feiras, podem e devem ser fortalecidos juntamente com o desenvolvimento da agricultura de base familiar, como instrumento de redução das desigualdades e de consolidação dos objetivos de inclusão social.

Portanto, o processo desenvolvido na produção e venda desses alimentos da agricultura familiar, apesar das dificuldades enfrentadas, especialmente na produção, comercialização e infraestrutura, na escala campo-cidade e no âmbito nacional, com significativo enraizamento no modelo centrado no circuito inferior de comercialização. Essa ancoragem gera novos sentidos aos feirantes, semanalmente, no convívio produtores-consumidores, pois os últimos aparecem de alguma forma como cúmplices ambientais, procurando saber a qualidade e procedência dos alimentos ali comercializados, constituindo territorialidades não meramente econômicas, mas também para a

reprodução do camponês como produtor de alimentos e para a reprodução de importantes relações sociais, como a solidariedade e confiança.

Acreditamos que o enfoque na relação entre o circuito inferior de comercialização e a agricultura familiar, conforme foi apresentado, demonstrou ser eficaz para explorar o problema conforme proposto.

A análise realizada confirma parcialmente a hipótese ao demonstrar que as feiras de Marabá realmente contribuem para a geração de renda e para o fortalecimento dos agricultores familiares. Ao chegarmos ao final desta pesquisa, reconhecemos também nossas limitações. Reconhecemos que a tese poderia ter explorado mais criticamente as limitações desse circuito, como a falta de infraestrutura e as pressões dos grandes mercados atacadistas. Cremos ter atingido de maneira satisfatória os objetivos estabelecidos, oferecendo uma análise detalhada das feiras de Marabá e seu impacto na agricultura familiar. A metodologia de entrevistas e pesquisa de campo forneceu um panorama adequado sobre as dinâmicas de comercialização, e o trabalho discute tanto os benefícios quanto os desafios enfrentados pelos agricultores.

Como últimas considerações, chegamos ao final desta tese com o sentimento que cumprimos a hipótese proposta, mas há um grande espaço para aprofundar a discussão sobre os desafios que as feiras enfrentam no cenário atual. Uma abordagem mais aprofundada sobre os impactos das redes atacadistas e as políticas públicas relacionadas ao setor poderia fortalecer ainda mais essa pesquisa, todavia deixamos para estudos posteriores. Ainda há muito a se fazer para fortalecimento da atividade agrícola familiar e compreensão das feiras como instrumento de comercialização desses produtos. Espera-se que esse trabalho tenha dado sua contribuição, mas que venha instigar outros com a mesma temática.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: HUCITEC, 1992. 275 p.

ALMEIDA, José Jonas. **A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais**. 2008. 273 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ALVES, Sávio Coelho. **Feiras da agricultura familiar: estudo de caso sobre as estratégias de produção e comercialização das famílias do PDS Porto Seguro em Marabá-PA: UNIFESSPA**. Campus Universitário de Marabá, 2022 (Dissertação de Mestrado).

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

ALTIERI, M. A. (2012). **AGROECOLOGIA, AGRICULTURA CAMPONESA E SOBERANIA ALIMENTAR**. *REVISTA NERA*, (16), 22–32.

AMADOR, A. M. **A feira como espaço de valorização da agricultura familiar: o caso da feira da agricultura familiar, no município de Marabá, sudeste do estado do Pará**. Marabá, PA: UNIFESSPA. Campus Universitário de Marabá, 2017 (Dissertação de Mestrado).

AMARAL, Márcio Douglas Brito. **Dinâmicas econômicas e transformações e espaciais: metrópole de Belém e as cidades médias da Amazonia Oriental** –

Marabá e Macapá. Tese (Doutorado em Geografia Humana)- Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo- São Paulo, 2010.

AMARAL, Márcio Douglas Brito. As feiras em cidades médias da Amazônia: as relações desenhadas a partir das experiências nas cidades de Marabá-PA, Macapá-AP e Castanhal-PA. **GEOUSP Espaço E Tempo (Online)**, v. 20, n. 2, p. 376-391, 2016.

AMARAL, Márcio Douglas Brito. As relações estabelecidas entre a metrópole de Belém e a cidade média de Macapá (AP). **Confins: Revista franco-brasileira de geografia**, Rio de Janeiro, v. 17, p.12, mar. 2013.

ANDALOUSSI, Khalid El. **Pesquisas-ações: ciências, desenvolvimento, democracia**. São Carlos: Edufscar, 2004.

ANJOS, Flavio S. dos; GODOY, Wilson I. e CALDAS, Nádia V. **As feiras livres de Pelotas sob império da globalização**; perspectivas e tendências- Pelotas; Editora e Gráfica Universitária, 2005.

AQUINO, Alyssandra Lima de. **DIVERSIFICAÇÃO E SISTEMAS PRODUTIVOS: O PONTO DE VISTA DOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO ALEGRIA, MARABÁ – PA**. 2016. Monografia (Monografia em Agronomia) - Curso em Agronomia-Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2016.

ARAÚJO, A. M.; RIBEIRO, E. M. Feiras e desenvolvimento: impactos de feiras livres do comércio urbano no Jequitinhonha. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 300-327, mai./ago. 2018. Disponível em: 04 mar. 2022.

ARAÚJO, José Augusto Carvalho de. **Cultura da terra, cultura das águas: O fenômeno da transumância em Marabá (PA)**. 2014. 191 p. Tese (Doutorado)-Curso de Pós- graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2014.

ASSIS, William Santos de. **Mobilização camponesa no sudeste paraense e luta pela reforma agrária**. 2. ed. Brasília: Unesp, 2009. 369 p
BECKER, Bertha. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.
BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria- INCRA. Projetos de Reforma Agraria Conforma Fases de Implantação. Superintendência Regional Sul do Pará- SR (27).

BEZERRA, Marcia. Na beira da cava: Arqueologia, educação patrimonial e direitos humanos em Serra Pelada, Pará, Amazônia. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 216–288, 2015.

BRANDENBURG, Alfio. Ciências sociais e ambiente rural: Principais temas e perspectivas analíticas. **Ambiente & Sociedade**, Indaiatuba, v. 8, n. 1, p.1-14, 2005.

BRAGA, Patrícia. **Estudo do Perfil dos Consumidores em Duas Feiras Livre de Base** PICOLOTTO, E. L.; As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 (1925).

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: Paulus, 2009. 111 p.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Análise multidimensional da sustentabilidade. **Agroecología e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 3, p. 70- 85, 2002.

CARVALHO F. F. & Grossi S. F. (2019). A importância das feiras livres e seus impactos na agricultura familiar. *Interface Tecnológica*. 16(2), 226-234

CASTRO, E. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: _____ (Org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annabume, 2008. p. 13-39.

CASTRO, S. R. de. Feira da agricultura familiar de Marabá: Uma alternativa que deu certo. In: II OFICINA REGIONAL: Experiências de ATER, ATES, extensão e desenvolvimento regional com ênfase em agroecologia. FREC, GT Agroecologia, Marabá, 2010, p. 91-108.

COPSERVIÇOS. **Projeto da Feira da Agricultura Familiar**. Marabá, 2005. (Impresso).

CHAVES, Patrícia Rocha. Rebeldia e Barbárie: conflitos socio territoriais na região do bico do papagaio. **PRODUÇÃO ACADÊMICA**, v. 3, n. 01, p. 4-24, 2017.

DAROLT, Moacir R.; LAMINE, Claire; BRANDEMBURG, Alfio. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Agriculturas**, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 8-13, jun. 2013.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. Livros da terra, 1999, p. 20.

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o Domínio dos castanhais**. 2 ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

EMMI, M. F.; MARIN, R.E.A. Crise e rearticulação das oligarquias no Pará. **Revista Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n 40, p. 51-68, 1988.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, **Laudo de vistoria Da Fazenda Itacaiunas - II**, Marabá, 1999.

EMBRAPA. **Manual de editoração da Embrapa**. 4. Ed. rev., atual. e ampl. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-> Acesso em: 18 mar. 2024.

FELÍCIO, Munir Jorge. Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão. **GEOGRAFIA (Londrina)**, v. 15, n. 1, p. 205-219, 2006.

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária : o debate paradigmático e o conhecimento geográfico/** Bernardo Mançano Fernandes. - Presidente Prudente : [s.n], 2013. v.1-2 : il + memorial.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. **Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: AGB**, 2002, p. 4.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Boletim Data Luta**, p. 1-10, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST (1979–1999). **São Paulo**, 1999.

FERNANDES, Aline Batista. **Caracterização de experiências inovadoras: Estudo de caso no projeto de assentamento alegria, município de Marabá-Pará**. 2008. Monografia (Monografia em Agronomia)- Curso em Agronomia- Universidade Federal do Pará, Marabá, 2008.

FELIPPE, Letícia Chagas Virgili; PEREIRA, Camila Ortulan. Teor de nitrato em alfaces do tipo crespa (*Lactuca sativa*) provenientes de diferentes sistemas de cultivo. *Revista Brasileira de Processos Químicos*, v. 1, n. 1, p. 46-58, 2020.

GOMES, Maria Mirian Ferreira. Feira da agricultura familiar de marabá. Especialização (especialista em educação no campo) - Curso de especialização em educação do campo: agricultura familiar, sustentabilidade na Amazônia, Instituto federal do Pará, Marabá, 2015.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Feiras de Marabá: Laranjeira, 28 e feira do produtor rural. Ed. Paka tatu. Brasil, 2015, 169 p.

GUIMARÃES, Camila Aude. A feira livre na celebração da cultura popular. **Biblioteca Latino-Americano de Cultura e Comunicação**, v. 1, n 1, p.7, 2011.

GHIDINI, Rafael; MORMUL, Najla Mehanna. Revolução agrícola neolítica e o surgimento do Estado classista: breve reconstituição histórica. **Revista de Ciências do Estado**, v. 5, n. 1, p. 1-20, 2020.

HURTIENE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPa)**, v. 8, n. 1 - p. 019-071 jun. 2005
 HEBETTE, Jean. **CRUZANDO FRONTEIRA: 30 anos do estudo do campesinato na Amazônia**. 2. ed. [s.l.]: ADUFPA, 2004.

HERRERA. José Antônio. **DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E REALIDADE DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA FAMILIAR NA AMAZÔNIA PARAENSE**. 2012. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

INCRA NOS ESTADOS - **Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 18 de jan. de 2024.
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro/RJ, 2010, 09 -11p. Disponível em: < [www. ibge.gov.br/censo2010](http://www.ibge.gov.br/censo2010)>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2024

JORDÃO, Barbara Gomes Flaire. **O pensamento espacial e o raciocínio geográfico em alunos com deficiência visual: o papel da cartografia tátil**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

JORDAN, C.F. Nutrient cycling in tropical forest ecosystems: principles and their application in management and conservation. **John Wiley & Sons**. New York. 190p. 1985.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental. In: _____. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986, p.25-44.

LIMA, R. A. P. de., 2013. **Indicadores territoriais de sustentabilidade ambiental**. Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas 1, 155-165.

MIRANDA, Rogério Rego. **TERRITORIALIZAÇÃO DO MST NO SUDESTE PARAENSE A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 16, n. 40, p. 01-30, abr., 2021.

MEDEIROS, Jorge França da Silva. **As Feiras Livres em Belém (PA): Dimensão Geográfica e Existência Cotidiana**. 2010, 100p. Dissertação (Mestrado em Geografia): Belém: Universidade Federal do Pará, 2010.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Atores, conflitos e políticas públicas para o campo no Brasil contemporâneo. **Caderno CRH**, v. 34, p. e021003, 2021.

MICHELOTTI, Fernando. **O agrário em questão: uma leitura sobre a criação dos assentamentos rurais no sudeste do Pará**. 2 encontro da rede de estudos rurais, 11 a 14 de setembro de 2007, UFRJ, Rio de Janeiro (RJ)

MICHELOTTI, Fernando. **TERRITÓRIOS DE PRODUÇÃO AGROMINERAL**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MICHELOTTI, Fernando; RODRIGUES, FNC de V. Desafios para a sustentabilidade ecológica integrada a trajetórias de estabilização da agricultura familiar na região de Marabá. **ENCONTRO DA ANPPAS**, [s.l], v. 2, p. 1-20, 2004.

MICHELOTTI, F. **Luta pela terra e assentamentos no Sudeste do Pará** in Antropolítica. Revista Contemporânea de Antropologia, Niteroi, n.26, p.245-66, 2009.

MONTENEGRO, Marina Regitz. Dinamismos atuais do circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo: expansão e renovação. **GEOUSP: espaço e tempo**, São Paulo, n. 33 Especial, p. 171- 182, 2013.

MONTENEGRO, M. R. **Globalização, trabalho e pobreza nas metrópoles brasileiras**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2014.

MARINHO, Dalcione Lima. **Rompendo cercas e construindo saberes: a juventude na construção da educação profissional do campo no Sudeste do Pará**. Recife: Imprima, 2016. 320 p.

MUSATTO, R. M.; SAQUET, M. A. Território, redes curtas de comercialização e consumo de alimentos da agricultura camponesa—Francisco Beltrão, PR. **Geoiingá: Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia, Maringá**, v. 11, n. 2, p. 72-99, 2019.

MENCONÇA, M. R.; JUNIOR, T. A. A discussão agricultura camponesa x agricultura familiar e as perspectivas políticas para a reforma agrária. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005. Universidade de São Paulo.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; LEITE, Sérgio Pereira (Ed.). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Mauad Editora Ltda, 2004.

NAVARRO, Zander; PEDROSO, Maria Thereza Macedo. **Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar**. Embrapa Informação Tecnológica, 2011.

NUNES, Débora Aquino. **Feiras-Livres & Feiras de Exposição: expressões da relação cidade-floresta no sudeste paraense**. Dissertação de Mestrado – PPG em Desenv. Sust. no Trópico Úmido / NAEA-UFPB, 2015. Mimeo.

NAHUM, João Santos. **Dendeicultura e dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia paraense**. Clube de Autores, 2015.

MARTINS, J. de S. **A militarização da questão agrária no Brasil: terra e poder: o problema da terra na crise política**. Petrópolis: Vozes, 1985.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papirus, 1993.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A LUTA PELA TERRA NO SUL E SUDESTE DO PARÁ: migrações, conflitos e violência no campo**. 2013. 278 p. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem terra: a luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra no Sudeste do Pará**. Monografia (Especialização em História da Amazônia), Marabá (PA), Universidade Federal de Pará (UFPA), 2008.

PEREIRA, Airton dos Reis. A prática da pistolagem nos conflitos de terra no sul e no sudeste do Pará (1980-1995). **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 8, n. 1, p. 229-255, 2015.

PEREIRA, V. G; BRITO, T. P.; PEREIRA, S. B. A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (MG). In: **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 10, ed. 20, p. 67-68, dez. 2017.

PIERRI, Maria Clara Queiroz Mauricio; VALENTE, Ana Lucia E. F. A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar. In: CONGRESSO DA SOBER, 48, 2011, Campo Grande. **PCT IICA/MDA**. Campo Grande: NEAD, 2011. p. 8-20.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 63-84, 2014.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. **Revistas Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, p. 17 – 32, 2009.

POMPEIA, Caio. (2020), “‘Agro é tudo’: simulações no aparato de legitimação do agronegócio”. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 26, n. 56, abril: 195-224.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais**. Inter Thesis, Florianópolis, 2004.

PRA - ALEGRIA, **Plano de Recuperação do Assentamento**. Marabá – PA, 2009.

REDE DATALUTA. **Relatório Brasil 2017**. São Paulo: Presidente Prudente, 2018.

ROCHA, J. H., e ANJOS, F. S. 2016. **Agricultura familiar e os mercados institucionais**: análise do programa de aquisição de alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista. Revista NERA, 31:111-142.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, J. C; RODRIGUES, J. C; DE LIMA, R. A. P. Portos do agronegócio e produção territorial da cidade de Itaituba, na Amazônia Paraense. **Geosul**, Florianópolis, 2019, 34.71: 356-381.

RODRIGUES, J. C. **Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas**: análise de Santarém e Marabá, Pará. 2015. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2015.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: Território e Sociedade no Início do Século XXI. Editora Record, Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Edusp, 2009.
SANTOS, M. **Economia espacial**: crítica e alternativas. 2. Ed. São Paulo: Edusp, 2003. (Coleção Milton Santos)

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo: razão e emoção. 3. Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, J. E. dos. Feiras Livres: (Re) apropriação do território na/da cidade, neste período técnico-científico-informacional. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 17, n. 2, Mai/Ago, 2013. Acesso em: 13 mai. 2022.

SILVEIRA, María Laura. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 19, n. 2, p. 245-261, 2015.

SACCO DOS ANJOS, F.; BECKER, C. **Agricultura familiar e mercados institucionais**: o desenvolvimento como liberdade. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 45, p. 92 - 101, 2014. Suplemento Especial.

SILVA, D. V. da; BORGES, J. R. P. As feiras-livres da agricultura familiar em Arapiraca, Alagoas, Brasil. *Raízes: Revista De Ciências Sociais e Econômicas*, v. 40, n., p. 84-101. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.37370/raizes.2020.v40.642>> Acesso em: 10 maio. de 2022.

SILVA, Luís Mauro Santos. O papel didático da crise da agricultura moderna para a compreensão da ascensão de um enfoque agroecológico.

Desenvolvimento rural sustentável no Norte e no sul do Brasil. Belém: Paka-Tatu, p. 227-248, 2013.

SILVA, M. E. C. Uma cidade e três centros: o caso de Marabá (PA). **Geosp – Espaço e Tempo** (On-line), v. 24, n. 2, p. 262-278, ago. 2020. ISSN 2179-0892.

SILVA, C. N.; LIMA, R. A. P. Geografia e representação espacial na fronteira Amazônica: uma análise das territorialidades da pesca em rios do Amapá e Pará. In: **FACES DA FRONTEIRA: Desafios e Perspectivas de Regiões Lindeiras.** Belém: UFPA, 2017. 46 p

SCHENEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SOUZA, Marcelo Santos de. **Redes de cooperação no pequeno varejo: a construção social dos mercados de hortifrutingranjeiros no Rio Grande do Sul.** 2009, p. 15-50.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.** Leya, 2017.

SAQUET, Marcos. **Os tempos e os territórios da colonização italiana.** Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial.** Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2017.

TEIXEIRA JR, T. R; MONTEIRO, M. A. TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DE MARABÁ, PARÁ. **Revista Escritas**, v. 13, n. 01, p. 225-240, 2021.

TAVEIRA, Thalita Rose Tamiarana Gadelha. UMA ANÁLISE ETNOLINGUÍSTICA DA MÚSICA “FEIRA DE MANGAIO” DE SIVUCA E GLORINHA GADÊLHA. **Revista Interfaces**, v. 11, n. 02, p. 211-218, 2020.

TELES, Janaína de Almeida. Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974). **História Unisinos**, v. 18, n. 3, p. 464-480, 2014.

UNIFESSPA. **Impactos da pandemia de covid-19 para a agricultura familiar paraense e a agroecologia como um caminho para a superação.** Disponível em:

https://acoescovid19.unifesspa.edu.br/images/Agricultura_Familiar_e_Covid_P_ainel_-_tempos_de_crise_2_-_20_07.pdf. Acesso em: 15 de julho de 2024.

VERANO, T. de C.; MEDINA, G. da S. Comercialização por agricultores familiares em feiras municipais: quantificação, participação, e localização no estado de Goiás. **Interações**, v.20, p.1045-1056, 2019.

VELHO. O. G. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972.

VELHO. O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Editora Difel, Rio de Janeiro. 1979

ANEXO A – FONTES ORAIS

PRODUTORES:

Cleonice Barbosa da Silva

Edinandes Lopes Soares

Eildon Ferreira Barbosa

Gabriel Rodrigues de Souza

Gildeane Moura da Costa

Hugo dos Santos Lima

Iraci Souza de Almeida

Ivanilde da Silva Gomes

Ivanilde de Jesus Sá

Ivanir Conceição de Souza

Janicleia Reis Pinto

Klelma dos Santos Barbosa Carneiro

Maria de Jesus Lopes Noletto

Maria Eva Martins

Maria Francisca Correa da Silva

Rosana Silva Lima

Rosangela Calvalcante da Silva

Solange Souza

CONSUMIDORES:

Antonio de Mateus Gomes Dias

Antonio Carlos

Miramilson Silva de Andrade

Raimunda Maria

Antonio de Souza Silva

Robson Souza Bezerra

Marco Geovany dos Santos Gomes

Raimunda Medeiros

Dorgival Barros

Marcio Silva Castro

**ANEXO B – ROTEIRO SEMIABERTO PARA LEVANTAMENTO
DE INFORMAÇÕES NA FEIRA DA AGRIUCLTURA FAMILIAR
– PRODUTORES E COMERCIANTES.**

**APÊNDICE I: ROTEIRO SEMIABERTO PARA LEVANTAMENTO DE
INFORMAÇÕES NA FEIRA DA AGRIUCLTURA FAMILIAR – PRODUTORES
E COMERCIANTES.**

Nome completo: _____

**Local em que mora: (Assentamento, comunidade etc.) Qual distância de
Marabá?** _____

Faixa etária: _____ **Sexo** M () F ()

Estado civil: solteiro () casado () separado ()

1.Qual seu grau de escolaridade:

ens. Fundamental incompleto ()

ens. Fundamental completo ()

ens. médio incompleto ()

ens. Médio completo ()

superior ()

analfabeto ()

2. Naturalidade: _____

3. Qual motivo ter vindo para Marabá? (caso seja de outra cidade):

4. Participa da feira desde quando? Por que participa? Como ficou sabendo da feira?

5. Toda a família participa ou somente você: _____

6. É agricultor ou apenas comercializa: _____

7. Que produtos comercializa na feira:

8. Quem compra seus produtos? consumidores de renda baixa e/ou alta:

9. Qual seu rendimento médio mensal:

Menos de 1 salário mínimo ()

1 a 2 salários mínimos ()

3 a 4 salários mínimos ()

acima de 4 salários mínimos ()

10. Quais os tipos de apoio (órgão) que recebe para participar da feira?

11. Participa de alguma organização social? Quais e qual o tipo de participação?

12. Ocorreram mudanças na sua produção e comercialização por causa da covid-19? Quais mudanças?

13. Você sabe o que é de produto orgânico? Se sim comente

14. Você sabe o que é agroecologia? Se sim comente

15. Qual a importância da feira para os agricultores e os consumidores?

16. Quais os maiores problemas da feira?

17. Você utilizou/a produtos da floresta (ervas medicinais, sebos de animais, essências florestais, etc.) para melhorar de saúde?

18. Você já teve algum problema com órgãos ambientais (SEMA, IBAMA, etc.)?

**ANEXO C – ROTEIRO SEMIABERTO PARA LEVANTAMENTO
DE INFORMAÇÕES NA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR
– CONSUMIDORES**

**APÊNDICE II: ROTEIRO SEMIABERTO PARA LEVANTAMENTO DE
INFORMAÇÕES NA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR -
CONSUMIDORES**

Nome completo: _____

Local em que mora: (Assentamento, comunidade etc.) Qual distância de Marabá? _____

Faixa etária: _____ Sexo M () F ()

Estado civil: solteiro () casado () separado ()

1. Compra na feira desde quando? Porquê? Como ficou sabendo da feira?

2. Toda a família compra ou somente você?
3. Compra apenas para o consumo ou revende?
4. Que produtos compra na feira?
5. Você sabe de onde eles vêm? Comente.
6. Você sabe o que é de produto orgânico? Se sim comente
7. Você sabe o que é agroecologia? Se sim comente
8. Qual a importância da feira para os consumidores?
9. Quais os maiores problemas da feira?

**ANEXO D – ROTEIRO SEMIABERTO PARA LEVANTAMENTO
DE INFORMAÇÕES JUNTO A AGRICULTORES QUE
PARTICIPAM DA FEIRA**

**APÊNDICE III: ROTEIRO SEMIABERTO PARA LEVANTAMENTO DE
INFORMAÇÕES JUNTO A AGRICULTORES QUE PARTICIPAM DA FEIRA**

Nome completo: _____

Local em que mora: (Assentamento, comunidade etc.) Qual distância de Marabá? _____

Faixa etária: _____ Sexo M () F ()

Estado civil: solteiro () casado () separado ()

1. Qual distância do lote para a feira em Marabá?
2. Qual o tipo de transporte utilizado até a feira

3. Quais são os gastos para participar da feira (aluguel, combustível)?
4. Quando começou a participar da feira? Quais os principais motivos que levou para participar?
5. O que ela te dá diferente das demais feiras? (caso trabalhe em mais de uma feira).
6. Quem da família participa da feira? Quais as atividades de cada um?
7. O que comercializa na feira? Tem alguma produção que gostaria de levar, mas não leva? Por quê? (fazer lista dos produtos e subprodutos).
8. Comercializa na feira algo que não produz no lote da família? Por quê?
9. O que a feira tem garantido para a família? Quais as principais.
10. O que a feira ainda não garante para a família?
11. Quais os pontos positivos e negativos da feira
12. Você sabe o que é agroecologia? Se sim comente

ANEXO E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Eu,,
 inscrito no CPF....., portador do
 RG.....Depois de conhecer e entender os objetivos,
 procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de
 estar ciente da necessidade do uso da minha imagem e da minha propriedade,
 como também o uso do meu depoimento, especificados no Termo de
 Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente
 termo, os pesquisadores Angel Marques Amador e Prof. Drº Ricardo Ângelo
 Pereira de Lima (orientador) do projeto de pesquisa intitulado “Os fluxos de
 produtos agrícolas comercializados pelos agricultores familiares na feira no município
 de Marabá-PA” a publicar as fotos necessárias e/ou a colher meu depoimento
 sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo,
 libero a utilização destas fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de

estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto No 3.298/1999, alterado pelo Decreto No 5.296/2004).

Marabá,..... de..... de 2024.

Angel Marques Amador

Aluno responsável pelo projeto

ANEXO F – PROCESSO PA ALEGRIA

376

Índice

- I Proposta de Criação do Projeto
- II Identificação do Imóvel
- III Localização e Vias de Acesso
- IV Limites e Confrontações
- V Coordenadas Geográficas
- VI Características Edafoclimáticas
- VII Capacidade de Uso das Terras do Imóvel
- VIII Potencialidade Agrícola do Imóvel
- IX Uso Atual do Imóvel
- X Aspecto da População Beneficiária
- XI Ações Iniciais
- XII Programação Físico - Orçamentário
- XIII Memória de Cálculo

SERVIÇO NACIONAL DE PROTOCOLO

13

27

14

28

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

ANEXOS: m80269000



I - PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO PROJETO

O presente documento trata de proposta de criação do Projeto de Assentamento Alegria, no imóvel rural denominado "Fazenda Itacaiúnas" com área de 3.600,0000 ha, localizada no município de Marabá – Estado do Pará.

Trata-se de área desapropriada através do Decreto 14 de julho de 1.999, que após Ter sido vistoriada por equipe técnica do INCRA, recebeu a classificação de Grande e Improdutiva, portanto declarada de interesse social para fins de Reforma Agrária.

Com a criação, o mesmo terá a capacidade para assentar 96 famílias de agricultores sem terra, em uma área útil destina a parcelamento de 3.404,5020 ha, destinada a parcelamento, com módulos de 35,0000 ha, onde desconsiderando-se da área total (registrada) as áreas de Preservação Permanente, Inaproveitáveis e um (01) módulo de 35 ha para implantação da Agrovila.

As áreas de Preservação Permanente que foram antropizadas para formação de pastagens (12,0131 ha), deverão ser recuperadas pelos futuros ocupantes.

II - IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Nome do Imóvel : Fazenda Itacaiúnas
Área Registrada : 3.600,0000 ha
Área Medida : 3.666,5551 ha
N.º Módulos Fiscais: 51,42 MF

III - LOCALIZAÇÃO E VIAS DE ACESSO

Através da BR-230 (Transamazônica) até seu km 09, pegando-se depois a estrada do Rio Preto por aproximadamente 09 km, entra-se a esquerda em direção a Vila Brejo do Meio por mais 04 km. O imóvel dista 24 km da sede de Marabá.

IV - LIMITES E CONFRONTAÇÕES

Norte : Fazenda Tibiriça
Sul : Fazenda Alegria
Leste : Rio Itacaiúnas
Oeste: P.A. Cinzeiro

VII - CAPACIDADE DE USO DAS TERRAS DO IMÓVEL

<p>As principais classe de capacidade de uso das terras encontra no imóvel são:</p> <p>Classe III (80%) - Terras que quando cultivadas sem cuidados especiais, sujeitas a severos riscos de depauperamento, principalmente no caso de culturas anuais. Requerem medidas intensas e complexas de conservação do solo, a fim de poderem ser cultivadas segura e permanentemente com produção média a elevada, de culturas anuais adaptadas.</p> <p>Classe IV (12%) – São terras de riscos ou limitações permanentes, muito severos quando usados para culturas anuais. Os solos podem Ter fertilidade natural boa ou razoável, mas não são adequadas para cultivos internos e contínuos. Usualmente, devem ser mantidas com pastagens, mas podem ser suficientemente boas, para certos cultivos anuais (na proporção de um ano de cultivo para cada quatro a seis de pastagem) ou para algumas culturas anuais, porém com cuidados muito especiais.</p> <p>Classe V (7%) – São terras planas, ou com declives muito suaves, praticamente livre de erosão, mas impróprias para serem exploradas com culturas anuais, e que podem, com segurança, ser apropriadas para pastagens, florestas ou mesmo para algumas culturas permanentes, sem a aplicação de técnicas especiais.</p> <p>Classe VIII (1%) – Terras impróprias para serem utilizadas com qualquer tipo de cultivo.</p>	
--	--

VIII – POTENCIALIDADE AGRÍCOLA DO IMÓVEL

<p>As terras do imóvel são regulares para culturas de ciclo curto e restrita para cultura de ciclo longo. O fator limitante mais importante é a fertilidade natural baixa.</p>	
--	--

IX - USO ATUAL DO IMÓVEL

Área de pastagem plantada	1.353,2994 ha
Área de preservação permanente desmatada - pasto	12,0085 ha
Áreas construídas – Construções Isoladas	9,4111 ha
Área Preservação Permanente ao longo do Rio ou Igarapé	162,7317 ha
Áreas Construídas - Estradas	20,7129 ha
Açude	0,0402 ha
Vegetação Nativa de Floresta Ombrófila Submontana	2.108,3466 ha
Total	3.666,5551 ha

de Koppen.
n torno dem tipografia
e ondulado.

im o imóvel

"Amazonas"

tamento, é
s onde as

irelo textura

ção floresta
ficiais.

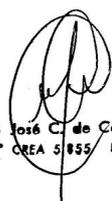
XII - PROGRAMAÇÃO FÍSICO-ORÇAMENTÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR (R\$)		CRONOGRAMA (MÊS)						
			UNITÁRIO	TOTAL	I	II	III	IV	V	VI	
Créditos:											
1 - Implantação											
. Alimentação	Fam.	96	400,00	38.400,00							
. Fomento	Fam.	96	1.025,00	98.400,00							
. Habitação	Fam.	96	2.500,00	240.000,00							
2 - Produção											
 Procera											
. Custeio	Fam.	96	2.000,00	192.000,00							
. Investimento (*)	Fam.	96	7.500,00	720.000,00							
Apoio a Produção											
. Assistência Técnica e Extensão Rural	Fam.	96	1.632,00	156.672,00							
Demarcação de Parcelas											
. Demarcação de Parcelas	Parc.	96	400,00	38.400,00							
Fiscalização Topográfica											
. Fiscalização Topográfica	*	*	*	2.520,00							
Cadastramento e Seleção											
. Cadastramento e Seleção	*	*	*	1.306,41							
Infra-estrutura:											
. Construção de estradas vicinais	Km	10	8.500,00	85.000,00							
. Recuperação de estradas vicinais	Km	30	6.500,00	195.000,00							
. Construção de Posto de Saúde	Unid.	01		16.471,33							
. Construção de Armazém Comunitário	Unid.	01		20.859,60							
. Construção de Escola (**)	*	-	-	-							
. Fiscalização de Obras	-	-	-	378,60							
TOTAL				1.805.407,34							

(*) - A partir do 2º ano

(**) A ser construída em convênio com o MEC.

DATA:


 Raimundo José C. de Carvalho
 ENG.º AGR.º CREA 51855/D 1ª REG



INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ SR(27)E
GRUPAMENTO DE CADASTRO RURAL - C
GRUPO DE CARTOGRAFIA E RECURSOS NATURAIS - C2

MEMORIAL DESCRITIVO

PROJETO DE ASSENTAMENTO ALEGRIA

Área: 3.600,0000 ha

Perímetro: 25.989,92m

Município: Marabá

Estado: Pará

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

Norte: Fazenda Tibiriça

Sul: Fazenda Alegria

Leste: Rio Itacaiunas

Oeste: Projeto de Assentamento Cinzeiro

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

O perímetro demarcado desenvolve-se a partir do marco M-1 com coordenadas UTM E= 639.782,96 e N=9.399.718,96, e geográficas 49° 15' 04" de longitude Oeste e 05° 25' 42" de latitude Sul, datum SAD-69, meridiano central 51°, cravado na confrontação do Projeto de Assentamento Cinzeiro com a fazenda Tibiriça; deste, com azimute de 92° 00' 46" e distância de 3.574,00 m, chega-se ao marco M-2, de coordenadas geográficas 49° 13' 08" de longitude Oeste e 05° 25' 46" de latitude Sul, cravado na margem esquerda do rio Itacaiunas; deste, segue-se a montante do citado rio, com distancia de 10.981,00 m até o marco M-3, de coordenadas geográficas 49° 13' 10" de longitude Oeste e 05° 30' 08" de latitude Sul; deste, com azimute de 273° 08' 20" e distancia de 3.402,59 m chega-se ao marco M-4; deste, com azimute de 359° 26' 47" e distância de 7.834,99 m, chega-se ao marco M-5; deste, com azimute de 359° 14' 04" e distância de 163,14 m, chega-se ao marco M-1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

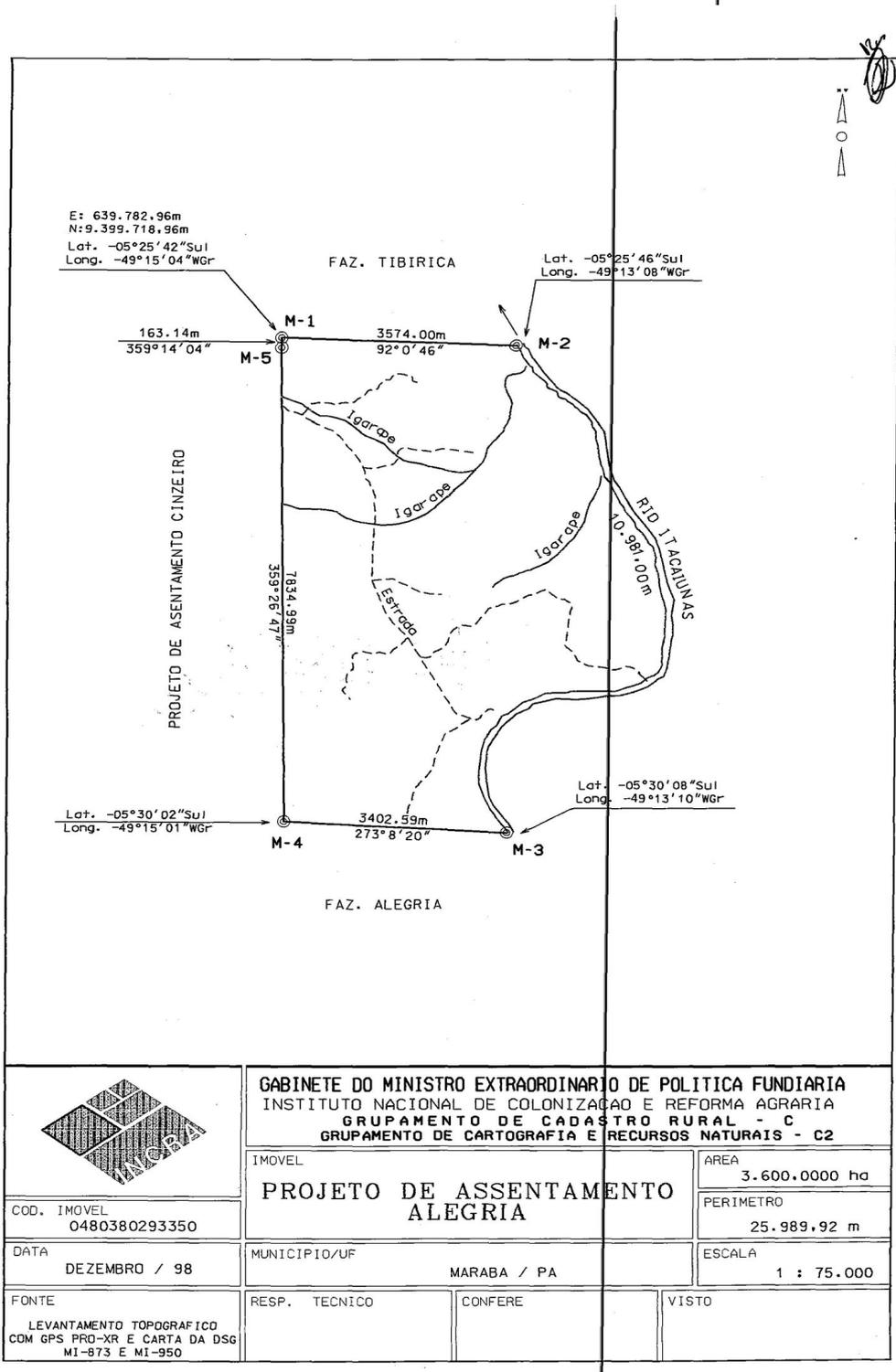
Marabá(PA), 17/11/1999

ATRAI - ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS
DA ITACAÍUNAS II.

Ofício Nº 04/99

Itacaíunas II, 09 de novembro de 1999.

Ementa: Solicitação.



este
Ge-
iga
3.
cre
aner
, an

le de Sato
.C

	GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA GRUPAMENTO DE CADASTRO RURAL - C GRUPAMENTO DE CARTOGRAFIA E RECURSOS NATURAIS - C2		
	IMÓVEL PROJETO DE ASSENTAMENTO ALEGRIA	ÁREA 3.600.0000 ha	PERÍMETRO 25.989,92 m
COD. IMÓVEL 0480380293350	MUNICÍPIO/UF MARABÁ / PA	ESCALA 1 : 75.000	
DATA DEZEMBRO / 98	RESP. TÉCNICO	CONFERE	VISTO
FONTE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO COM GPS PRO-XR E CARTA DA DSG MI-873 E MI-950			



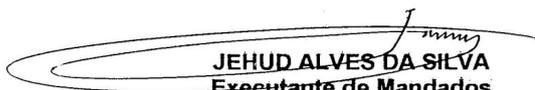
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARABÁ

AUTO DE IMISSÃO DE POSSE

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de 1999, neste Município, em cumprimento ao mandado do MM. Juiz Federal Substituto da Seção Judiciária do Maranhão, no exercício cumulativo da Subseção Judiciária de Marabá, **Dr. CLDOMIR SEBASTIÃO REIS**, extraído dos autos da Ação de Desapropriação processo número 1999.39.01.1258-8, classe 5.110, diligenciamos e após as formalidades legais, **IMITIMOS** na posse o autor, na pessoa de sua representante legal, a Sr^a. **Rosemary Salaberry de Oliveira**, Procurador do INCRA, OAB 5527/RS, no imóvel denominado **FAZENDA ITACAÍUNAS**, localizado neste Município, com área de 3.600.0000 ha (três mil e seiscentos hectares), registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, sob o nº 004.252, às fls. 001 do livro ficha 02-P. O referido é verdade e damos fé.

Marabá, 26 de outubro de 1999


MARCOS WILLIAM MARTINS DE OLIVEIRA
Oficial de Justiça
Mat 272


JEHUD ALVES DA SILVA
Executante de Mandados
Mat 266

